



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1057

Quinta-feira - 16 de Agosto de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Biguaçu.....	3
Braço do Trombudo.....	9
Caçador.....	13
Camboriú.....	15
Campo Alegre.....	16
Campos Novos.....	23
Canoinhas.....	36
Capinzal.....	41
Chapadão do Lageado.....	42
Concórdia.....	42
Cordilheira Alta.....	43
Coronel Martins.....	43
Corupá.....	44
Curitibanos.....	44
Forquilha.....	44
Fraiburgo.....	45
Garopaba.....	47
Gaspar.....	51
Guaramirim.....	53
Herval d'Oeste.....	53
Imbituba.....	55
Ipumirim.....	58
Irineópolis.....	60
Itapoá.....	61
Joaçaba.....	61
Lauro Muller.....	63
Leoberto Leal.....	64
Lindóia do Sul.....	65
Luzerna.....	74
Maracajá.....	75
Marema.....	75
Massaranduba.....	96
Meleiro.....	97
Morro da Fumaça.....	97
Navegantes.....	98
Nova Trento.....	98
Novo Horizonte.....	99
Palhoça.....	100
Passo de Torres.....	104
Pinheiro Preto.....	104
Porto Belo.....	106
Porto União.....	110
Rio do Sul.....	111
Salto Veloso.....	132
São Bento do Sul.....	134
São Lourenço do Oeste.....	148
São Pedro de Alcântara.....	150
Schroeder.....	156

Timbó.....	160
Turvo.....	162
Videira.....	163
Vitor Meireles.....	167

Associações

AMAUC.....	168
EGEM.....	169

Consórcios

CIM-AMAVI.....	169
CINCO.....	170
CIS/AMAUC.....	170
CIS/AMMVI.....	170
CIS/AMUREL.....	170
Consórcio Lambari.....	171

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Contrato Administrativo N° 077/2012

Extrato de Contrato 077/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa SOCIEDADE DO CAFÉ COM. DE MÁQUINAS LTDA.

Objeto O presente contrato tem por objeto a locação de uma (01) máquina de café automática, marca Bianchi, modelo Sprint 5s, equipada com bomba de imersão, equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento.

Valor Total R\$ 300,00 (trezentos reais) ao mês

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 20 de julho, estendendo-se até 20 de julho de 2013.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 077/2012

Alto Bela Vista - SC, 20 de julho de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa SOCIEDADE DO CAFÉ COM. DE MÁQUINAS LTDA.

Contratado

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Contrato Administrativo Nº 078/2012

Extrato de Contrato 078/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa AGROCOMERCIAL B. S. LTDA - ME

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 031/2012, na modalidade de CONVITE, na forma presencial nº 015/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Semente de Milho, para atendimento aos programas específicos da Gerencia Municipal de Agricultura.

Valor Total R\$ 20.295,00 (Vinte mil, duzentos e noventa e cinco reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de agosto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2012 CONVITE Nº 015/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2012

Alto Bela Vista - SC, 08 de agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa AGROCOMERCIAL B. S. LTDA - ME.

Contratado

Contrato Administrativo Nº 079/2012

Extrato de Contrato 079/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia Ltda.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 031/2012, na modalidade de CONVITE, na forma presencial nº 015/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Semente de Milho, para atendimento aos programas específicos da Gerencia Municipal de Agricultura.

Valor Total R\$ 20.625,00 (Vinte mil, seiscentos e vinte e cinco reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de agosto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 031/2012 CONVITE Nº 015/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2012

Alto Bela Vista - SC, 08 de agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA LTDA.

Contratado

Termo Aditivo de Contrato 045 Xx 017 - FMS

Termo Aditivo de Contrato 045 xx 017 - FMS

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, PARA A COMPRA SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE EXAMES LABORATORIAIS.

Valor Total R\$ 50.285,89 (Cinquenta mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de agosto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2011 PREGÃO Nº 013/2011 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2012

Alto Bela Vista (SC), em 08 de Agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO.

Contratado

Termo Aditivo de Contrato 079 Xxx 061

Termo Aditivo de Contrato 079 xxx 061

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa Dallagnol Engenharia de Obras LTDA.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, PARA A EXECUÇÃO, DE FORMA INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL EM CADA ITEM, DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO NAS RUAS: ALFREDO SCHUCK, GUILHERME TESSMANN, ALEXANDRE MALTAURO, JACOB MANUEL WENTZ E GEMANO DAHMER.

Valor Total R\$ 211.041,92 (Duzentos e onze mil, quarenta e um reais e noventa e dois centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 14 de agosto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal Processo de Licitação nº 017/2012 Modalidade: Tomada de Preços nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2012

Alto Bela Vista (SC), em 14 de Agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA.

Contratado

Termo Aditivo de Contrato 079 Xxx 080

Termo Aditivo de Contrato 079 xxx 080

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 080/2011.

Valor Total R\$ 2.575,95 (Dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 01 de agosto, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2011 CONVITE Nº 016/2011 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2011

Alto Bela Vista (SC), em 09 de Agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.

Contratado

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 153/2012

DECRETO Nº 153/2012 DE: 23 DE JULHO DE 2012.

CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 2.932, DE 29 DE JUNHO DE 2010, À ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos arts 1º e 2º da Lei nº 2932, de 29 de junho de 2010, combinado com os arts 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262 e 263, da Lei Complementar nº 003, de 13 de dezembro de 2007, e:

- Considerando a Lei Municipal nº. 2.932/2010, que autoriza o Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 253 e seguintes da Lei Complementar nº. 003/2007, a conceder a isenção, remissão e anistia, parcial ou total, de taxas exigíveis, decorrentes do exercício do poder de polícia, das entidades declaradas de utilidade pública por esta municipalidade;

- Considerando que de acordo com os documentos e informações que instruem o Processo Administrativo nº 7627 - 2011, a entidade ASSOCIAÇÃO DE NATAÇÃO DE BIGUAÇU, inscrita no CNPJ nº 08.741.178/0001-03, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 3062/2011, atende os requisitos legais para a obtenção dos benefícios fiscais previstos na Lei 2932/2010;

- Considerando que entidades como a requerente são fundadas e mantidas exclusivamente para fins filantrópicos e sociais, como organismos vitais para o funcionamento do governo republicano, em proveito da coletividade, se colocando por vezes nas funções que, a rigor, o Estado deveria cumprir.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.932/2010 os seguintes benefícios fiscais à entidade, ASSOCIAÇÃO DE NATAÇÃO DE BIGUAÇU, inscrita no CNPJ nº 08.741.178/0001-03, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº. 3062/2011:

I - remissão do pagamento da Taxa de Licença para Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos (TLIF) do exercício de 2011;

II - isenção do pagamento da Taxa de Renovação de Licença para Funcionamento a partir do exercício de 2012, pelo prazo de 3 (três) anos.

III - anistia de eventuais infrações à legislação tributária, decorrentes do não cumprimento de obrigações principais e acessórias, relativas às taxas decorrentes do exercício do Poder de Polícia.

Parágrafo único. Findo o prazo assinalado no inciso II deste artigo, a pessoa jurídica beneficiária deverá requerer a renovação da isenção, comprovando que mantém as condições para usufruir a isenção prevista neste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 23 de julho de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria Nº 2064 de 13 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2064 de 13 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANE MERCEDES DE SOUSA SILVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANE MERCEDES DE SOUSA SILVEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 20 horas semanais, no período de 05/07/2012 a 04/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/07/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2065 de 13 de Agosto de 2012

PORTARIA nº 2065 de 13 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GILMARA TEIXEIRA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GILMARA TEIXEIRA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2066 de 13 de Agosto de 2012
PORTARIA nº 2066 de 13 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) ROSANE GORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANE GORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/08/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 16/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2067 de 13 de Agosto de 2012
PORTARIA nº 2067 de 13 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) RAFAELA DOMINGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAFAELA DOMINGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/08/2012 a 03/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2068 de 13 de Agosto de 2012
PORTARIA nº 2068 de 13 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSMARA PEREIRA COSTA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSMARA PEREIRA COSTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2012 a 15/08/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2069 de 13 de Agosto de 2012
PORTARIA nº 2069 de 13 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) FABIANA RONCHI VITORINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA RONCHI VITORINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/07/2012 a 10/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/07/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2070 de 13 de Agosto de 2012
PORTARIA nº 2070 de 13 de agosto de 2012

Designar o (a) Servidor (a) MARCELO DAMINELLI, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) MARCELO DAMINELLI, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/02/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/02/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2071 de 13 de Agosto de 2012
PORTARIA nº 2071 de 13 de agosto de 2012

Admitir o (a) Servidor (a) LUCILENE APARECIDA TASCHEK STRACK DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCILENE APARECIDA TASCHEK STRACK DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/08/2012 a 21/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2072 de 13 de Agosto de 2012
PORTARIA nº 2072 de 13 de agosto de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010 e diante da comprovada e justificada necessidade de excepcional interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KATIA IZAURA MARCELINO FERNANDES, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA COM REGÊNCIA DE CLASSE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 30 horas semanais, no período de 07/08/2012 a 28/10/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2074/2012
PORTARIA Nº 2074/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RAFAEL GONZAGA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6063/2012 em anexo no período de 03/08/2012 a 09/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2075/2012
PORTARIA Nº 2075/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA APARECIDA DALPRÁ, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6121/2012 em anexo no período de 07/08/2012 a 16/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2076/2012
PORTARIA Nº 2076/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAYCON JOSÉ CORREIA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6116/2012 em anexo no período de 02/08/2012 a 08/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.
Por delegação
REGINA EVALDT
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2077/2012
PORTARIA Nº 2077/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTINA BELL NILES, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6083/2012 em anexo no período de 06/08/2012 a 20/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2078/2012

PORTARIA Nº 2078/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI TEIXEIRA RODRIGUES, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6110/2012 em anexo no período de 06/08/2012 a 10/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2079/2012

PORTARIA Nº 2079/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA LUZ DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6078/2012 em anexo no período de 03/08/2012 a 05/09/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2080/2012

PORTARIA Nº 2080/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DANIELA MARQUES MACHADO, ocupante do Cargo temporário de FARMACÊUTICA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme

processo nº 6047/2012 em anexo no período de 02/08/2012 a 11/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2081/2012

PORTARIA Nº 2081/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RITA MARITE MORAIS MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5990/2012 em anexo no período de 03/08/2012 a 01/09/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2082/2012

PORTARIA Nº 2082/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIANA ROSA CARDOSO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6040/2012 em anexo no período de 02/08/2012 a 31/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2083/2012

PORTARIA Nº 2083/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SHIRLENE ELINARA SILVANO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6048/2012 em anexo no período de 31/07/2012 a 28/10/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2084/2012

PORTARIA Nº 2084/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA SALETE SPERANDIO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6084/2012 em anexo no período de 06/08/2012 a 10/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2085/2012

PORTARIA Nº 2085/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANGÉLICA CLAUDETE SILVA-NO DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6033/2012 em anexo no período de 01/08/2012 a 10/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2086/2012

PORTARIA Nº 2086/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI, ocupante do Cargo comissionado de AUXILIAR DE DIREÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6073/2012 em anexo no período de 01/08/2012 a 08/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2087/2012

PORTARIA Nº 2087/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica

Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 5991/2012 em anexo no período de 01/08/2012 a 07/08/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 2088/2012

PORTARIA Nº 2088/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), KÁTIA MILENE WIESE PIRES, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada no processo 6062/2012, no período de 07/08/2012 a 14/12/2012.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

Por delegação

REGINA EVALDT

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 2073 de 13 de Agosto de 2012.

PORTARIA nº. 2073 de 13 de agosto de 2012.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) VALDIR AMANCIO VIEIRA, detentor(a) da matrícula 132 e do cargo de provimento efetivo OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) VALDIR AMANCIO VIEIRA, detentor(a) da matrícula 132 e do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.00060/05-3, da qual se extraiu o período de 12 (doze) anos, 06 (seis) meses e 26 (vinte e seis) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.

JOSE CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 10/2012 FAMABI

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 10/2012 FAMABI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 28 agosto, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 28 agosto, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 14 de agosto de 2012.
HENRIQUE DE AZEVEDO
SUPERINTENDENTE DA FAMABI

Aviso de Pregão (Presencial) 193/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 193/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTAS PANTOGRÁFICAS, ZINCADAS E DEVIDAMENTE COLOCADAS NA UNIDADE ESCOLAR E.B.M FERNANDO B. VIEGAS DE AMORIM.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 29 agosto, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 29 agosto, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 14 de agosto de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão (Presencial) 195/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 195/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS E ESTABILIZADORES PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 28 agosto, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 28 agosto, 2012, no Setor de Licitações desta

Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 14 de agosto de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Termo de Dispensa de Licitação 164/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 164/2012 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E SUPORTE NOS SERVIÇOS DE FIREWALL E ANÁLISE DE VULNERABILIDADE DO SISTEMA.

CONTRATADA: TRUEIT COM. DE PRODUTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME.

VALOR: R\$ 3.000,00.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.01.2.011.33.90.39.08.00.00.00

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

Biguaçu, 14 de agosto de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Termo de Dispensa de Licitação Nº 163/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 163/2012 PMB

OBJETO: Locação de um imóvel localizado na Rua Lúcio Born, Bairro Centro, Biguaçu, para abrigar as dependências da Secretaria Municipal da Fazenda.

CONTRATADO: Ação Social São João Evangelista da Paróquia de Biguaçu.

VALOR: R\$ 8.070,51 (oito mil setenta reais) mensais, por um período de 12 (doze) meses, totalizando R\$ 96.846,12 (noventa e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e doze centavos).

Biguaçu, 13 de agosto de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
Contrato 430/2012. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA BERTOLDO SIMÃO DE OLIVEIRA, BAIRRO MORRO DA BOA VISTA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. Contratada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. Valor: R\$603.274,24 até 31 de dezembro de 2012 de acordo com o TP 176/2012 PMB.

Biguaçu, 14 de agosto de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Errata ao Edital Nº. 130/2012 - Pregão Eletrônico

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA AO EDITAL Nº. 130/2012 - PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SOB O Nº 130/2012

Em virtude de equívoco averiguado no tocante a qualificação do estabilizador constante no item 02, passa-se a retificar o que fora apontado no Anexo II (Especificação Técnica) do Edital correspondente ao Pregão Eletrônico nº. 130/2012.

Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Anexo II - Especificação Técnica (item 02):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
2	20,00	UN	57,30	ESTABILIZADORES ENERMAX - 300VA

LEIA-SE no Anexo II - Especificação Técnica (item 02):

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
2	20,00	UN	57,30	ESTABILIZADORES - 300VA

Biguaçu, 14 de agosto de 2012
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto Nº 050 2012

DECRETO Nº 050/2012

Altera membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Braço do Trombudo - CMDR.

Vilberto Müller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no artigo 2º da Lei Municipal nº 0422/2003 de 18.06.2003.

DECRETA:

Art. 1º Altera membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Braço do Trombudo - CMDR, de acordo com a Lei Municipal nº 0422/2003 de 18.06.2003 terá a seguinte composição:

- Representantes das Entidades:

I. Representante da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

II. Representante da Secretaria Municipal de Educação e Desporto:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

III. Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

IV. Representante da Secretaria Municipal de Obras/Estradas/Serviços Urbanos e Agropecuários:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

V. Representante da Indústria e Comércio:

Titular: Permanece

Suplente: Iuri Menari Lima

VI. Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Permanece

Suplente: Luiz Nazário

VII. Representante da Cooperativa Regional e Agropecuária Alto Vale do Itajaí:

Titular: Romildo Bennert

Suplente: Permanece

VIII. Representante do Clube de Mães:

Titular: Lindacir A.R. Silva

Suplente: Altiva Maria Felipe Alves

IX. Representante da Associação dos Aqüicultores:

Titular: Antônio Bertelli

Suplente: Permanece

X. Representante da Secretaria de Estado da Agricultura:

Titular: Silvia Mara Zimmermann

Suplente: Permanece

- Representantes das Comunidades:

I. Representante da Comunidade de Serril:

Titular: Waldemiro Alves de Campos

Suplente: Orlando Hempckmaier

II. Representante da Comunidade de Águas Sulfurosas:

Titular: Luiz Flávio Muller

Suplente: Permanece

III. Representante da Comunidade de Furnas:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

IV. Representante da Comunidade de Ribeirão Ernesto:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

V. Representante da Comunidade de Centro/Sede:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

VI. Representante da Comunidade de Braço Novo:

Titular: Alfons Hobus

Suplente: Permanece

VII. Representante da Comunidade de Km 15:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

VIII. Representante da Comunidade de Ribeirão Concórdia:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

IX. Representante da Comunidade de Alto Ribeirão Vitória:

Titular: Permanece

Suplente: Sebastião Wilhelm



X. Representante da Comunidade de Baixo Ribeirão Vitória:

Titular: Permanece

Suplente: Permanece

Art. 2º Fica alterado o Decreto 027/2011 de 07.07.2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de agosto de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Pregão 35/2012 Registro de Preço.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 40/2012

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 35/2012 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 29.08.2012, estará selecionando a melhor proposta para aquisição de produtos químicos para as Estações de tratamento de água. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 15 de agosto de 2012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° 40/2012

EXTRATO DE CONTRATO 40/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: ALFHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA.

CNPJ sob o nº 07.829.250/0001-88, Sito a Rodovia BR 470, SN

Cidade de Trombudo Central - SC

Objeto: Aquisição de Pedras de Ardósia

Valor: R\$ 36.819,00 (trinta e seis mil, oitocentos e dezenove reais).

Vigência: 31.12.2012.

Data da assinatura: 14.08.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 14/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2012****Número do Registro de Preços: 14/2012****Data do Registro: 16/05/2012****Válido até: 16/05/2013****Objeto da Compra:** Serviços de escavações e limpeza para construção Galeria Tamandaré, serviços de escavações e carregamento de macadame para estradas vicinais e limpeza de estradas vicinais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de escavação e limpeza Ribeirão Tamandaré, com extensão de 80 mts para realização da construção Galeria Tamandaré (9186)	HR	V. FERNANDES & CIA LTDA (8200)		0	160,0000	1
2	Serviços de carregamento de macadame para manutenção de estrada vicinais (9187)	HR	V. FERNANDES & CIA LTDA (8200)		0	160,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2012**Número do Registro de Preços: 14/2012****Data do Registro: 16/05/2012****Válido até: 16/05/2013****Objeto da Compra:** Serviços de escavações e limpeza para construção Galeria Tamandaré, serviços de escavações e carregamento de macadame para estradas vicinais e limpeza de estradas vicinais.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Serviços de escavação e limpeza para manutenção de estrada vicinais (9188)	HR	V. FERNANDES & CIA LTDA (8200)		0	160,0000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2012****PROCESSO Nº 27/2012**

(8200) - V. FERNANDES & CIA LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 16 de Maio de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.319

DECRETO Nº 5.319, de 09 de agosto de 2012.

Designa o Secretário Municipal da Administração para dar suporte técnico

à Secretaria Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art.79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Secretário Municipal da Administração, Senhor Carlos Vilmar Ribeiro, em razão de seu vasto conhecimento nas áreas contábil e financeira da Administração Pública Municipal, para dar suporte técnico à Secretaria Municipal de Saúde, visando os documentos contábeis/financeiros para pagamento, com objetivo de adequar as despesas aos Programas Federais e Estaduais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Aviso de Dispensa de Licitação 04-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Secretaria Municipal de Educação

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2012

O Município de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 04/2012 para contratação de empresa para execução de complementação e urbanização de área externa do Ginásio e construção de rampa de acesso na Escola Municipal de Educação Básica Pierina Santin Perret conforme projetos e memoriais anexos, através da empresa Construtora e Incorporadora GG Bruschi Ltda/CNPJ nº 73.461.196/0001-95, com sede no Município Videira/SC, pelo valor total de R\$ 451.668,34 (quatrocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos), prazo de execução: 120 (cento e vinte) dias, nos termos do artigo 24, Inciso V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, devidamente justificado no processo.

Caçador/SC, 14 de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO

Secretário de Administração

Editais Convocação Nº 15 Act Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015, de 14 de agosto de 2012.

Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79,

da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme sequência de classificação:

AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO:

Rosana Patricia Cavalheri Rocha

Rosene Aparecida Moraes Rosa

Noemi Braz da Silva

1º ANO

Mabel de Oliveira Ventz

Solange Aparecida Pivotto

Lira Cristina Szancoski de Souza

Kerin Michelle Chieza

Evelyn Priscila Schulze Procópio

Graziele Cristine Drehmer de Oliveira

Suzielen Denardi Zanchi

Sebastiana Alves

Gislaine Vanessa Pereira da Cunha

Iandra Maria David Preto

Renata Padilha de Andrade

Gisele Santore

Thamy Elis Mazzotti

Joyce Porth

Jucelia Aparecida Ferreira de Lima Palmeira

Maria Alice Mariano Rosa

Margara Cassol de Almeida

Cici Josiane Bueno Nunes

Ana Paula Noll

Áquila Arcaro

Leandra Aparecida Pereira dos Santos

Andreia Telles Tesser

Cristina Silva Moraes dos Santos

Hebréia Arkana Bonato

Mariana Susin Frigoto

Denise Aparecida da Silva Branco Ferreira

Dovani Aparecida dos Santos

Elisangela Ferreira

Rosangela Fatima de Paula

Isamara Camargo Alves Peretti Maia

AUXILIAR DE BIBLIOTECA

Diva Neide Pacheco Rodrigues

Patricia Gonçalves

SECRETÁRIO ESCOLAR

Margareth Tizuka Wakisono

Ana Maria Pirolli Fernandes

Aline Batistela Isotton

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 14 de agosto de

2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Edital de Convocação 003 - Servente/Especialista - Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003, de 14 de agosto de 2012.
Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 06/2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 06/2012, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme seqüência de classificação:

ESPECIALISTA

Simone Eger
Renata Padilha de Andrade
Cláudia Adriana Silva da Silva
José Cristiano Peretti
Cici Josiane Bueno Nunes

SERVENTE

Simone Aparecida dos Santos
Juliana Alves dos Santos

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 14 de agosto de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Ata SRP 119 - 2012 Saúde

Ata SRP 119/2012 FMS – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 78/2012 PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE referente ao processo licitatório nº 13/2012, PE 01/2012. Contratado: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA Valor: R\$ 3.480,00 Prazo: 12 meses sendo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$
257	60.000	Cprs/ cápsula	Sinvastatina 20mg cp	0,0580
			Valor total	3.480,00

Ata SRP 120 - 2012 Saúde

Ata SRP 120/2012 FMS – Aditamento em 25% a ata de registro de preços nº 68/2011 para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE referente ao processo licitatório nº 25/2011, PR 17/2011. Contratado: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA. Sendo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
02	625	Unidade	Água sanitária, cloro ativo com alvejante, desinfetante e bactericida, frasco de 1 litro	0,96	600,00
13	75	Unidade	Limpa vidros, frasco de 500 ml	1,08	81,00
34	75	Unidade	Toalha de tecido para louça, branca sem pinturas ou bordados, medindo no mínimo 0,30 x 0,50 mt, com barra	1,42	106,50
VALOR TOTAL					787,50

Ata SRP 121 - 2012 Saúde

Ata SRP 121/2012 FMS – Aditamento em 25% a ata de registro de preços nº 70/2011 para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE referente ao processo licitatório nº 25/2011, PR 17/2011. Contratado: COMÉRCIO DE EMBALAGENS CAÇADOR LTDA. Sendo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
35	50	Unidade	Toalha de rosto, 100% algodão, branca, felpuda com no mínimo 0,30 x 0,50 mt	2,75	137,50
41	500	Unidade	Sacola plástica reforçada de 100 litros com alça, branca	0,45	225,00
54	6	Unidades	Garrafas térmicas 03 litros	22,50	135,00
VALOR TOTAL					497,50

Ata SRP 122 - 2012 Saúde

Ata SRP 122/2012 FMS – Aditamento em 25% a ata de registro de preços nº 71/2011 para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE referente ao processo licitatório nº 25/2011, PR 17/2011. Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA. Sendo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
20	25	Fardo	Papel higiênico extra macio, branco, rolo de 30 metros, não reciclado, fardo com 64 rolos	15,49	387,25

25	1.500	Pacote	Saco de lixo reforçado, preto, capacidade para 50 litros, pacote com 10 unidades	0,86	1.290,00
29	300	Pacote	Açúcar refinado, pacote com 5 quilos	10,90	3.270,00
39	300	Caixa	Filtro de papel para café nº 103, caixa com 40 unidades	1,55	465,00
48	50	Pacote	Sabão em barra ou pedra com desengordurante, perfumado, pacote com 05 unidades	3,15	157,50
VALOR TOTAL					5.569,75

Ata SRP 123 - 2012 Saúde

Ata SRP 123/2012 FMS – Aditamento em 25% a ata de registro de preços nº 72/2011 para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE referente ao processo licitatório nº 25/2011, PR 17/2011. Contratado: MARCOS BULLE DA COSTA. Sendo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
04	62	Unidade	Cera líquida 750 ml, incolor para piso de madeira, alto brilho sem necessidade de passar enceradeira	2,15	133,30
08	10	Unidade	Balde plástico reforçado com alça de plástico, capacidade mínima 30 litros	6,44	64,40
26	6	Unidade	Mangueira plástica para lavar calçada com conexão para torneira e 30 metros com comprimento	24,90	149,40
33	12	Unidade	Lixeiro de plástico reforçado com tampa, capacidade mínima de 50 litros	13,80	165,60
43	17	Frasco	Inseticida mata moscas, baratas e formigas, frasco com 300 ml	5,97	101,49
VALOR TOTAL					614,19

Ata SRP 124 - 2012 Saúde

Ata SRP 124/2012 FMS - REGISTRO DE PREÇOS nº 77/2012 PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE referente ao processo licitatório nº 13/2012, PE 01/2012. Contratado: MÁXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Valor: R\$ 1.250,00 Prazo: 12 meses sendo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	R\$
241	2.000	Ampola	Prometazina, Cloridrato sol. Inj. 25mg/mL	0,6250
VALOR GLOBAL				1.250,00

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 220, de 14 de Agosto de 2012

DECRETO LEGISLATIVO Nº 220, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

Homologa Termo de Cooperação celebrado entre o Município de Caçador e o Município de Rio das Antas.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 13 de agosto de 2012, aprovou e ela promulga o seguinte, DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica homologado Termo de Cooperação, celebrado entre o Município de Caçador e o Município de Rio das Antas, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.294/0001-23, com sede na Rua do Comércio, nº 780, objetivando o acolhimento de idosos, a fim de que os mesmos sejam atendidos em suas necessidades básicas nas dependências da Casa Lar São José, conforme Termo de Cooperação que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2012.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO, CARLOS EVANDRO LUZ,
Presidente. 1º Secretário,

ITACIR JOÃO FIORESE,
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,
2º Secretário.

Camboriú

PREFEITURA

Anulação Cc 1/12 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ANULAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 001/2012 - FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 047/2012 cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS COM VESTIÁRIOS - PARA AS ESCOLAS IVONE TEREZINHA GARCIA (OBRA 21909), PROFº ABALOR AMÉRICO MADEIRA (OBRA 21911), PROFº ARTUR SICHMANN (OBRA 21910) PAC 2 PRÓ-INFÂNCIA, AMBAS COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 980,40 M2 CADA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 15 de Agosto de 2012.

MILTON ANTONIO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

PR 28/12 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2012-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, DESTINADO PARA MOLHAR AS RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS NÃO PAVIMENTADAS, REGAR JARDINS PÚBLICOS, REALIZAR LIMPEZA DE CISTERNAS EM PREDIO PÚBLICO, BEM COMO TRANSPORTAR E ABASTECER COM ÁGUA POTÁVEL LOCAIS PÚBLICOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de Agosto de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Agosto de 2012.

MILTON ANTONIO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

PR 5/12 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2012- FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTA BÁSICA) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 29 (vinte e nove) de Agosto de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Agosto de 2012.

MILTON ANTONIO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Campo Alegre**PREFEITURA****Lei Nº 3.864 de 15 de Agosto de 2012**

LEI Nº 3.864 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.685,00 (trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339047.00.104 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

2.501 - Atividades PAIF - Mãe Gerando Renda

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00

339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 400,00

2.502 - Atividades do PAIF - Adolescentes de 12 a 16 anos

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

2.503 - Atividades do PAIF - Jovens e Adolescentes de 14 a 18 anos

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00

2.504 - Atividades do PAIF - Crianças de zero a 12 anos

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 1.500,00

2.506 - Atividades do PAIF - Capacitação da Melhor Idade

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 800,00

339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00

339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

2.811 - Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família

400000.00.440 - Despesas de Capital

440000.00.440 - Investimentos

449000.00.440 - Aplicações Diretas
 449052.00.440 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.985,00
 TOTAL R\$ 32.685,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo Recursos Ordinários Municipais (cód 104), dos Recursos do Programa Bolsa Família - PBF (cód. 488) e dos Recursos do Índice de Gestão do Programa Bolsa Família - IGD/BF(Cód. 440).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.
 VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.865 de 15 de Agosto de 2012

LEI Nº 3.865 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.966,00 (nove mil, novecentos e sessenta e seis reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social
 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais
 2.504 - Atividades do PAIF - Crianças de zero a 12 anos
 300000.00.488 - Despesas Correntes
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.488 - Aplicações Diretas
 339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.500,00
 339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00
 2.505 - Atividades PAIF - Sexualidade: Educação e Prevenção
 300000.00.488 - Despesas Correntes
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.488 - Aplicações Diretas
 339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.500,00
 2.811 - Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família
 300000.00.488 - Despesas Correntes
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.488 - Aplicações Diretas
 339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 1.600,00
 400000.00.450 - Despesas de Capital
 440000.00.450 - Investimentos
 449000.00.450 - Aplicações Diretas
 449052.00.450 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.866,00

TOTAL R\$ 9.966,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, utilizando-se os Recursos do Programa Bolsa Família - PBF (cód. 488) e CPBF (cód. 450).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.
 VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina
 Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.866 de 15 de Agosto de 2012

LEI Nº 3.866 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial e Cria Elemento de Despesa no valor de R\$ 6.667,00 (seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais) no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social:

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social
 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais
 2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social
 400000.00.497 - Despesas de Capital
 440000.00.497 - Investimentos
 449000.00.497 - Aplicações Diretas
 449052.00.497 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 6.667,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, especificamente do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social - IGD/SUAS (Cód. 497).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.
 VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.867 de 15 de Agosto de 2012

LEI Nº 3.867 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE AÇÕES NAS

LEIS MUNICIPAIS Nº 3.524/2009 E 3.765/2011.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art.1º) Ficam criadas as ações no Órgão 92 - Fundo Municipal de Assistência Social e Unidade 01 - Manutenção das Atividades Sociais, conforme a seguinte descrição.

- a) Ação 2.509 - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio - Pessoas com Deficiência e Idosas;
- b) Ação 2.510 - BPC na Escola;
- c) Ação 2.511 - Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS.

Parágrafo único: As alterações mencionadas no caput, referem-se especificamente das Leis Municipais nº 3.524/2009 e 3.765/2011, PPA 2010/2013 e LDO 2012, respectivamente, conforme Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais anexas.

Art.2º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.868 de 15 de Agosto de 2012

LEI Nº 3.868 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA AÇÕES POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial e Criar Ações no valor de R\$ 41.446,00 (quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.509 - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio - Pessoas com

Deficiência e Idosos

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 500,00

339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00

339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

R\$ 250,00

2.510 - BPC na Escola

300000.00.500 - Despesas Correntes

330000.00.500 - Outras Despesas Correntes

339000.00.500 - Aplicações Diretas

339030.00.500 - Material de Consumo R\$ 400,00

339039.00.500 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 296,00

2.511 - Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS

300000.00.499 - Despesas Correntes

330000.00.499 - Outras Despesas Correntes

339000.00.499 - Aplicações Diretas

339030.00.499 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

339036.00.499 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 15.000,00

339039.00.499 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 12.600,00

400000.00.104 - Despesas de Capital

440000.00.104 - Investimentos

449000.00.104 - Aplicações Diretas

449052.00.104 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.900,00

TOTAL R\$ 41.446,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, utilizando-se os Recursos do Programa Bolsa Família - PBF (cód. 488), os Recursos Transferidos pelo FNAS - BPC (cód. 500), os Recursos do Piso Básico de Transição - PBT (cód. 499) e os Recursos Ordinários Municipais (cód. 104).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.230 de 13 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 7.230 DE 13 DE AGOSTO DE 2012

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 010/2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VII e IX da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Constituir a Comissão Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 010/2012, integrada pelos membros abaixo descritos:

§ 1º) Para Comissão de Avaliação ficam nomeados os seguintes membros:

Zurita Maria Pacheco Rückl, matrícula nº 282;

Sirlone DE Souza Carneiro, matrícula nº. 000428;



Sandro Bueno Franco, matrícula nº 274.

§ 2º) Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para a Seleção do Cargo de Médico IV - Médico Plantonista objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 010/2012 desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão organizar a elaboração do Edital avaliar, supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 13 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 13/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.231 de 15 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 7.231 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.864 de 15 de agosto de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 32.685,00 (trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339047.00.104 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

2.501 - Atividades PAIF - Mãe Gerando Renda

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.000,00

339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 400,00

2.502 - Atividades do PAIF - Adolescentes de 12 a 16 anos

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

2.503 - Atividades do PAIF - Jovens e Adolescentes de 14 a 18

anos

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00

2.504 - Atividades do PAIF - Crianças de zero a 12 anos

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 1.500,00

2.506 - Atividades do PAIF - Capacitação da Melhor Idade

300000.00.488 - Despesas Correntes

330000.00.488 - Outras Despesas Correntes

339000.00.488 - Aplicações Diretas

339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 800,00

339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00

339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

2.811 - Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família

400000.00.440 - Despesas de Capital

440000.00.440 - Investimentos

449000.00.440 - Aplicações Diretas

449052.00.440 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.985,00

TOTAL R\$ 32.685,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, sendo Recursos Ordinários Municipais (cód 104), dos Recursos do Programa Bolsa Família - PBF (cód. 488) e dos Recursos do Índice de Gestão do Programa Bolsa Família - IGD/BF(Cód. 440).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.232 de 15 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 7.232 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.865 de 15 de agosto de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 9.966,00 (nove mil, novecentos e sessenta e seis reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.504 - Atividades do PAIF - Crianças de zero a 12 anos
 300000.00.488 - Despesas Correntes
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.488 - Aplicações Diretas
 339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.500,00
 339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00
 2.505 - Atividades PAIF - Sexualidade: Educação e Prevenção
 300000.00.488 - Despesas Correntes
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.488 - Aplicações Diretas
 339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.500,00
 2.811 - Manutenção e Coordenação do Programa Bolsa Família
 300000.00.488 - Despesas Correntes
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.488 - Aplicações Diretas
 339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 1.600,00
 400000.00.450 - Despesas de Capital
 440000.00.450 - Investimentos
 449000.00.450 - Aplicações Diretas
 449052.00.450 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.866,00
 TOTAL R\$ 9.966,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, utilizando-se os Recursos do Programa Bolsa Família - PBF (cód. 488) e CPBF (cód. 450).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina
 Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.233 de 15 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 7.233 DE 15 DE AGOSTO DE 2012
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.866 de 15 de agosto de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Cria Elemento de Despesa no valor de R\$ 6.667,00 (seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais) no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social
 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais
 2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social
 400000.00.497 - Despesas de Capital
 440000.00.497 - Investimentos

449000.00.497 - Aplicações Diretas
 449052.00.497 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 6.667,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, especificamente do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único da Assistência Social - IGD/SUAS (Cód. 497).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
 Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
 Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.234 de 15 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 7.234 DE 15 DE AGOSTO DE 2012
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA AÇÕES POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.868 de 15 de agosto de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Criar Ações no valor de R\$ 41.446,00 (quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social
 92.01 - Manutenção das Atividades Sociais
 2.509 - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio - Pessoas com Deficiência e Idosos
 300000.00.488 - Despesas Correntes
 330000.00.488 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.488 - Aplicações Diretas
 339030.00.488 - Material de Consumo R\$ 500,00
 339036.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 500,00
 339039.00.488 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 250,00
 2.510 - BPC na Escola
 300000.00.500 - Despesas Correntes
 330000.00.500 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.500 - Aplicações Diretas
 339030.00.500 - Material de Consumo R\$ 400,00
 339039.00.500 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 296,00
 2.511 - Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS
 300000.00.499 - Despesas Correntes
 330000.00.499 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.499 - Aplicações Diretas
 339030.00.499 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 339036.00.499 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 15.000,00

339039.00.499 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 12.600,00
400000.00.104 - Despesas de Capital
440000.00.104 - Investimentos
449000.00.104 - Aplicações Diretas
449052.00.104 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.900,00
TOTAL R\$ 41.446,00

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Assistência Social, utilizando-se os Recursos do Programa Bolsa Família - PBF (cód. 488), os Recursos Transferidos pelo FNAS - BPC (cód. 500), os Recursos do Piso Básico de Transição - PBT (cód. 499) e os Recursos Ordinários Municipais (cód. 104).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.236 de 15 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.236 DE 15 DE AGOSTO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. CLAUDINE IARA SCHLOEGEL ENGLER, Cargo Público de Professor IV - Inglês, Registro no Sistema sob o nº 955007, a partir de 15 de agosto de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.237 de 15 de Agosto de 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 7.237 DE 15 DE AGOSTO DE 2012
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA
PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora - LEONOR APARECIDA DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000691, Registro no Sistema Sob o nº 955130, declarando vacância no Cargo Público de Agente Operacional I, Função Auxiliar de Serviços Gerais, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 15 de agosto de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.238 de 15 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 7.238 DE 15 DE AGOSTO DE 2012
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO E,
ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003, alterada pela Lei Municipal 3.531 de 03 de dezembro de 2009; Decreta:

Art.1º) Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

I - GOVERNAMENTAL:

* Dois Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:

Titular: ADERBAL RODRIGO LOPES;
Suplente: SÉRGIO COSTA.

Titular: BRUNO SEEFELD;
Suplente: FRANCISCO OSNI DE LIMA.

* Dois Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: ODENILSON CONTRAT EHLKE;
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL;
Suplente: ANDRÉ LUIZ NIEMEYER.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE;
Suplente: JOCELI DE SOUZA.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE;
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

* Dois Representantes da Câmara Municipal:

Titular: WOLFRAN BAHR;
Suplente: MÁRIO JORGE GROSSKOPF.

Titular: BETINA MOREIRA DA SILVA;
Suplente: ALINDA LAURINDA LENHERDT CÂNDIDO.

* Um Representante do Corpo de Bombeiros Militar:

Titular: ANTONIO ZAURI CORRÊA VILMIZ;
Suplente: ALAMIR JOSÉ PAULINO.

* Um Representante da COMDEC - Comissão Municipal de Defesa Civil:

Titular: MARIA DE LOURDES LACHOVSKI PADILHA;
Suplente: ROSANA EMÍLIA GREIPEL.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental:

Titular: ARTUR FERNANDO BASTOS;
Suplente: PEDRO IVONEI GORNIACK.

II - NÃO GOVERNAMENTAL:

* Representante da ACIACA - Associação Empresarial de Campo Alegre:

Titular: VALDIR REICHERT;
Titular: FERNANDO GROSSKOPF;

* Representantes do Comércio através do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:

Titular: MARIA APARECIDA SANT'ANA MARGOTTO;
Suplente: JOÃO LEFFECK.

* Dois Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: LEONIDES HOFF;
Suplente: RUFINO TELMA.

Titular: ALUÍSIO BIABOCK;
Suplente: BRÁULIO PRUCKNESKI.

* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR;
Suplente: NILVALDO COLAÇO.

* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: MARÍLIA CRISPI DE MORAES;
Suplente: SAMILLE KESTERING.

* Seis Representantes das Associações de Moradores do Município:

Distrito de Fragosos
Titular: ROSELI RODACKI BAPTISTA;
Suplente: LAÉRCIO FRANCISCO FILHO.

Distrito de Bateias de Baixo
Titular: EGON HEIDEN;
Suplente: ADILSON LAUDI HEIDEN.

Associação de Moradores da Área Rural
Titular: GERALDO BINECK;
Suplente: VIVIANE LINZMEYER FUCKNER.

Titular: CELSO DZIEDZIC;
Suplente: ANA ROSELI OSOVSKY.

Associação de Moradores da Área Urbana

Titular: ANDREA SCHMELER;
Suplente: CLAUDIA FERRAZ DOS SANTOS BAHR.

Titular: ROSANE DE FÁTIMA MELO;
Suplente: ROSANE KATZMANN.

* Dois Representantes dos Profissionais Liberais:

Titular: MARCELO MAURÍCIO FOITTE;
Suplente: VIVIAN WESTPHAL.

Titular: SUELEN MARGOT TRIBESS;
Suplente: VALDELÂNIA NEUMANN.

* Um representante dos Artesãos, através da Associação "Mãos do Campo":

Titular: VANI MARIA WIBBELT;
Suplente: HERMA SCHWARZ.

* Um representante dos Serviços Notariais e Registrais:

Titular: FABÍOLA SCHEFFER BRUNNQUELL;
Suplente: SANDRA BORGHEZAN BECKAUSER.

* Um representante do Conselho Municipal de Habitação:

Titular: CLODOALDO DA ROSA;
Suplente: IMELDA JULIA WATZKO.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 6.642 de 15 de agosto de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 15 de agosto de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/08/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.584 de 01/08/2012

DECRETO Nº 6.584 DE 01/08/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 - Manutenção da Secretaria de Administração

Elementosdespesa: 162-3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 31.838,61

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL FAMÍLIA E TRABALHO

UNIDADE: 17 - DEP. DE PROJETOS PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.025 - Manutenção do Dep. de Projetos para Geração de Emprego e Renda

Elementosdespesa: 163-3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 1.410,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 33.248,61 (trinta e três mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e um centavos) parte do superávit financeiro - 2011 Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

01 de agosto de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.769 de 14/08/2012

LEI Nº 3.769 DE 14/08/2012

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação para o período de 2012 a 2021, conforme manuais anexos.

Art. 2º. Integra esta Lei independente de transcrição os manuais elaborados no II - Fórum Municipal Para Elaboração do Plano Municipal de Educação de Campos Novos, homologado pelo Conselho Municipal de Educação em 27 de junho de 2012.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado a presente Lei em,

14 de agosto de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Lei Nº 3.770 de 14/08/2012

LEI Nº 3.770 DE 14/08/2012

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Para os efeitos desta Lei poderão ser declarados de utilidade pública municipal, por iniciativa do chefe do poder executivo, as entidades constituídas na forma de pessoas jurídicas de direito privado, com fins não econômicos, que desenvolvam no âmbito do município de Campos Novos, atividades de interesse coletivo, com o objetivo de promover:

I – Educação Gratuita;

II – Assistência Social;

III – Saúde Gratuita;

IV – A prática Gratuita de Esportes;

V – Cultura, Costumes, Tradições, Defesa e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico;

VI – O Voluntariado e a Filantropia;

VII – A Defesa, Preservação e Conservação do meio ambiente, animais e promoção do desenvolvimento sustentável; e

VIII – O desenvolvimento econômico e social, e o combate a pobreza.

Art. 2º. As entidades enquadradas no artigo anterior, deverão prestar serviços de natureza relevante e de notório caráter comunitário e social, concorrentes com aqueles prestados pelo município.

Art. 3º. Não serão reconhecidas de utilidade pública, ainda que desenvolvam atividades com os objetivos descritos no artigo 1º desta lei, as entidades:

I – de benefícios mútuos destinadas a proporcionar serviços ou bens a um número restrito de associados, não extensivos à comunidade em que atua.

II – religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

III – partidárias.

Art. 4º. Para serem declaradas de utilidade pública as entidades deverão comprovar os seguintes requisitos:

I – Ser constituída com sede, filial ou extensão no município de Campos Novos.

II – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

III – Efetivo e contínuo funcionamento nos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à formulação do pedido;

IV – Ata de fundação, estatuto e alterações registrados no Cartório de Registro de Pessoas Físicas ou Jurídicas da Comarca;
V – Ata da eleição da diretoria;
VI – Declaração de que os cargos de diretoria do conselho não são remunerados, e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens auferidas mediante o exercício de suas atividades.

Parágrafo Único: os documentos referidos nesse artigo deverão ser originais ou cópias autenticadas.

Art. 5º. A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Assistência Social, até o dia 31 de janeiro de cada ano, para o controle e identificação do cumprimento do disposto no artigo 1º desta lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:
I – Relatório anual de atividades do exercício anterior;
II – Demonstrativo das receitas e despesas.

Art. 6º. O Chefe do Poder Executivo expedirá certidão de reconhecimento de utilidade pública somente às entidades que atenderem ao disposto nos artigos 1º - 4º desta lei.

Art. 7º. Ficam ratificados os reconhecimentos de utilidade pública constantes do anexo I desta lei.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado a presente Lei em,
14 de agosto de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI Nº	DATA	EMENTA
2.582	24/02/2000	Declara de utilidade pública o C.T.G Velha Espora
2.587	15/03/2000	Declara de utilidade pública o C.T.G Amizade Sem Fronteiras
2.613	29/08/2000	Declara de utilidade pública Conselho de Defesa e Orientação do Consumidor – CODOC
2.654	25/06/2001	Declara de utilidade pública a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campos Novos - AEACN
2.661	22/08/2001	Declara de utilidade pública Associação de Voluntários Amigos do Hospital Dr. José Athanázio
2.664	10/09/2001	Declara de utilidade pública a Associação de Moradores Unidos do Ibicuí
2.670	04/10/2001	Declara de utilidade pública a entidade que menciona – Núcleo de Artesanato Camponovense - NAC
2.671	04/10/2001	Declara de utilidade pública Centro Beneficente S. Aparecida
2.715	05/09/2002	Declara de utilidade pública a Entidade que menciona – Associação dos Servidores do SAMAE – ASSERMAE
2.734	04/12/2002	Declara de utilidade pública Conselho Comunitário do Bairro Senhor Bom Jesus
2.777	12/05/2003	Declara de utilidade pública Grupo de Estudos para Adoção
2.799	13/08/2003	Declara de utilidade pública Comunidade Social Cristo Rei
2.812	12/09/2003	Declara de utilidade pública Associação Moradores Bairro Bom Jesus

2.828	17/11/2003	Declara de utilidade pública Loja Maçônica SEF
2.860	29/03/2004	Declara de utilidade pública Carboy's Motor Clube
2.861	08/04/2004	Declara de utilidade pública Associação de Pescadores Amadores de Campos Novos
2.870	29/04/2004	Declara de utilidade pública Associação Comunitária Nova Machadinho
2.882	26/05/2004	Declara de utilidade pública Lions Clube Campos Novos
2.932	13/04/2005	Declara de utilidade pública Associação de Pequenos Agricultores Reassentados pela Usina Hidroeletrica de Itá - APARPUHI
2.939	27/04/2005	Declara de utilidade pública Associação de Moradores Loteamento Iguaçu
2.955	27/06/2005	Declara de utilidade pública Conselho de Segurança do Setor nº 2
2.959	10/08/2005	Declara de utilidade pública Conselho Gestor do CAIC
2.966	18/08/2005	Declara de utilidade pública Associação dos Funcionários da Germano Foppa
2.972	23/08/2005	Declara de utilidade pública Escola de Pais do Brasil – Seccional de Campos Novos
2.980	15/09/2005	Declara de utilidade pública Sociedade Esportiva São Pedro Sarandi
2.981	15/09/2005	Declara de utilidade pública Associação Câmara Juniors de Campos Novos
2.991	30/09/2005	Declara de utilidade pública Conselho de Segurança Setor I - CONSEG
3.021	22/02/2006	Declara de utilidade pública Grupo Escoteiro Araucária/82
3.027	22/02/2006	Declara de utilidade pública DCE – Diretório Central dos Estudantes
3.052	25/04/2006	Declara de utilidade pública Agropecuária, Geração e Comercialização de Energia Elétrica Salto do Leão LTDA EPP
3.073	20/06/2006	Declara de utilidade pública Pastoral da Criança – Campos Novos – SC
3.089	09/08/2006	Declara de utilidade pública Associação de Desenvolvimento da Microbacia Terra, Água e Vida
3.090	09/08/2006	Declara de utilidade pública Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Lajeado Caxambú
3.091	14/08/2006	Declara de utilidade pública Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Ibicuí
3.162	07/03/2007	Declara de utilidade pública ACADAV
3.169	21/03/2007	Declara de utilidade pública ADECAN
3.170	21/03/2007	Declara de utilidade pública Associação Comunitária da Linha Durigon
3.184	17/04/2007	Declara de utilidade pública os Clubes de Mães: Unidas Venceremos, Reino da Alegria, Alegria de Viver, Girassol, Esperança do Reassentamento Cristo Rei, Unidas Venceremos do Reassentamento Nova Machadinho; e o Grupo de Amigas Flores do Campos de Pinhal Preto.
3.186	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães Vivendo e Aprendendo
3.187	11/05/2007	Declara de utilidade pública Pinheiro Futebol Clube
3.190	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães Novo Amanhecer

3.191	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães Grupo de Mulheres Paraíso de Alto Bela Vista
3.192	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães Conquista da Terra do Assentamento Humaitá
3.193	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães Raios do Sol
3.194	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães Renascer
3.195	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães Nossa Senhora das Graças
3.196	11/05/2007	Declara de utilidade pública Clube de Mães do Distrito de Barra do Leão
3.200	16/05/2007	Declara de utilidade pública Centro de Tradições Gaúchas Freio de Prata
3.202	16/05/2007	Declara de utilidade pública Associação Beneficente Mulheres Camponovenses em Ação – ABEMCA
3.209	11/06/2007	Declara de utilidade pública Associação Oscar Bruno Schaly
3.210	11/06/2007	Declara de utilidade pública Associação de Produtores Rurais Fazenda São Pedro
3.211	26/06/2007	Declara de utilidade pública Lions Clube de Campos Novos Aliança
3.213	26/06/2007	Declara de utilidade pública Associação de Estudantes do Curso de Gestão de Agronegócio UNOESC SC CN
3.238	04/10/2007	Declara de utilidade pública Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Henrique Rupp Júnior – APP
3.240	11/10/2007	Declara de utilidade pública Clube Esportivo e Recreativo de Amigos Camponovenses
3.243	24/10/2007	Declara de utilidade pública Associação de Mães e Pais Bom Samaritano de Campos Novos – APASAM
3.249	12/11/2007	Declara de utilidade pública Associação de Moradores da Barra do Leão – A.D.M.L.
3.251	21/11/2007	Declara de utilidade pública APP da Escola Municipal André Rebouças
3.252	21/11/2007	Declara de utilidade pública APP da Escola de Educação Básica Paulo Blasi
3.306	16/06/2008	Declara de utilidade pública Sociedade Esportiva União Aparecida
3.331	21/08/2008	Declara de utilidade pública Clube Água Camponovense
3.507	22/04/2010	Declara de utilidade pública Associação de Produtores Rurais da Comunidade de Serraria Pacheco
3.512	30/04/2010	Declara de utilidade pública Associação dos Pescadores Amadores de Campos Novos – APECAN
3.527	07/06/2010	Declara de utilidade pública Comunidade Cervos da Pobreza
3.553	18/08/2010	Declara de utilidade pública Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
3.578	26/11/2010	Declara de utilidade pública Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Campos Novos
3.590	15/12/2010	Declara de utilidade pública Associação de Pais e Amigos de Autistas de Campos Novos – AMA
3.624	07/04/2011	Declara de utilidade pública Associação dos Pilotos do Oeste Catarinense – APIOSC
3.684	23/09/2011	Declara de utilidade pública Centro de Tradições Gaúchas Mágoa de Boiadeiro

3.699	21/11/2011	Declara de utilidade pública Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Coronel Gasparino Zorzi – APP
3.702	24/11/2011	Declara de utilidade pública Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Campos Novos – SC
3.714	20/12/2011	Declara de utilidade pública Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Campos Novos
3.719	20/12/2011	Declara de utilidade pública Centro de Tradições Gaúchas Ernesto Tormen
3.723	20/12/2011	Declara de utilidade pública Associação de Pais e Professores da Escola Fundamental Dalpai

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.585/12 de 13/08/2012

DECRETO Nº 6.585/12 DE 13/08/2012

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para Gestão de agosto/2012 a agosto/2014.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Catiane Stefanos Santos
Suplente: Diandra Maria Mazo

Secretaria de Educação e Cultura
Titular: Magali Corona Mecabô
Suplente: Vera Lúcia de Vargas

Secretaria da Saúde
Titular: Ivone Maria Zambon
Suplente: Diomar Canuto

Instituto de Seguridade Social - INSS
Titular: Lúcia Francisca de Oliveira
Suplente: Maria Judite Alves Dias Balestrin

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
I - Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários da Assistência Social

Comissão Municipal do Idoso
Titular: Maria Rossi
Associação dos Clubes de Mães
Suplente: Eliane Maria Fiorin Borella

II - Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social

Lar dos Meninos João Didomênico
1º Titular: Lôise Maria de Albuquerque e Cordi

Pastoral da Criança
2º Titular: Odair José Kaufmann

Lar das Meninas Caminho do Futuro
3º Titular: Rita Maria de Lordes Maffioletti Fachin

Associação Corpo de Bombeiros Comunitário
1º Suplente: Dhiêmis Metz Pinheiro

Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais - ACADAV
2º Suplente: Maria Solange dos Santos Pinheiro

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Novos - APAE
3º Suplente: Marilu Lemos dos Santos Calgaro

III - Representantes dos Trabalhadores na Área de Assistência Social

COMGESTAS Colegiado Municipal de Gestores e Técnicos da Assistência Social - Região AMPLASC
Titular: Maria Eliane de Moraes Lima
Suplente: Fernanda Lima Deporte

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.726/09 de 19/02/09.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
13 de agosto de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para Gestão de agosto/2012 a agosto/2014.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Catiane Stefanos Santos
Suplente: Diandra Maria Mazo

Secretaria de Educação e Cultura
Titular: Magali Corona Mecabô
Suplente: Vera Lúcia de Vargas

Secretaria da Saúde
Titular: Ivone Maria Zambon
Suplente: Diomar Canuto

Instituto de Seguridade Social - INSS
Titular: Lúcia Francisca de Oliveira
Suplente: Maria Judite Alves Dias Balestrin

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

I - Representantes dos Usuários ou de Organizações de Usuários da Assistência Social

Comissão Municipal do Idoso
Titular: Maria Rossi
Associação dos Clubes de Mães
Suplente: Eliane Maria Fiorin Borella

II - Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social

Lar dos Meninos João Didomênico
1º Titular: Lôise Maria de Albuquerque e Cordi

Pastoral da Criança
2º Titular: Odair José Kaufmann

Lar das Meninas Caminho do Futuro
3º Titular: Rita Maria de Lordes Maffioletti Fachin

Associação Corpo de Bombeiros Comunitário
1º Suplente: Dhiêmis Metz Pinheiro

Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais - ACADAV
2º Suplente: Maria Solange dos Santos Pinheiro

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Campos Novos - APAE
3º Suplente: Marilu Lemos dos Santos Calgaro

III - Representantes dos Trabalhadores na Área de Assistência Social

COMGESTAS Colegiado Municipal de Gestores e Técnicos da Assistência Social - Região AMPLASC
Titular: Maria Eliane de Moraes Lima
Suplente: Fernanda Lima Deporte

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.726/09 de 19/02/09.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
13 de agosto de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.586 de 14/08/2012

DECRETO Nº 6.586 DE 14/08/2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.645 de 01/06/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.713 de 16/12/2011 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE: 1.028 - Reequipamento Assistência Social do Município inclusive CRAS
Elementos de despesa:
27-4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000.0-Aplicações Diretas
R\$ 3.300,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º será utilizado o valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) parte do

superávit financeiro - 2011 de Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
14 de agosto de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 14/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2012

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 28/08/2012 às 14h 30min. na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por global, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA TRATAMENTO E IMPERMEABILIZAÇÃO DE PISOS DO PRÉDIO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 e das 13:30 às 18:00 diariamente.

Campos Novos, 16 de agosto de 2012.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

Editais de Publicação Nº 23/2012 - CM Republicado EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 23/2012 – CM LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – CALÇAMENTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Servidão (Trecho Rua Zenóbio Falcão até Rua Elizio Biolchi) numa extensão de 310,00m/l, com 310,00 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 3500,5 (três mil e quinhentos reais e cinquenta centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 6.605,50 (seis mil seiscentos e cinco reais e cinquenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Servidão (Trecho Rua Zenóbio Falcão até Rua Elizio Biolchi)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 22,00 (vinte e dois reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 6.605,50 (seis mil seiscentos e cinco reais e cinquenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 3.500,50 (três mil e quinhentos reais e cinquenta centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 10.106,00 (dez mil cento e seis reais)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 10.106,00 (dez mil cento e seis reais).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.745 de 18/04/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação

dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 02 de Agosto de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

Rua Servidão

(Trecho Rua Elizio Biolchi até Rua Zenóbio Falcão)

Valor do m² terreno sem Calçamento – R\$ 11,82

Valor do m² terreno com Calçamento – R\$ 20,68

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 02 de Agosto de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)	
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro	
www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CALÇAMENTO	
Rua: Servidão (Trecho Rua Zenóbio Falcão até Rua Elizio Biolchi)	
Valor Total da Obra (R\$):	R\$ 10.106,00
Participação Prefeitura (%):	34,64%
Saldo (R\$):	R\$ 6.605,50
Total em m ² :	310,00
Valor do m ² :	R\$ 22,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Paulo Rodrigo Beal	ESQUERDO	150,00	R\$ 3.300,00
Ivo Teles De Oliveira	DIREITO	22,50	R\$ 495,00
Marciel Tadeu Dos Santos	DIREITO	18,50	R\$ 407,00
Ijanara Adriana Dutra	DIREITO	18,50	R\$ 407,00
Sirlei Fátima Alves Maciel	DIREITO	15,75	R\$ 346,50
Paulo Rodrigo Beal	DIREITO	75,00	R\$ 1.650,00
TOTAL			6.605,50

CÂMARA MUNICIPAL

Decrto Nº 14/2012

DECRETO Nº 14/2012

DISPÕE SOBRE ANÁLISE DAS CONTAS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES REFERENTE AOS MESES DE ABRIL, MAIO E JUNHO DE 2012.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, referente ao meses de Abril, Maio e Junho de 2012.

Art. 2º. O presente projeto será submetido a análise das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação Final, e Orçamento, Finanças e Tributação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 07 de agosto de 2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

Balancete 07/2012**SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 1/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.457.938,67D	677.466,14	408.880,54	4.726.524,27D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.1		DISPONIVEL	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONCOMICA FEDERAL	377.084,71D	202.511,10	136.436,60	443.159,21D
1.1.2		CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1		CREDITOS A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.9		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.9.01		SALARIO-FAMILIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.9.02		SALARIO-MATERNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4		ATIVO PERMANENTE	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2		IMOBILIZADO	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	233.605,88D	0,00	0,00	233.605,88D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	16.506,80D	0,00	0,00	16.506,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	44.904,26D	0,00	0,00	44.904,26D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	37.329,91D	0,00	0,00	37.329,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	37.772,42D	0,00	0,00	37.772,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	81.764,49D	0,00	0,00	81.764,49D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.638.075,48D	474.955,04	272.443,94	3.840.586,58D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.227.289,60D	474.555,04	272.043,94	1.429.800,70D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.227.289,60D	474.555,04	272.043,94	1.429.800,70D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.227.289,60D	474.555,04	272.043,94	1.429.800,70D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.227.289,60D	474.555,04	272.043,94	1.429.800,70D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	369.870,14D	202.511,10	135.607,34	436.773,90D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	7.256,03D	135.607,34	136.436,60	6.426,77D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	850.163,43D	136.436,60	0,00	986.600,03D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 2/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	400,00	400,00	3.804,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	3.804,00D	400,00	400,00	3.804,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	400,00	400,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	400,00	400,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSABLEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	400,00	400,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0011 (18353)	C	JOSÉ ADELAR CARPES	0,00	400,00	400,00	0,00

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 3/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.076.661,76C	562.054,92	764.528,16	4.279.135,00C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	121,90C	159.040,40	159.002,54	84,04C
2.1.1		DEPOSITOS	121,90C	24.571,76	24.533,90	84,04C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	121,90C	22.641,66	22.603,80	84,04C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	6.354,91	6.354,91	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	6.354,91	6.354,91	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	215,73C	7.690,15	7.706,52	232,10C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	215,73C	0,00	16,37	232,10C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	0,00	7.690,15	7.690,15	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	93,83D	8.596,60	8.542,37	148,06D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	93,83D	8.596,60	8.542,37	148,06D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	8.448,54	8.448,54	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIM - CELULARES	93,83D	148,06	93,83	148,06D
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	1.930,10	1.930,10	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	1.930,10	1.930,10	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	1.930,10	1.930,10	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	134.468,64	134.468,64	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	134.468,64	134.468,64	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	20.624,61	20.624,61	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	20.624,61	20.624,61	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	20.624,61	20.624,61	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	90.622,38	90.622,38	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	90.622,38	90.622,38	0,00
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	23.221,65	23.221,65	0,00
2.1.2.1.9.08		BENEFÍCIOS A PAGAR	0,00	23.221,65	23.221,65	0,00
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCÍCIO	0,00	23.221,65	23.221,65	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.638.075,48C	403.014,52	605.525,62	3.840.586,58C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.406.981,88C	402.614,52	402.614,52	2.406.981,88C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.702.545,63C	402.614,52	268.145,88	1.568.076,99C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	1.573.366,02C	133.677,24	0,00	1.439.688,78C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	129.179,61C	268.937,28	268.145,88	128.388,21C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	7.092,67C	134.468,64	133.677,24	6.301,27C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	122.086,94C	134.468,64	134.468,64	122.086,94C
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	122.086,94C	134.468,64	134.468,64	122.086,94C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	704.436,25C	0,00	134.468,64	838.904,89C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	704.436,25C	0,00	134.468,64	838.904,89C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	704.436,25C	0,00	134.468,64	838.904,89C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	704.436,25C	0,00	134.468,64	838.904,89C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.227.289,60C	0,00	202.511,10	1.429.800,70C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.227.289,60C	0,00	202.511,10	1.429.800,70C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 4/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.227.289,60C	0,00	202.511,10	1.429.800,70C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	400,00	400,00	3.804,00C
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	400,00	400,00	3.804,00C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 5/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	826.523,19D	134.468,64	0,00	960.991,83D
3.3		DESPESAS CORRENTES	822.209,09D	134.468,64	0,00	956.677,73D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	669.468,72D	113.844,03	0,00	783.312,75D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	669.468,72D	113.844,03	0,00	783.312,75D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	144.557,24D	23.221,65	0,00	167.778,89D
3.3.1.9.0.01.01 (26418)	F	Proventos - Pessoal Civil	144.557,24D	23.221,65	0,00	167.778,89D
3.3.1.9.0.11 (26356)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	428.039,02D	74.446,89	0,00	502.485,91D
3.3.1.9.0.13		Obrigações Patronais	95.702,12D	16.001,59	0,00	111.703,71D
3.3.1.9.0.13.02 (28897)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	95.702,12D	16.001,59	0,00	111.703,71D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.170,34D	173,90	0,00	1.344,24D
3.3.1.9.0.16.44 (28907)	F	Serviços Extraordinários	1.170,34D	173,90	0,00	1.344,24D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	152.740,37D	20.624,61	0,00	173.364,98D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	152.740,37D	20.624,61	0,00	173.364,98D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	51.480,00D	8.240,00	0,00	59.720,00D
3.3.3.9.0.14.14 (30048)	F	Diárias no País - Civil	51.480,00D	8.240,00	0,00	59.720,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	25.921,37D	2.859,40	0,00	28.780,77D
3.3.3.9.0.30.01 (30065)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	4.649,90D	791,40	0,00	5.441,30D
3.3.3.9.0.30.16 (30080)	F	Material de Expediente	1.093,63D	30,00	0,00	1.123,63D
3.3.3.9.0.30.21 (30085)	F	Material de Copa e Cozinha	1.724,07D	309,00	0,00	2.033,07D
3.3.3.9.0.30.22 (30086)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.700,37D	0,00	0,00	1.700,37D
3.3.3.9.0.30.23 (30087)	F	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.010,00D	1.729,00	0,00	2.739,00D
3.3.3.9.0.30.26 (30090)	F	Material Elétrico e Eletrônico	160,18D	0,00	0,00	160,18D
3.3.3.9.0.30.39 (30103)	F	Material para Manutenção de Veículos	1.688,86D	0,00	0,00	1.688,86D
3.3.3.9.0.30.49 (30113)	F	Bilhetes de Passagens	10.469,70D	0,00	0,00	10.469,70D
3.3.3.9.0.30.99 (30117)	F	Outros Materiais de Consumo	3.424,66D	0,00	0,00	3.424,66D
3.3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.279,48D	400,00	0,00	2.679,48D
3.3.3.9.0.36.96 (30182)	F	Outros Serviços de Terc-Pessoa Física-Pagto Antec	2.179,48D	400,00	0,00	2.579,48D
3.3.3.9.0.36.99 (30183)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100,00D	0,00	0,00	100,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	58.599,52D	6.275,21	0,00	64.874,73D
3.3.3.9.0.39.01 (30198)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	510,00D	0,00	0,00	510,00D
3.3.3.9.0.39.08 (30205)	F	Manutenção de Software	3.364,50D	564,20	0,00	3.928,70D
3.3.3.9.0.39.11 (30208)	F	Locação de Softwares	3.698,08D	626,71	0,00	4.324,79D
3.3.3.9.0.39.19 (30214)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	520,50D	0,00	0,00	520,50D
3.3.3.9.0.39.43 (30232)	F	Serviços de Energia Elétrica	4.838,53D	789,27	0,00	5.627,80D
3.3.3.9.0.39.44 (30233)	F	Serviços de Água e Esgoto	470,69D	158,30	0,00	628,99D
3.3.3.9.0.39.47 (30236)	F	Serviços de Comunicação em Geral	4.780,00D	0,00	0,00	4.780,00D
3.3.3.9.0.39.48 (30237)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	6.380,00D	0,00	0,00	6.380,00D
3.3.3.9.0.39.50 (30239)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	510,00D	0,00	0,00	510,00D
3.3.3.9.0.39.58 (30246)	F	Serviços de Telecomunicações	16.710,69D	2.699,38	0,00	19.410,07D
3.3.3.9.0.39.63 (30251)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.640,00D	0,00	0,00	1.640,00D
3.3.3.9.0.39.77 (30265)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	618,63D	105,85	0,00	724,48D
3.3.3.9.0.39.90 (30275)	F	Serviços de Publicidade Legal	1.718,00D	75,00	0,00	1.793,00D
3.3.3.9.0.39.99 (30282)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.839,90D	1.256,50	0,00	14.096,40D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 6/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.46		Auxilio-Alimentacao	14.460,00D	2.850,00	0,00	17.310,00D
3.3.3.9.0.46.01 (30286)	F	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	14.460,00D	2.850,00	0,00	17.310,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4		INVESTIMENTOS	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9.0.52.06 (31202)	F	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.847,80D	0,00	0,00	1.847,80D
3.4.4.9.0.52.35 (31218)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	899,00D	0,00	0,00	899,00D
3.4.4.9.0.52.42 (31224)	F	Mobiliário em Geral	1.567,30D	0,00	0,00	1.567,30D

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 7/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 8/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 9/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	1.646.264,48C	0,00	200.581,00	1.846.845,48C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	1.207.800,10C	0,00	200.581,00	1.408.381,10C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	1.203.486,00C	0,00	200.581,00	1.404.067,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.203.486,00C	0,00	200.581,00	1.404.067,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.203.486,00C	0,00	200.581,00	1.404.067,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.203.486,00C	0,00	200.581,00	1.404.067,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.203.486,00C	0,00	200.581,00	1.404.067,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Julho

Página: 10/10

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.373.989,70	1.373.989,70	

CAMPOS NOVOS, 10/08/2012

JOSE ADELAR CARPES
 PRESIDENTE CAMARA

JOELMA F. FAÉ
 CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canoinhas

PREFEITURA

Lei Nº. 4991 de 13/07/2012

LEI Nº. 4991 DE 13/07/2012

"ALTERA A LEI Nº. 4.913, DE 21/12/2011"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica acrescido o § 2º ao art. 1º, da Lei nº. 4.913, de 21/12/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar do domínio público a área de terras descrita no caput deste artigo."

Art. 2º - Fica alterada para "§1º" a nomenclatura do "parágrafo único" do art. 1º da Lei nº. 3.635/2003, restando inalterados os demais dispositivos da referida lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 13/07/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº. 5000 de 08/08/2012

LEI Nº. 5000 DE 08/08/2012

"REVERTE A DOAÇÃO DE IMÓVEL, AUTORIZA CESSÃO DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão da doação ao patrimônio do Município de Canoinhas/SC, relativo ao imóvel com área de 13.580,00 m2, com Matrícula no Cartório do Registro de Imóveis sob nº 7.354, localizado entre o Loteamento Bom Retiro e Loteamento Jardim Cristo Rei, Canoinhas/SC. § 1º - O imóvel urbano descrito no caput deste artigo foi doado para a Associação OBRAS SOCIAIS, ASSISTENCIAIS E CULTURAIS DE CANOINHAS, inscrita no CNPJ nº 83.786.277/0001-19, através da Lei Municipal nº 1.629 de 23/11/1981, visando a erradicação das favelas existentes nesta cidade, com a ressalva de não ser transferido a terceiros.

§ 2º - A reversão de que trata o art. 1º opera-se de pleno direito considerando o descumprimento das condições da Lei Municipal nº 1.629 de 23/11/1981.

Art.2º. Considerando a reversão do imóvel descrito no artigo 1º desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar a área aproximada de 3.037,28 m2 em favor da Escola Municipal Frei Fabiano Gadzinski, promovendo todos os atos

necessários à abertura da respectiva Matrícula junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas.

Art.3º. Considerando a reversão do imóvel descrito no artigo 1º desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar a área aproximada de 8.012,87 m2 mediante financiamento individual às famílias de baixa renda já ocupantes dos lotes, devidamente cadastradas junto aos Programas Habitacionais disponibilizados pelo Município através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

Art. 4º. Para serem beneficiadas pela presente lei, as famílias deverão cumprir os requisitos legais fixados pelo Conselho Gestor do FROHAB (Fundo Rotativo Habitacional) e pela Lei Complementar nº 33, de 13 de julho de 2010 (Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do Município de Canoinhas)

Art. 5º. Caberá ao Conselho Gestor do FROHAB estabelecer a forma de pagamento e os critérios de parcelamento.

§ 1º - O valor fixado para comercialização do imóvel não poderá exceder o seu valor venal.

§ 2º - Os recursos provenientes da venda do referido imóvel serão geridos pelo FROHAB.

Art. 6º. Concretizada a reversão do imóvel descrito no artigo 1º desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado pelo período de 20 (vinte) anos, a promover a cessão de uso do terreno da área aproximada de 2.529,85 m2 em favor da MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ nº 83.059.758/0007-18, destinando-se única e exclusivamente para fins das atividades da Associação.

§ 1º - Fica sob a responsabilidade da MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR zelar pela manutenção e limpeza do imóvel (edificação) e terreno.

§ 2º - Durante o prazo do Termo de Cessão, a contar da data de formalização, a fração do imóvel, parte integrante do imóvel descrito no artigo 1º desta lei, não poderá ser cedido a terceiros, sublocado, alienado ou prestado em garantia, seja a que título ou por que motivo for, no todo ou em parte, tão pouco poderá ser alterada a sua destinação.

§ 3º - Ocorrendo a rescisão da cessão de uso, em razão do descumprimento das condições estabelecidas, as benfeitorias realizadas e que forem possíveis de serem retiradas sem que percam sua natureza, utilidade ou que lhe reduzam o valor, deverão ser retiradas pela Cessionária no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do ato que determinar pela rescisão, sob pena de incorporação ao imóvel, sem que cause direito à indenização em favor da Cessionária.

§ 4º - No caso do término do prazo da vigência da presente cessão de uso, retornará de imediato o imóvel à disponibilidade do Município de Canoinhas.

§ 5º - Poderá ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, a vigência da cessão de uso de que trata esta Lei, a critério das partes, considerando a disponibilidade e interesse do Poder Público, por meio de Termo Aditivo.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 149/2012

DECRETO Nº. 149/2012

"AUTORIZA DISPONIBILIZAÇÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA PARA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica disponibilizado o veículo Gol placa MHG 5905 e o motorista Paulo Leomar Mireski à Fundação Municipal de Esportes com destino à cidade de Rio Negro - PR, com saída dia 04/08/2012 com retorno no mesmo dia, conforme comunicação interna.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 150/2012

DECRETO Nº. 150/2012

AUTORIZA REPRESENTAR O MUNICÍPIO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais; resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica autorizado o Professor Técnico de Tênis de Campo MARCELO MUNIZ a representar a Fundação Municipal de Esportes nos dias 03 à 05 de agosto de 2012 na Cidade de Criciúma - SC para participar da Copa Tiguana de Tênis - IV Estadual por Classes 2012, conforme documentos em anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 146/2012

DECRETO Nº. 146/2012

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a

Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 589,25² (Quinhentos e oitenta e nove metros e vinte e cinco centímetros quadrados), procedido por ISA BEATRIZ SOARES LOURENÇO FELSKI E OUTRO, situado à Rua Alfredo Mayer esquina com Rua Nazir Cordeiro, Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 6.150, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 35 com área de 294,63m² e lote nº 09 com área de 294,62m² ambos pertencentes à quadra 1266, conforme requerimento protocolado sob nº. 2693/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de julho de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 27/07/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 616/2012

PORTARIA Nº 616/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve.

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Agente da Dengue, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional PAULA CRISTINA DA SILVA, aprovada em hábil e competente concurso público e convocada através do edital nº. 049/2012 de 11 de julho de 2012, inscrito sob nº. 1404, a partir de 01/08/2012.

. Art.2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Gestão-Farmácia Popular do Brasil, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional MÔNICA DAMASO PACHECO DE MIRANDA, aprovada em hábil e competente concurso público e convocada através do edital nº. 049/2012 de 11 de julho de 2012, inscrito sob nº. 153, a partir de 01/08/2012.

Art.3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente de Gestão-Farmácia Popular do Brasil, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a profissional KARINE CARVALHO DO PRADO, aprovada em hábil e competente concurso público e convocada através do edital nº. 049/2012 de 11 de julho de 2012, inscrito sob nº. 2283, a partir de 01/08/2012.

Art.3º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 01/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 621/2012

PORTARIA Nº 621/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve.

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Cuidador de Idoso, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional ELIANE GOMES HATSCHBACH, aprovado em hábil e competente concurso público e convocada através do edital nº. 051/2012 de 26 de julho de 2012, inscrito sob nº. 705, a partir de 01/08/2012.

Art.2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Cuidador de Idoso, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional EDITE KOZOWSKI HARDT, aprovado em hábil e competente concurso público e convocada através do edital nº. 050/2012 de 12 de julho de 2012, inscrito sob nº. 1237, a partir de 01/08/2012.

Art.3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Cuidador de Idoso, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional ROSANGELA ANTUNES SILVA DE PAULA, aprovado em hábil e competente concurso público e convocada através do edital nº. 050/2012 de 12 de julho de 2012, inscrito sob nº. 1600, a partir de 01/08/2012.

Art.4º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 01/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 632/2012

PORTARIA Nº 632/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve.

NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Agente da Dengue, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, o profissional JOÃO CARLOS DA SILVA FILHO, aprovado em hábil e competente concurso público e convocado através do edital nº. 049/2012 de 11 de julho de 2012, inscrito sob nº. 1381, a partir de 02/08/2012.

Art.2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 02/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 627/2012

PORTARIA Nº. 627/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art.1º - Fica nomeada ELIANE CARVALHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, com gratificação de 40%, considerando a vaga vinculada a Samuel Antonio Ribeiro de Lima o qual pediu exoneração do cargo comissionado junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2012, conforme comunicação interna.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 01/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 639/2012
PORTARIA Nº. 639/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, a Lei 3.280 de 19/02/2001 e a Lei 3.804 de 18/03/2005; RESOLVE: NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO

Art.1º. Fica nomeado para exercício de cargo eletivo FELIPPE SANTIAGO DA SILVA NETO, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família, no período de 01/08/2012 a 20/11/2014, assumindo a vaga anteriormente ocupada por Longuina Schumovski, conforme comunicação interna nº0270/2012 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de agosto de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 02/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº. 640/2012
PORTARIA Nº. 640/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, RESOLVE: NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS PARA ATUAREM COMO AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Esta Portaria visa obedecer ao que dispõe o art. 85-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para designar Agente de Desenvolvimento, observadas as especificidades locais.

Art. 2º - Designar os servidores municipais, Simone Mery Adur, matrícula nº 1025 e Viviane Mª Bueno Borges de Souza, matrícula nº 6117, para exercerem a função de Agentes de Desenvolvimento Local neste Município.

Art. 3º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

§ 1º - O Agente de Desenvolvimento, no desempenho das suas atribuições, deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

§ 2º - O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:

I - residir na área da comunidade em que atuar;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;
III - haver concluído o ensino médio;
IV - ser funcionário de carreira da Prefeitura Municipal;
V - possuir domínio de informática básica;
VI - poder de decisão e capacidade de articulação entre as secretarias e órgãos internos da Prefeitura.

§ 3º - O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, prestarão suporte aos referidos Agentes na forma de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

Art. 4º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Município;
II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;
VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;
VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 5º - Esta Portaria é regida especial e especificamente pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências no que lhe for complementar.

Art. 6º - Estão automaticamente incluídas as demais funções e prerrogativas que Leis de ordem Federal, Estadual ou Municipal já existentes ou que sobrevierem a esta, considerando-as parte desta normativa.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Art.8º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2012.
LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 06/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON
Secretario Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº. 641/2012
PORTARIA Nº. 641/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art.1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Simone Mery Adur, Fernando Luis Tokarski e Andréa Kauva, sob a presidência do primeiro.

Art.2º - A referida Comissão deverá apurar fatos apresentados na comunicação interna nº 036/2012 do Setor de Tributos.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II, e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 06/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. 652/2012

PORTARIA Nº. 652/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art.1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Fernando Luis Tokarski, Ângela Cristina Damaso da Silveira e Janice de Fátima Stempinhak, sob a presidência do primeiro.

Art.2º - A referida Comissão deverá apurar fatos apresentados na comunicação interna nº 0289/2012 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II, e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/08/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Publicação do Edital de Pregão Eletrônico Nº 08/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 114/2012

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 08/2012

O Município de Canoinhas - SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, realizará no dia 29/08/2012, às 09h00min, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE BANHEIRAS PARA BEBE, CLINDROS PARA GÁS DE COZINHA P45, LIXEIRAS E CARROS COLETORES DE LIXO, DESTINADOS AO NOVO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL (C.E.I. FEDERAL). Cadastro de propostas no site, até às 0800min do dia 29/08/2012. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital Nº. 053/2012

EDITAL Nº. 053/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2007, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA

AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 053/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: CUIDADOR DE IDOSOS

INES MARIA SZOSTAK CARDOSO

Capinzal

PREFEITURA

Contrato 0066/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0066/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0010/2012

Processo Licitatório Nº 0022/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: TAGLIETTI SERVIÇOS DE SAUDE LTDA.

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços na Área Médica nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde (Unidade Sanitária Central e Unidades Estratégia Saúde da Família), durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica e com licitação válida para 05 (cinco) meses.

VALOR R\$: 60.000,00

VIGÊNCIA: 06/08/2012 A 31/12/2012

Contrato 0067/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0067/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0010/2012

Processo Licitatório Nº 0022/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: JMS TESTA CLINICA MEDICA E NEFROLOGIA SOC. SIMPLES

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços na Área Médica nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde (Unidade Sanitária Central e Unidades Estratégia Saúde da Família), durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica e com licitação válida para 05 (cinco) meses.

VALOR R\$: 10.000,00

VIGÊNCIA: 06/08/2012 A 31/12/2012

Contrato 0068/2012 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0068/2012 - FMSC

Pregão Eletrônico 0010/2012

Processo Licitatório Nº 0022/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: LIFE SERVIÇOS MEDICOS S/S -ME

OBJETO: Contratação de Profissionais para prestação de serviços na Área Médica nas Unidades do Fundo Municipal de Saúde (Unidade Sanitária Central e Unidades Estratégia Saúde da Família), durante o ano de 2012, Recursos Próprios e da Atenção Básica e com licitação válida para 05 (cinco) meses.

VALOR R\$: 60.000,00

VIGÊNCIA: 06/08/2012 A 31/12/2012



Chapadão do Lageado

CÂMARA MUNICIPAL

Ata

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA QUARTA LEGISLATURA.

Aos 15 dias do mês de agosto do ano de 2012, às 09:00h, na sala das sessões da câmara municipal, realizou-se a escolha do Presidente da comissão, que por aclamação, restou eleito o vereador Lealberto Schneider. Na sequência, o presidente eleito para a Quarta Sessão Legislativa da Quarta Legislatura (2012) não tendo mais assuntos a ser tratado com a proteção divina declarou encerrados os trabalhos da presente reunião. Do que para constar, é lavrada a presente ata após lida e achada conforme, vai devidamente assinada:

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Nº 012/2011, de 14 de Agosto de 20

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA

PORTARIA Nº 012/2011, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000 c/c o disposto no art. 1º, II, "1" e VII, da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990 e alterações e no art. 115 da Lei Complementar Municipal nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando o Parecer nº 0432/04, da Assessoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de Biólogo, no período de 03 de setembro a 02 de outubro de 2012, correspondente ao período aquisitivo de 10.05.2011 a 09.05.2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

LEVI ELÓI DOS SANTOS

Diretor-Geral/Superintendente da FUMDEMA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 6/2012 FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2012- FMAS

Objeto: Aquisição de pastas de prontuário visando à organização

de documentos pertinentes às famílias atendidas pelo Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS, com recursos oriundos da contrapartida do repasse Fundo a Fundo CREAS/FEAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 30/08/2012.

Abertura: dia 31/08/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 15 de agosto de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Edital de Pregão Presencial Nº 12/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de gasolina comum e óleo diesel comum para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, quando em viagem para transporte de pacientes fora do Município de Concórdia, sendo que o estabelecimento deverá estar localizado entre os KM 85 e 190 da BR 282.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10:00 do dia 29/08/2012.

Abertura: dia 29/08/2012, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 15 de Agosto de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 28/2012 PMC

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2012 - PMC

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Aparecida Dahmer, Diretora de Assistência Social, que Dispensou a licitação, nos termos do Inciso II do Artigo 24, da Lei nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para prestação de serviço de internamento em clínica especializada, da Srª Claudia Marta Cardoso pessoa com deficiência, de acordo com a determinação judicial, autos nº 019.12.005708-3 e parecer social, a favor da empresa SOCIEDADE GETULIENSE DE AMPARO AO IDOSO, no valor total de R\$ 3.732,00 (três mil setecentos e trinta e dois reais).

Concórdia, SC, 15 de Agosto de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Extrato do Resultado do Julgamento de Habilitação e Classificação das Propostas - Tomada de Preços 48/2012 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS - Nº 48/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de reparos no sistema de drenagem pluvial e construção de sistema de captação de águas pluviais da Escola Básica Municipal Santa Cruz, situada na rua Amantino Furlanetto, no Bairro Santa Cruz, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo "D" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação e classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME e MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP, que atenderam plenamente todos os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e, por conseguinte, foram julgadas HABILITADAS. A licitante MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP sagrou-se vencedora do objeto em epígrafe com o menor preço global de R\$ 40.110,52 (quarenta mil cento e dez reais com cinquenta e dois centavos). A licitante KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP ficou na segunda colocação com o valor de R\$ 41.900,00 (quarenta e um mil e novecentos reais), e a licitante LUPA CONSTRUÇÕES LTDA ME ficou na terceira colocação com o valor de R\$ 41.930,25 (quarenta e um mil novecentos e trinta reais com vinte e cinco centavos). De ressaltar que o preço cotado neste certame é inferior ao preço máximo estipulado no subitem 9.1 do Edital. Outrossim, fica a licitante notificada que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 15 de agosto de 2012.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da CPL

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Resultado de Licitação - PR 45/2012****EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial/Compras e Serviços 45/2012

JULGAMENTO: Menor preço por lote.

PROCESSO: 57/2012

OBJETO: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra especializada para reforma emergencial do trator de esteira marca Comatsu, D41-E, serie B-35498, ano 2006.

VALOR: R\$ 65.000,00

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedora a empresa

ASSEMAQ EQUIPAMENTOS LTDA ME, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 15 de agosto de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Coronel Martins**PREFEITURA****Inexigibilidade de Licitação com Fulcro No Artigo 25, Caput da Lei 8.666/93**

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 25, CAPUT DA LEI 8.666/93

DESPACHO DA AUTORIDADE DO ÓRGÃO - DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Ratifico a Inexigibilidade de licitação para aquisição de Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº. 477 de 7 de agosto de 2007 da ANATEL, para atendimento ao Município de Coronel Martins, situada na Rua Porto Alegre, 47 Centro na cidade de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o número 95.993.093/0001-09, serviço representado por Serviço Móvel Pessoal - SMP, para assinatura, tráfego de voz e dados, serviços de valor adicionado, para 20 (vinte) acessos móveis, com fornecimento de equipamentos em comodato, conforme Termo de Referência anexo ao Processo, em favor da empresa CLARO S.A., pessoa jurídica de direito privado, autorizatória de Serviço Móvel Pessoal, de CNPJ/MF número 40.432.544/0001-47, sediada na Rua Flórida, n.º 1970, Brooklin, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, contrato para o período de 12(doze) meses, no valor global de R\$ 17.556,00 (dezesete mil quinhentos e cinquenta e seis reais), que correrá à conta da dotação orçamentária número 26 - 33.90.00.01.0000.0. Esta dispensa enquadra-se no Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações posteriores, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição da República de 1988, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, tendo em vista ser o Objeto Singular - e inviabilidade de competição, tendo em vista o que determina o Artigo 25, Caput da Lei 8.666/93, e a necessidade de comunicação móvel dos Agentes da Administração em serviços essenciais ao atendimento à comunidade, tais como Saúde, Segurança Pública e demais, neste Município de Coronel Martins, no Estado de Santa Catarina e onde somente a operadora contratada atualmente possui cobertura celular - em conformidade com pesquisa pública realizada na página da Anatel - quanto a instalação oficial de Estação Rádio-Base - ERB - nesse Município e anexa a presente, que fundamenta o procedimento.

Coronel Martins, 15 de Agosto de 2012

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Responsável Pela Autorização

Corupá

PREFEITURA

Pregão Presencial 039/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 039/12

OBJETO: Registro de Preços para eventual fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE LIMPEZA PARA USO DO CLUBE DE IDOSOS, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 16/08/2012, às 09h00min do dia 28/08/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 28/08/12.

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 16 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 10/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012

O Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO VEÍCULO VOLKSWAGEM KOMBI, PARA 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 28/08/2012, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 28/08/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura

Curitibanos, 14 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Forquilha

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo Fma Nº 01/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMA Nº 01/2012
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMA Nº 02/2012
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato FMA 02/2012 em 6,23% por litro de óleo diesel, passando de R\$ 1,768 para R\$ 1,878 . Portando o contrato será acrescido em R\$ 4.840,00 (quatro mil oitocentos e quarenta reais) para maior, conforme comprovação através das Notas Fiscais da Raizen Combustíveis S.A.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 02/08/2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 06/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 06/2012
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 05/2012
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato FMS 05/2012 em 6,23% por litro de óleo diesel, passando de R\$ 1,768 para R\$ 1,878 . Portando o contrato será acrescido em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) para maior, conforme comprovação através das Notas Fiscais da Raizen Combustíveis S.A.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 02/08/2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 59/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 59/2012
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 09/2012
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ROMANO COM. ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato PMF 09/2012 em 6,23% por litro de óleo diesel, passando de R\$ 1,768 para R\$ 1,878. Portando o contrato será acrescido em R\$ 11.990,00 (onze mil novecentos e noventa reais) para maior, conforme comprovação através das Notas Fiscais da Raizen Combustíveis S.A.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 02/08/2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0220/2012

DECRETO Nº 0220, DE 15 DE AGOSTO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2122, de 07 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (89) R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
07.01 - Educação Geral
12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (86) R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 15 DE AGOSTO DE 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1778/2012

PORTARIA N.º 1.778 DE 15 DE AGOSTO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a professora ELIZABETE ARALDI PEREIRA, que se encontra afastada em auxílio doença - INSS.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DAIANE CRISTINA MISSEL DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.839-44, na função de PROFESSOR, com carga horária de

40 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1779/2012

PORTARIA N.º 1.779 DE 15 DE AGOSTO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANDREIA RINALDI FELISBINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 063.525.719-05, na função de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1780/2012

PORTARIA N.º 1.780, DE 15 DE AGOSTO DE 2012.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de PRISCILA LUCIANO FRANÇA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º. 075.805.899-31, contratado em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1781/2012

PORTARIA Nº 1.781, DE 15 DE AGOSTO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e contrato administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora FABIANE TELLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.954.499-06, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 16 de agosto de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1782/2012

PORTARIA Nº 1.782 DE 15 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando que, estará substituindo a auxiliar de alimentação e nutrição JURACI DOS SANTOS PADILHA, que se encontra em auxílio doença. INSS

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, CLÁUDIA DE FÁTIMA MACIEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.936.999-42, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1783/2012

PORTARIA Nº 1.783 DE 15 DE AGOSTO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0011 de 21 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando que, estará substituindo o servidor ILUIR FERREIRA, que se encontra em auxílio doença.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, FERNANDO IARENCHUKI GOMES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 079.020.209-31, na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de agosto de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Resultado do Julgamento da Proposta da Concorrência Pública Nº 0004/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0174/2012- PMF
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa para construção do Complexo Educacional - BLOCO I, na Avenida Carlos Maister, no Bairro das Nações, com área total de 3.145,92 m2, na cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, de acordo com os memoriais projetos arquitetônicos e complementares (anexos), quando do julgamento da proposta da empresa habilitada restou classificada pela Comissão, a empresa GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA em regime de execução de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO valor total de R\$ 3.562.340,45 (três milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos), declarada, portanto, vencedora por apresentar a proposta de acordo com o estabelecido no item 6.9 Letra "b" do Edital, cumprindo regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo(SC), 15 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso do Resultado do Julgamento de Habilitação da Concorrência Pública Nº 0004/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0174/2012- PMF
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0004/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa para construção do Complexo Educacional - BLOCO I, na Avenida Carlos Maister, no Bairro das Nações, com área total de 3.145,92 m2, na cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão-de-obra e materiais, de acordo com os memoriais projetos arquitetônicos e complementares em anexo, houve a participação das empresas:

GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e SOLO ENGENHARIA LTDA. Abertos e analisados os documentos da Habilitação, a proponente SOLO ENGENHARIA LTDA foi INABILITADA pela Comissão pela não apresentação regular de alguns documentos de acordo com o Edital. Restou HABILITADA pela Comissão a proponente GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS a qual se dará nesta mesma data diante do Termo de Renúncia Expressa enviado pelo Sócio Administrador da SOLO ENGENHARIA LTDA, via e-mail, de interposição de recursos contra este julgamento, nos termos do Art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 15 de agosto de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 114/2012.

DECRETO N.º 114, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

REGULAMENTA O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011,

Art. 1º. O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Garopaba, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 e deste Decreto.

Parágrafo Único. Para estes efeitos considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de Garopaba, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º. Este Decreto estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§ 1º. Como documentos sigilosos podem exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas.

§ 2º. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso

somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º. A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 4º. O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal será coordenado por servidor especialmente designado através de portaria, ao qual competirá orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º. Compete a Prefeitura Municipal, através de seus Setores, divulgar orientação ao cidadão quanto a forma de procedimento para o acesso a informação pública, utilizando, para tanto:

I - O Diário Oficial do Município;

II - A página da Prefeitura Municipal de Garopaba na "internet".

§ 2º. Todos os órgãos da Administração municipal elencados no Parágrafo único do art. 1º deste Decreto ficam subordinados a Diretoria de Controle Interno no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 5º. Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pelo Gabinete do Prefeito para designar servidor titular, lotado no órgão, que será responsável por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

Art. 6º. Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Art. 7º. O pedido da informação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

- a) O nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;
- b) O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;
- c) A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo Único. A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 8º. No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º. Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º. Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 3º. Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º. As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor da Prefeitura.

§ 5º. A Secretaria de Fazenda estabelecerá, conforme previsto no Código Tributário Municipal, tabela de preços por fotocópia, assim como o documento adequado para o recolhimento do ônus previsto nos parágrafos anteriores.

Art. 9º. Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da "internet".

Parágrafo Único. Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual da Prefeitura, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 10. A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de 24 horas da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º. Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º. Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser, no prazo estabelecido no caput deste artigo, informado da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

Art. 11º. O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§ 1º. O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido à autoridade máxima do órgão responsável pela resposta (Prefeito Municipal, Secretário Municipal, Diretor Presidente do Órgão, etc.), que deverá se manifestar no prazo de 05(cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º. Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão ao Gabinete do Prefeito que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

Art. 12º. O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Parágrafo Único. Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àquelas de natureza sigilosa.

Art. 13º. É dever dos órgãos e entidades públicas continuarem a promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal c/c art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo Único. As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial da Prefeitura na internet, sendo o titular de cada órgão responsável direto pela atualização diária desta página, bem como pela autenticidade e disponibilidade da mesma.

Art. 14º. A Prefeitura Municipal manterá o "Portal da Internet da Prefeitura" como um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas; etc..

Art. 15º. Ao final de cada mês e até o quinto dia do mês subsequente, o servidor designado para o serviço de informações ao cidadão, remeterá ao Gabinete do Prefeito relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 16º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 09 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/08/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Decreto N.º 117/2012.

DECRETO N.º 117, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE RECEBIMENTO EM DOAÇÃO, ÁREAS DESTINADAS À TUBULAÇÕES DE ÁGUA TRATADA EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 3º DA LEI N.º 1.410 DE 01 DE JULHO DE 2010, E DESTINADAS AO PROLONGAMENTO DE VIAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Lei Municipal n.º 1.654, de 08 de agosto de 2012, e considerando a prescrição normativa descrita no Decreto-Lei n.º 3.365/41, de 21 de junho de 1.941,

DECRETA,

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para fins de receber a título gratuito, através de escritura pública de doação, as áreas destinadas à tubulações de água tratada, nos termos do parágrafo único da do artigo 3º da Lei 1410, de 01 de julho de 2010, abaixo descritos:

I - Área D (prolongamento da Rua Bela Vista) - Área Urbana neste município, com área de 441,80 m.², e as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no seguimento 23-D1 que se estende por 8,04m no sentido sudeste - nordeste; no seguimento D1-D2 por 8,88m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento D2-D3 por 9,32m no sentido sul - norte; no seguimento D3-D4 por 11,73m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento D5-D6 por 12,13m no sentido oeste - leste, confronta-se com Fazenda da Vigia S/A (Herdeiros de Vitor Juvêncio dos Passos); no seguimento D6-D7 por 9,17m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento D7-D8 por 10,25m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento D8-D9 por 6,65m no sentido norte - sul; no seguimento D9-D10 por 1,20m no sentido noroeste - sudeste; sendo que do ponto D6 ao D10 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; fechando no seguimento D10-23 por 10,80m no sentido nordeste - sudoeste, onde confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; Tal área está contida na matrícula n.º 731 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba - SC de propriedade de Costão Empreendimentos Imobiliários S/A.

II - Área A2B - (Prolongamento da Rua Manoel Cascaes) - Área urbana localizada na Cidade de Garopaba, marginal ao traçado da rua Manoel Cascaes, apresentando área de 524,68 m² e as seguintes medidas e confrontações: inicia-se na Rua Manoel Cascaes no seguimento B1-A75 por 51,23m no sentido sul - norte; no seguimento A75 - A74 por 22,11m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento A74-B2 por 14,82m no sentido sudoeste - nordeste; sendo que do ponto B1 ao B2 confronta-se com Rua Manoel Cascaes; no seguimento B2-B3 por 12,76m no sentido norte - sul; no seguimento B3-B4 por 7,19m no sentido norte - sul; no seguimento B4-B5 por 6,08m no sentido norte - sul; no seguimento B5-B6 por 9,01m no sentido norte - sul; no seguimento B6-B7 por 7,87m no sentido norte - sul; no seguimento B7-B8 por 18,80m no sentido norte - sul; no seguimento B8-B9 por 8,44m no sentido norte - sul; no seguimento B9-B10 por 8,24m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento B10-B11 por 8,68m no sentido nordeste - sudoeste; fechando no seguimento B11-B1 por 6,01m no sentido nordeste - sudoeste; sendo que do ponto B2 ao B1 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A. Tal área está contida na matrícula n.º 4.125 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba - SC de propriedade de Costão Empreendimentos Imobiliários S/A.

III - Área A2V - (Prolongamento da Rua Bela Vista) - Área urbana neste município, com área de 5.331,60 m², e as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no ponto mais ao sul, no seguimento V1-V2 que se estende por 14,68m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V2-V3 que se estende por 7,62m no sentido

sudoeste - nordeste; no seguimento V3-V4 por 8,40m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V4-V5 por 14,36m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V5-V6 por 4,19m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V6-V7 por 4,91m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V7-V8 por 7,82m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V8-V9 por 6,56m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V9-V10 por 13,23m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V10-V11 por 21,19m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V11-V12 por 14,74m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V12-V13 por 10,46m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V13-V14 por 12,03m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V14-V15 por 11,87m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V15-V16 por 10,39m no sentido sudoeste - nordeste; no seguimento V16-V17 por 14,17m no sentido sul - norte; no seguimento V17- V18 por 4,89m no sentido sul - norte; no seguimento V18-V19 por 8,17m no sentido sul - norte; no seguimento V19-V20 por 38,22m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V20-V21 por 13,93m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V21-V22 por 14,11m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V22-V23 por 16,77m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V23-V24 por 10,48m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V24-V25 por 6,24m no sentido sudeste - nordeste; no seguimento V25-V26 por 12,36m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V26-V27 por 8,34m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V27-V28 por 6,37m no sentido sul - norte; no seguimento V28-V29 por 11,32m no sentido sul - norte; no seguimento V29-V30 por 10,22m no sentido sul - norte; no seguimento V30-V31 por 8,55m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V31-V32 por 7,01m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V32-V33 por 25,16m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V33-V34 por 5,88m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V34-V35 por 10,19m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V35-V36 por 11,05m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V36-V37 por 7,47m no sentido sudeste - noroeste; no seguimento V37-V38 por 5,08 no sentido leste - oeste; no seguimento V38-V39 por 6,54m no sentido leste - oeste; no seguimento V39-V40 por 5,80m no sentido leste - oeste; no seguimento V40-A67 por 5,90m no sentido sudeste - noroeste; sendo que do ponto Vi ao A67 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; no seguimento A67-V42 por 16,80m no sentido sudoeste - nordeste, confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; no seguimento V42-V42 por 4,14m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V43-V44 por 3,30m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V44-V45 por 3,63 no sentido oeste - leste; no seguimento V45-46 por 6,59m no sentido oeste - leste; no seguimento V46-V47 por 8,14m no sentido oeste - leste; no seguimento V47-V48 por 8,29m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V48-V49 por 10,55m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V49-V50 por 10,31m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V50-V51 por 7,34m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V51-V52 por 26,95m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V52-V53 por 9,35m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V53-V54 por 11,64m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V54-V55 por 12,70 no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V55-V56 por 11,94m no sentido norte - sul; no seguimento V56-V57 por 5,26m no sentido norte - sul; no seguimento V58-V59 por 11,79m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V59-V60 por 5,53m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V60-V61 por 9,71m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V61-V62 por 16,61m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V62-V63 por 14,52m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V63-V64 por 14,90m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V64-V65 por 39,41m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V65-V66 por 9,22m no sentido noroeste - sudeste; no seguimento V66-V67 por 6,52m no sentido norte - sul; no seguimento V67-V68 por 16,11m no sentido norte - sul; no seguimento V68-V69 por 12,00m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V69-V70 por 13,18m no sentido

nordeste - sudoeste; no seguimento V70-V71 por 13,66 no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V71-V72 por 12,15m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V72-V73 por 15,21m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V73-V74 por 21,29m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V74-V75 por 13,98m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V75-V76 por 7,26m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V76-V77 por 7,15m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V77-V78 por 4,41m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V78-V79 por 13,75m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V79-V80 por 9,16m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V80-V81 por 8,13m no sentido nordeste - sudoeste; no seguimento V81-V82 por 9,35m no sentido nordeste - sudoeste; sendo que desde o ponto V42 ao V82 confronta-se com Costão Empreendimentos Imobiliários S/A; fechando no seguimento V82-V1 por 13,17m no sentido leste - oeste, onde confronta-se com Estrada da Farinha (Município de Garopaba). Tal área está contida na matrícula n.º 4.125 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba - SC de propriedade de Costão Empreendimentos Imobiliários S/A.

Art.2º. A Área D , declarada de utilidade pública descrita no item "I" do Artigo 1º, destina-se ao prolongamento da Rua da Bela Vista para interligação do Loteamento da Vigia ao Centro da Cidade pelo Morro da Silveira, de acordo com o inciso XIII, artigo 43, Capítulo VIII da Lei Municipal n.º 1.466 de 29/10/2010.

Art.3º. A Área A2B , declarada de utilidade pública descrita no item "II" do Artigo 1º, destina-se ao prolongamento da Rua da Rua Manoel Cascaes até o encontro da Rua Bernardino Manoel Rodrigues para interligação do Loteamento da Vigia ao Centro da Cidade pelo Morro da Silveira, complementando a ligação como Centro Histórico, de acordo com o inciso XIII, artigo 43, Capítulo VIII da Lei Municipal n.º 1.466 de 29/10/2010.

Art. 4º. A Área A2V , declarada de utilidade pública descrita no item "II" do Artigo 1º, destina-se ao prolongamento da Rua da Bela Vista para interligação do Loteamento da Vigia ao Centro da Cidade pelo Morro da Silveira, complementando a ligação como Centro Histórico, de acordo com o inciso XIII, artigo 43, Capítulo VIII da Lei Municipal n.º 1.466 de 29/10/2010, bem como pela existência de tubulações de água tratada na área declarada de utilidade pública.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de Agosto de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/08/2012, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 31/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 158/2012; IL nº. 31/2012; Credenciado: Maria Silveira Pereira; CPF: 058.272.069-97; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º02/2012; Valor: R\$ 5.690,51 (Cinco Mil, Seiscentos e Noventa Reais e Cinquenta e Um Centavos); Data da Assinatura: 13/08/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso Inexigibilidade de Licitação Nº 30/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 157/2012; IL nº. 30/2012; Credenciado: Valdeci da Rosa; CPF: 916.139.579-04; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 02/2012; Valor: R\$ 5.690,51 (Cinco Mil, Seiscentos e Noventa Reais e Cinquenta e Um Centavos); Data da Assinatura: 13/08/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Extrato Termo de Credenciamento Nº 25/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 25/2012 Processo nº. 157/2012; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Valdeci da Rosa; CPF: 916.139.579-04; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 02/2012; Valor: R\$ 5.690,51 (Cinco Mil, Seiscentos e Noventa Reais e Cinquenta e Um Centavos); Data da Assinatura: 13/08/2012.

Extrato Termo de Credenciamento Nº 26/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 26/2012 Processo nº. 158/2012; Credenciante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Credenciada: Maria da Silveira Pereira; CPF: 058.272.069-97; Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 02/2012; Valor: R\$ 5.690,51 (Cinco Mil, Seiscentos e Noventa Reais e Cinquenta e Um Centavos);

Data da Assinatura: 13/08/2012.

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.137, de 13 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 5.137, DE 13 DE AGOSTO DE 2012.

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SAÚDE MENTAL, A SERVIDORA ANA LUCIA ALENCAR ZIMMERMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 13 de agosto de 2012, a servidora ANA LUCIA ALENCAR ZIMMERMANN, portadora CPF nº 870.760.719/91, do cargo em comissão de Coordenadora de Saúde Mental, Nível CC, Ref 50, 40h, nomeada pelo Decreto nº 4.372, de 16 de junho de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de agosto de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.138, de 14 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 5.138, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ENCARREGADO, O SERVIDOR WALTER VOGELBACHER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 14 de agosto de 2012, o servidor WALTER VOGELBACHER, portador do CPF nº 383.656.779/20, para o cargo em comissão de Encarregado, Nível CC, Ref 21, Carga horária 40h, na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de agosto de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CONVITE

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente apresentação do Projeto de Lei nº. 59/2012, que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013 e dá outras providências" (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2013).

DATA: 21/8/2012.

HORÁRIO: 16h.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.
Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.
Prédio do GASCIC.

SAMAE

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 17/2012 Oriunda do Pregão Presencial Nº 34/2012 SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2012

Aos quatorze dias do mês de agosto de 2012, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 34/2012, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 14/08/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de reagentes para garantir a reposição dos materiais utilizados para análises da água dos sistemas de tratamento e distribuição, realizadas nos laboratórios das ETA's, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 34/2012. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

PORTAL DIAGNÓSTICO - COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA (10.385.486/0001-87)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
2	un ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% Características Mínimas: Solúvel em água, teor alcoólico: mínimo 68,0 – 72,0°INPM, pH 6,0–8,0. Fornecido em embalagem de 1000 mL. Quando de cada entrega, deverá apresentar laudo de análise, tantos quantos forem os lotes	30	R\$ 7,60	R\$ 228,00
6	un M ENDO AGAR LES granulado Formulação: Extrato de levedura: 1,2 g Casitone: 3,7 g Thiopeptone: 3,7 g Tryptose: 7,5 g Lactose: 9,4 g Fosfato dipotassico: 3,3 g Fosfato Monopotassico: 1,0g Cloreto de sódio: 3,7 g Desoxiolato de sódio: 0,1g Lauril sulfato de sódio: 0,05g Sulfito de sódio: 1,6 g Fuscsina básica: 0,8 g Agar: 15g ph Final: 7,2 Embalagem: 500g Certificações: A empresa devera apresentar: - certificado de análise; - certificado de origem da matéria-prima; - ficha de segurança do produto.	2	R\$ 2.321,00	R\$ 4.642,00
7	un M TEC AGAR MODIFICADO Fórmula por litro: Proteose Peptona nº 35,0g Extrato de Levedura3,0g Lactose.....10,0g Fosfato Dipotassico.....3,3g Fosfato Monopotassio.....1,0g Cloreto de sódio.....7,5g Lauril Sulfato de Sódio.....0,2g Desoxicolato de sódio.....0,1g 5- Bromo-6-cloro-3-indolyl-B-D-glucoronide.....0,5g Agar.....15,0g Embalagem: 100g A empresa deverá apresentar: certificado de análise; - certificado de origem da matéria- prima e - ficha de segurança do produto	1	R\$ 220,00	R\$ 220,00
8	un EC MEDIUM COM MUG Fórmula por litro: Tripose.....20g Lactose.....5g Sais Biliares nº 3.....1,5g Fosfato Dipotassico.....4g Fosfato Monopotassico.....1,5g Cloreto de Sódio.....5g MUG.....0,05g Embalagem: 500g A empresa deverá apresentar: - certificado de análise; - certificado de origem da matéria-prima e - ficha de segurança do produto.	1	R\$ 648,00	R\$ 648,00

15	un POTASSIO CLORETO PA Características mínimas: Ensaio (argentométrico) mínimo 99,5%, matéria insolúvel em água máximo 0,001%, pH (5%, água) 5,5 – 8,0, Brometo (BR) máximo 0,01%, Iodeto (I) máximo 0,002%, Fosfato (PO4) máximo 3 ppm Sulfato (SO4) máximo 0,001%, Nitrogênio Total (N) máximo 0,001% , Metais Pesados (como PB) máximo 3 ppm, Cálcio (Ca) máximo 0,002%, Ferro (Fe) máximo 2 ppm Magnésio (Mg) máximo 0,0001%. Fornecido em embalagem de 1kg em frasco de plástico. Quando de cada entrega, deverá apresentar laudo de análise e, tantos quantos forem os lotes.	8	R\$ 206,15	R\$ 1.649,20
----	---	---	------------	--------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 7.387,20 (sete mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 7.387,20 (sete mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte endereço: ETA I, localizada na Rua: São Pedro, s/nº, Bairro: Centro, cidade: Gaspar - SC, em dias úteis e no horário de expediente.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento dos reagentes, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo responsável do setor requerente e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 14 de agosto de 2012.

COMISSÃO:

IVONETE MAIS DOS SANTOS

Pregoeira

ANA PAULA BECKER

Equipe de Apoio

MARLENE CAMPOS DA SILVA

Equipe de Apoio

MAYRA DOS SANTOS

Equipe de Apoio

GISELA MARIA LOBO MACHADO

Equipe de Apoio

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato Contrato 43/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO 43/2012- PMG

Processo de Licitação: 083/2012.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço.

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviço de um (01) link dedicado, com velocidade mínima de 10 Mb's.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: TPA INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.255.187/0001-08, estabelecida na Rua General Osório nº 311 sala 604, Centro, Timbó, Estado de Santa Catarina

Valor do Contrato: de R\$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 14/08/2012 Vigência 13/08/2013.

GUARAMIRIM (SC), 14/08/2012.

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.064

DECRETO Nº 3.064 DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso I da Lei Municipal 2.914 de 23/12/11 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito em exercício do Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 165.000,00 (Cento e sessenta e cinco mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ORGÃO 14: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE

UNIDADE 01: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - JHO SIMAE



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Proj./Ativ. 2.060 Manutenção dos Serviços Administrativos - SIMAE
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-9
Outras despesas correntes
- Aplicações Diretas
Valor: R\$ 24.000,00

Proj./Ativ. 2.061 Operação e Manutenção do Sistema de Água - Urbano
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-13
Outras despesas correntes - Aplicações Diretas
Valor: R\$ 92.000,00

Proj./Ativ. 2.062 Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto - Urbano
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-15
Outras despesas correntes - Aplicações Diretas
Valor: R\$ 47.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000-16
Investimentos Aplicações Diretas
Valor: R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do provável excesso de arrecadação verificado no corrente exercício.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA-SC, em 10 de Agosto de 2012.
ADAIR JOSÉ CERON
Prefeito em exercício

Contrato Nº 042/2012 de 13/08/2012

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Processo Licitatório nº 077/2012
Tomada de Preços nº 014/2012
EXTRATO CONTRATO Nº 042/2012 DE 13/08/2012
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.
Contratada: Plumo Construtora Ltda. EPP.

OBJETO: Execução de pavimentação em paralelepípedos, em vias públicas do município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra
VALOR 206.377,45 (duzentos e seis mil e trezentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos),
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2012, conforme Lei Orçamentária nº 2914/2011 de 23/12/2011,

Herval d'Oeste, em 13 de agosto de 2012.
ADAIR JOSÉ CERON ANTONIO LUIS FOSCARINI
Prefeito Contratada

Termo Aditivo 028/2012

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
EXTRATO TERMO ADITIVO 028/2012

PL 0052/2011 TP 03/2011 - Contrato 037/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC
Contratada: Andrade Construções Ltda.

Objeto: Prorrogação Prazo execução obra e contrato até

31/12/2012
Base Legal: Art. 65 inciso I alínea "a" da Lei 8.666/93, atualizada.

Herval d'Oeste em 14 de agosto de 2012.
ADAIR JOSÉ CERON
Prefeito Municipal

SIMAR JOSÉ ROSA
Contratada

Termo Aditivo 029/2012

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
EXTRATO TERMO ADITIVO 029/2012

PL 050/2011 PP 013/2011 - Contrato 024/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste Contratada: LechnerTur Turismo Ltda ME.

Objeto: Acréscimo de serviços e valor no total diario de R\$ 809,49
Base Legal: Art. 65, Inciso I, alínea "b" da Lei 8.666/93, atualizada.

Herval d'Oeste em 14 de agosto de 2012.
ADAIR JOSÉ CERON
Prefeito Municipal

PAULO ALBERTO LECHNER
Contratado

Termo Aditivo 030/2012

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
EXTRATO TERMO ADITIVO 030/2012

PL 079/2011 TP 006/2011 - Contrato 051/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste - SC
Contratada: Mateus Spricigo ME.

Objeto: Supressão no contrato inicial no valor de R\$ 5.311,51
Base Legal: Art. .65 inciso I, alínea "a,"§ 1º da Lei 8.666/93, atualizada.

Herval d'Oeste em 14 de agosto de 2012.
ADAIR JOSÉ CERON
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços Nº 0015-A/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015-A/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de Agosto de 2013, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.
Aos nove dias do mês de agosto de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o os preços para o eventual fornecimento de Material de Construção, para uso das Secretarias e Fundos Municipais, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair Ceron, Prefeito Municipal e a empresa Andrade Construções, em decorrência do processo licitatório nº0088/2012,

modalidade Pregão Presencial nº 023/2012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, em 09 de Agosto de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Prefeito
CPF: 400.687.069-87
Contratante

SIMAR JOSÉ ROSA
Sócio Administrador
CPF: 437.061.009-59
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Ata de Registro de Preços Nº 0015-B/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015-B/2012
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0023/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 09 de Agosto de 2013, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos nove dias do mês de agosto de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o os preços para o eventual fornecimento de Material de Construção, para uso das Secretarias e Fundos Municipais, conforme descrito no Anexo 01 desta Ata, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Adair Ceron, Prefeito Municipal e a empresa Herval Materiais de Construção LTDA, em decorrência do processo licitatório nº0088/2012, modalidade Pregão Presencial nº 023/2012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, em 09 de Agosto de 2012.

ADAIR JOSÉ CERON
Prefeito
CPF: 400.687.069-87
Contratante

CLAUDIANE MARILENE FRIES DE ANDRADE
Sócia Administradora
CPF: 479.912.759-49
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS
CPF: 076.591.479-43

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: SEDESTH 46/2012 - a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 46/2012 - A/00

Contratada: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA

C.N.P.J: 07.605.075/0001-45

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PETI

Valor: R\$ 3.855,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 13/2012 Pregão 11/2012

Imbituba, 04 de julho de 2012.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal Sedesth

Contratante

SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEDESTH 48/2012 - a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 48/2012 - A/00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PETI

Valor: R\$ 15.421,18 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 20/2012 Pregão 18/2012

Imbituba, 17 de julho de 2012.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal Sedesth

Contratante

COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

Representante Legal

Contratada

Edital SEAGP Nº 117/2012

EDITAL SEAGP Nº 117/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009.

O Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 001/2009, divulgado através do Edital nº 001/2009, de 23 de janeiro de 2009, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2009, de 15 de abril de 2009, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 001/2009, para comparecer ao Departamento



de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de setembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 10 de agosto de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 117/2012

Agente Comunitária de Saúde Área 01
MARLENE DA SILVEIRA

Editais SEAGP Nº 118/2012

EDITAL SEAGP Nº 118/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de setembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 10 de agosto de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 118/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

SERVENTE MERENDEIRA

MARIA CUSTODIA ANTONIO PEREIRA

IVONE DE JESUS DOS SANTOS CAMPOS

Editais SEAGP Nº 119/2012

EDITAL SEAGP Nº 119/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 10 de Agosto a 09 de Setembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias

após a assinatura do Edital de Convocação Individual. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 10 de agosto de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 119/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

AGENTE ADMINISTRATIVO

ALLAN HOFFMAN FORMENTIN

Editais SEAGP Nº 120/2012

EDITAL SEAGP Nº 120/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Agosto a 15 de setembro 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de agosto de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 120/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

SERVENTE MERENDEIRA

MARIA SALETE MANOEL

Editais SEAGP Nº 121/2012

EDITAL SEAGP Nº 121/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 01/2010, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Agosto a 15 de Setembro de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de agosto de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 121/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

ENFERMEIRO

GABRIELA DANIEL DA COSTA

Edital SEAGP Nº 122/2012

EDITAL SEAGP Nº 122/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 16 de Agosto a 15 de setembro 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 16 de agosto de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
 

EDITAL SEAGP Nº 122/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

SERVENTE MERENDEIRA

KARINE NUNES CORREA

Ipumirim

PREFEITURA

Lei Nº 1696 de 15 de Agosto de 2012

LEI Nº 1696 de 15 de agosto de 2012

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 208.550,00 E FAZ ADEQUAÇÃO DOS ANEXOS DA LDO E PPA.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II e § 2º e 730; do artigo 34 da Lei 1671/2011, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.012 - LDO e dá outras providências e inciso III do § 1º e 730; do artigo 43 da Lei 4.320/64 faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 82, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS , Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração , no valor de R\$ 67.550,00.

II - Código reduzido 94, Projeto 12.361.0012.2037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 30.000,00.

III - Código reduzido 24, Projeto 12.365.0012.2041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 10.000,00.

IV - Código reduzido 15, Projeto 13.392.0023.2043 - Gestão das Políticas e Ações da Cultura, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura , no valor de R\$ 5.000,00.

V - Código reduzido 10, Projeto 27.812.0025.2060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes , no valor de R\$ 8.000,00.

VI - Código reduzido 2, Projeto 20.606.0019.2050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 22.000,00.

VII - Código reduzido 30, Projeto 15.452.0028.2064 - Gestão das Ações de Limpeza Urbana, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 41.000,00.

VIII - Código reduzido 6, Projeto 10.301.0005.2024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 25.000,00.

Art. 2º Os créditos suplementares constantes nos artigos anteriores

serão abertos por conta das anulações totais e parciais das seguintes dotações orçamentárias:

I - Código reduzido 99, Projeto 12.361.0012.1019 - Edificações para a Modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 30.000,00.

II - Código reduzido 27, Projeto 12.365.0012.1053 - Edificações para a Modernização do Ensino Infantil, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 10.000,00.

III - Código reduzido 16, Projeto 13.392.0023.1027 - Equipamentos e Edificações para Modernização das Ações da Cultura, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura , no valor de R\$ 10.000,00.

IV - Código reduzido 9, Projeto 27.812.0004.2019 - Ações de Parceria com Entidades Desportivas e Comunitárias, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes , no valor de R\$ 3.000,00.

V - Código reduzido 12, Projeto 27.812.0025.1030 - Equipamentos para Modernização das Ações do Desporto, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes , no valor de R\$ 15.000,00.

VI - Código reduzido 7, Projeto 20.601.0019.2082 - Ações de Incentivos à Produção Agrícola e Estruturação de Propriedades, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 10.000,00.

VII - Código reduzido 3, Projeto 20.606.0019.1024 - Equipamentos e veículos para Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 3.000,00.

VIII - Código reduzido 6, Projeto 20.601.0020.2054 - Gestão das Ações de Agregação de Valores e Alternativas de Renda, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 9.000,00.

IX - Código reduzido 43, Projeto 16.482.0033.1044 - Infra-Estrutura para o Desenvolvimento de Programas Habitacionais, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 12 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL , Unidade 1 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social , no valor de R\$ 40.000,00.

X - Código reduzido 54, Projeto 17.512.0035.2094 - Gestão das Ações de Saneamento Básico, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 13 - FUNDO DE SANEAMENTO BÁSICO , Unidade 1 - Fundo de Saneamento Básico , no valor de R\$ 20.000,00.

XI - Código reduzido 35, Projeto 15.451.0029.2093 - Regularização, manutenção e expansão de cemitérios municipais., elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 18.550,00.

XII - Código reduzido 55, Projeto 22.661.0034.1045 - Incentivos a expansão da Indústria, Comércio e Serviços, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind.

Comércio e Serviço, no valor de R\$ 15.000,00.

XIII - Código reduzido 2, Projeto 10.301.0005.1052 - Edificações para funcionamento de Unidades de Saúde, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 15.000,00.

XIV - Código reduzido 16, Projeto 10.301.0005.2071 - Gestão da Farmácia Básica e Suplementares, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 15 de agosto de 2012

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Decreto N. 1.930 de 15 de Agosto de 2.012

DECRETO N. 1.930 de 15 de agosto de 2.012

ABRE CRÉDITOS ESPECIAIS POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 208.550,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II c/c ao § 2º e 730; do artigo 34 da Lei 1.671 de 14 de outubro de 2.011 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.012 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.696 de 15 de agosto de 2.012,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 82, Projeto 04.122.0003.2003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS , Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração , no valor de R\$ 67.550,00.

II - Código reduzido 94, Projeto 12.361.0012.2037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 30.000,00.

III - Código reduzido 24, Projeto 12.365.0012.2041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 10.000,00.

IV - Código reduzido 15, Projeto 13.392.0023.2043 - Gestão das Políticas e Ações da Cultura, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura , no valor de R\$ 5.000,00.

V - Código reduzido 10, Projeto 27.812.0025.2060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes , no valor de R\$ 8.000,00.

VI - Código reduzido 2, Projeto 20.606.0019.2050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 22.000,00.

VII - Código reduzido 30, Projeto 15.452.0028.2064 - Gestão das Ações de Limpeza Urbana, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 41.000,00.

VIII - Código reduzido 6, Projeto 10.301.0005.2024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 25.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 208.550,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das anulações totais e parciais das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 99, Projeto 12.361.0012.1019 - Edificações para a Modernização do Ensino Fundamental, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 30.000,00.

II. Código reduzido 27, Projeto 12.365.0012.1053 - Edificações para a Modernização do Ensino Infantil, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25% , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino , no valor de R\$ 10.000,00.

III. Código reduzido 16, Projeto 13.392.0023.1027 - Equipamentos e Edificações para Modernização das Ações da Cultura, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura , no valor de R\$ 10.000,00.

IV. Código reduzido 9, Projeto 27.812.0004.2019 - Ações de Parceria com Entidades Desportivas e Comunitárias, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes , no valor de R\$ 3.000,00.

V. Código reduzido 12, Projeto 27.812.0025.1030 - Equipamentos para Modernização das Ações do Desporto, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES , Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes , no valor de R\$ 15.000,00.

VI. Código reduzido 7, Projeto 20.601.0019.2082 - Ações de Incentivos à Produção Agrícola e Estruturação de Propriedades, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 10.000,00.

VII. Código reduzido 3, Projeto 20.606.0019.1024 - Equipamentos e veículos para Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 3.000,00.

VIII. Código reduzido 6, Projeto 20.601.0020.2054 - Gestão das Ações de Agregação de Valores e Alternativas de Renda, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO , Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário , no valor de R\$ 9.000,00.

IX. Código reduzido 43, Projeto 16.482.0033.1044 - Infra-Estrutura para o Desenvolvimento de Programas Habitacionais, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 12 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL , Unidade 1 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social , no valor de R\$ 40.000,00.

X. Código reduzido 54, Projeto 17.512.0035.2094 - Gestão das Ações de Saneamento Básico, elemento 33900000000000, fonte

de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 13 - FUNDO DE SANEAMENTO BÁSICO , Unidade 1 - Fundo de Saneamento Básico , no valor de R\$ 20.000,00.

XI. Código reduzido 35, Projeto 15.451.0029.2093 - Regularização, manutenção e expansão de cemitérios municipais., elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 18.550,00.

XII. Código reduzido 55, Projeto 22.661.0034.1045 - Incentivos a expansão da Indústria, Comércio e Serviços, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários , Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 15.000,00.

XIII. Código reduzido 2, Projeto 10.301.0005.1052 - Edificações para funcionamento de Unidades de Saúde, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 15.000,00.

XIV. Código reduzido 16, Projeto 10.301.0005.2071 - Gestão da Farmácia Básica e Suplementares, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15% , Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE , Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde , no valor de R\$ 10.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 208.550,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 16 de agosto de 2.012.

Ipumirim-SC, 15 de agosto de 2.012

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 2271/2012

Decreto nº 2271/2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei 1599/2011 de 22.12.2011, conforme artigo 13.

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 4.125,00 (quatro mil cento e vinte e cinco reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0257 (51) Aplicações Diretas R\$ 3.325,00

02 - PODER EXECUTIVO

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.024 - Manutenção do Desporto Comunitário

4.4.90.00.00.00.00.0257 (128) Aplicações Diretas R\$ 800,00

T O T A L R\$ 4,125,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem



previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO**02.05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0257 (47) Aplicações Diretas R\$ 3.325,00

02 - PODER EXECUTIVO**02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

2.024 - Manutenção do Desporto Comunitário

3.3.90.00.00.00.00.0257 (127) Aplicações Diretas R\$ 800,00

T O T A L R\$ 4,125,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de agosto de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 126/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 126/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Matheus Cristofolini - Empreiteira Cristofolini.

Objeto: Prestação de Serviços de hora/máquina na execução de limpeza e reamontoamento de pedras junto a pedreira municipal, na localidade de Serra Grande, num total de 39,2 horas/máquina, ao custo unitário de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) por hora/máquina, perfazendo o montante global de R\$ 7.448,00 (sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais), conforme solicitado através do Ofício nº. 700/2012

Valor: R\$ 7.448,00 (sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais).

Vigência: 15.08.2012 a 15.10.2012

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato Nº 005**

Contrato nº 005/2012

Contratante : CÂMARA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente contrato o licenciamento, para uso gratuito, não exclusivo e intransferível, em favor da LICENCIADA, do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade exclusiva da BETHA.

Valor contratual: Gratuito

Vigência : Vigente enquanto estiver em vigência o contrato 001/2012.

Itapoá**PREFEITURA****Termo de Convocação Nº 09**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 09

Processo: Concurso Público - Edital nº 001/2011

Mario Eloi Tavares - Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

Inscr.	Clas.	Cargo	Candidato
0700843-0	6	Professor I (S. Iniciais)	Renata Maria Mildemberger
0700036-7	32	Professor I (Educ. Infantil)	Eliana Maria F. De Souza
0700742-6	33	Professor I (Educ. Infantil)	Carla Cristina Peppe
0701528-3	34	Professor I (Educ. Infantil)	Catia Huebner
0700050-2	5	Supervisor Escolar I	Juliana Yumi Mori
0700011-1	8	Recepcionista	Heloisa do Rosario
0700676-4	1	Fisioterapeuta I	Rafael Fernando Cezario

Itapoá - SC, 14 de agosto de 2012.

MARIO ELOI TAVARES

Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Portaria N.º 5.177**

PORTARIA Nº 5.177 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr(a) DEISE CRISTINA ALVES BOTH, Professor ACT-LP com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada em teste seletivo edital 007/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 03 de agosto de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.178

PORTARIA Nº 5.178 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) FABIANA DE LIMA, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 064 de 19 de setembro de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal e Lei Complementar n.º 94 de 04 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2008, enquadrada na condição de ocupante de emprego público, nos termos da Lei Complementar n.º 140/2007, Lei Federal n.º 11.350/2006 e o artigo 2º, parágrafo único, da Emenda Constitucional n.º 51/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.179

PORTARIA Nº 5.179 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) GEISA FINGER, do cargo de Médico, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, pedido protocolado anexado aos documentos funcionais.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, V da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.180

PORTARIA Nº 5.180 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) GISELE CRISTIANE VIANA DE SOUSA, Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, conforme art. 2º, § 1º - I e II, e por ter sido classificada em teste seletivo edital 006/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de agosto de 2012, obedecido o

disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.181

PORTARIA Nº 5.181 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MONICA EMANUELE KOPSEL, Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, conforme art. 2º, § 1º - I e II, e por ter sido classificada em teste seletivo edital 006/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de agosto de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.182

PORTARIA Nº 5.182 DE 08 DE AGOSTO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JORGE ANDRE ROBAERT, Técnico de Enfermagem- SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificada em teste seletivo edital nº 004/2010/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 08 de agosto de 2012
RAFAEL LASKE

SIMAE

Contrato JHL 0096/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0096/2012

TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0077/2009
PREGÃO PRESENCIAL JHL 0038/2009
PROCESSO LICITATÓRIO 0046/2009
PROTOCOLO JHL 1974/2009
Data: 14/08/2012

Objeto: RENOVAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR REFERENTE A LOCAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SOFTWARES DE COMPRAS, LICITAÇÕES, ALMOXARIFADO, FROTA E PATRIMÔNIO, PARA O SIMAE.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor Mensal do Contrato: R\$ 1.143,03 (Hum mil, cento e quarenta e três reais e três centavos).

Programa/atividade - 14.01.2.060

Elemento - 3.3.90.39.11.00

Prazo de vigência: 01/09/2012 a 31/08/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0097/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0097/2012

TOMADA DE PREÇO JHL 0007/2012

LICITAÇÃO 0048/2012

Data: 14/08/2012

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para implantação de adutora de água tratada - EAT 020 até o RAP 020, localizado na Rua Firmo Bernardi Linha Duas Casas.

Contratado: Andrade Construções Ltda

Valor do Contrato: R\$ 256.312,37 (Duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e doze reais e trinta e sete centavos)

PROGRAMA: 14.01.1.051.

ELEMENTO: 4.4.90.51.99.00

Prazo de vigência: 90 dias contados da data da Ordem de Serviço

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Contrato JHL 0098/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0098/2012

TERMO DO 5º ADITIVO AO CONTRATO JHL 0053/2009

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 0002/2009

PROTOCOLO Nº 1128/2009

Data: 15/08/2012

Objeto: ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DE COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE OURO - CRESOL OURO PARA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE OURO - SULCREDI OURO.

Contratado: COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE OURO - SULCREDI OURO

Valor total do contrato: inalterado.

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.81

Prazo de vigência: 15/08/2012 a 31/05/2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 029/2012

DECRETO Nº 029/2012.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.704/2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

04.00 - Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.010 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90 - Aplicações Diretas - 0.1.0019 - R\$ 270.000,00

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 20.000,00

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0022 - R\$ 80.000,00

4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0022 - R\$ 30.000,00

2.013 - Manutenção do Ensino infantil

3.1.90 - Aplicação Direta - 0.1.0018 - R\$ 480.000,00

3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0019 - R\$ 30.000,00

TOTAL - R\$ 910.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta do provável excesso de arrecadação, observando a tendência do exercício, no valor de R\$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais) distribuídos da seguinte forma:

Transferências de Recursos do FUNDEB

- FUNDEB 60% - 01.0018 - R\$ 480.000,00

- FUNDEB 40% - 01.0019 - R\$ 320.000,00

Transferência de Convênios da Educação

- 01.0022 - R\$ 110.000,00

TOTAL - R\$ 910.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE AGOSTO DE 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao Átrio Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração. Fin. e Planej.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 77/2012

DECRETO Nº 77 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERAVIT FINANCEIRO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 858 de 28 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor correspondente:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	56.350,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	56.350,00
Função	10	Saúde	56.350,00
Sub-função	301	Atenção Básica	56.350,00
Programa	6	Saúde com Excelência	56.350,00
Atividade	2.016	Atenção Básica	56.350,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	56.350,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	56.350,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	56.350,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.8	Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	27.300,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.11	Saúde Bucal	6.400,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.12	Agentes Comunitários de Saúde – PACS	9.150,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.13	Prog. de melhoria do acesso à Qualidade - PMAQ	1.700,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.71	Compensação de Especificidade Regionais - CER	11.800,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			56.350,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes de recursos e valores:

I - Superávit financeiro.

Recurso/Detalh.	Fonte de Recursos	Valor
0.3.0064.8	Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	27.300,00
0.3.0064.11	Saúde Bucal	6.400,00
0.3.0064.12	Agentes Comunitários de Saúde – PACS	9.150,00

0.3.0064.13	Prog. de melhoria do acesso à Qualidade - PMAQ	1.700,00
0.3.0064.71	Compensação de Especificidade Regionais - CER	11.800,00
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		56.350,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de agosto de 2012
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 78/2012

DECRETO Nº 78 DE 15 DE AGOSTO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERAVIT FINANCEIRO E EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I e III da Lei nº 858 de 28 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social vigente, nas dotações com a seguinte estrutura e valores correspondentes:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.662,76
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	34.662,76
Função	08	Assistência Social	34.662,76
Sub-função	244	Assistência Comunitária	34.662,76
Programa	8	Assistência ao Menor em situação de Riscos	34.662,76
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	24.815,38
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	24.815,38
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	24.815,38
Fonte de Recursos	0.3.0052.7	Piso Básico Fixo – PBF (superávit)	24.815,38
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	3.697,38
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	3.697,38
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	3.697,38
Fonte de Recursos	0.3.0052.5	Piso Básico Variável II (superávit)	3.697,38
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	6.150,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	6.150,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.150,00

		Índice de Gestão Descentralizada – IGD SUAS	
Fonte de Recursos	0.1.0063.309		6.150,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			28.512,76

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das seguintes fontes de recursos e valores:

I – Superávit financeiro.

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.3.0052.7	Piso Básico Fixo – PBF (superávit)	24.815,38
Fonte de Recursos	0.3.0052.5	Piso Básico variável II (superávit)	3.697,38
TOTAL DO SUPERAVID UTILIZADO			28.512,76

II – Excesso de arrecadação.

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.1.0063.309	Índice de gestão descentralizada – IGD SUAS	6.150,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO			6.150,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 15 de agosto de 2012
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Processo Licitatório Nº 076/2012 Pregão Presencial Nº 064/2012

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2012

Tipo “Menor Preço” (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de modo parcelado de gêneros alimentícios, suco de frutas e material de copa e cozinha para utilização da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto em eventos organizados por esta Secretaria no exercício de 2012, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 064/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 28 de agosto de 2012. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 15/08/2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 118/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 118/2012 - 3º TA 145/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato.

Contratado: DIMENZO ENGENHARIA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2011

Objeto: Alteração do valor contratual em função de alterações na execução da obra de construção da Agricultura familiar.
Valor Reduzido: R\$ 2.424,06
Vigência: 24 de julho de 2012.
Assinatura: 06 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 119/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 119/2012 - 2º TA 19/2012

A Secretária Municipal de Administração e Finanças de Lindóia do Sul/SC, em face à ausência do Prefeito Municipal, torna público que firmou o seguinte contrato.

Contratado: RETÍFICA MOCELLIN LTDA
Licitação: CARTA CONVITE 04/2012

Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da aquisição de peças e serviços adicionais, necessários ao conserto da motoniveladora 120B.
Valor: R\$ 9.310,95
Vigência: 31 de dezembro de 2012.
Assinatura: 10 de julho de 2012.

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Extrato do Contrato 120/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 120/2012 - 1º TA 107/2012

A Secretária Municipal de Administração e Finanças de Lindóia do Sul/SC, em face à ausência do Prefeito Municipal, torna público que firmou o seguinte contrato.

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da obra e prazo de vigência contratual em mais 30 dias consecutivos
Vigência: 09 de novembro de 2012.
Assinatura: 12 de julho de 2012.

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Extrato do Contrato 121/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 121/2012 - 1º TA 67/2012

A Secretária Municipal de Administração e Finanças de Lindóia do Sul/SC, em face à ausência do Prefeito Municipal, torna público que firmou o seguinte contrato.

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da obra e prazo de vigência contratual em mais 30 dias consecutivos

Vigência: 09 de novembro de 2012.

Assinatura: 07 de setembro de 2012.

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Extrato do Contrato 122/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 122/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CELT ELETRICIDADE E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2012

Objeto: Implantação de uma rede de iluminação pública, no acesso ao Frigorífico Kaefer Agro Industrial Ltda.

Valor: R\$ 35.006,77

Vigência: 14 de outubro de 2012.

Assinatura: 16 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 123/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 123/2012 - 1º TA 08/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012

Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da aquisição de maiores quantidades de alimentos para merenda escolar.

Valor: R\$ 1.528,71

Vigência: 31 de julho de 2012.

Assinatura: 16 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 124/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 124/2012 - 1º TA 09/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CON-CÓRDIA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012

Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da aquisição de maiores quantidades de alimentos para merenda escolar.

Valor: R\$ 209,00

Vigência: 31 de julho de 2012.

Assinatura: 16 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 125/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 125/2012 - 1º TA 10/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2012

Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da aquisição de maiores quantidades de alimentos para merenda escolar.

Valor: R\$ 265,40

Vigência: 31 de julho de 2012.

Assinatura: 16 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 126/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 126/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GREIZIANE CONFECÇÕES LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012

Objeto: Aquisição de roupas sob medida para grupos de danças, fardamentos esportivos, tecidos e cortinas.

Valor: R\$ 16.254,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 16 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 127/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 127/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NELTO CARLOS BAGATINI & CIA LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2012

Objeto: Aquisição de conjuntos de bandeiras oficiais (País, Estado e Município).

Valor: R\$ 7.550,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 16 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 128/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 128/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de móveis para escritório, equipamentos de informática, televisor, pedestais, e materiais de expediente.

Valor: R\$ 6.589,00

Vigência: 17 de julho de 2013.

Assinatura: 17 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 129/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 129/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HUM MIMO PRESENTES LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e materiais de expediente.

Valor: R\$ 27.479,00

Vigência: 17 de julho de 2013.

Assinatura: 17 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 130/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 130/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de equipamentos de equipamento lava jato e materiais de expediente.

Valor: R\$ 1.917,20

Vigência: 17 de julho de 2013.

Assinatura: 17 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 131/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 131/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PISOCENTER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de equipamentos de climatização

Valor: R\$14.000,00

Vigência: 17 de julho de 2013.

Assinatura: 17 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 132/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 132/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de 08 aparelhos telefônicos

Valor: R\$ 1.576,00

Vigência: 19 de julho de 2013.

Assinatura: 19 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 133/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 133/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DOUGLAS FICANHA 03935233906

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos de informática.

Valor: R\$ 4.855,30

Vigência: 19 de julho de 2013.

Assinatura: 19 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 134/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 134/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ARENA INFORMÁTICA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e colchões.
Valor: R\$ 5.016,00
Vigência: 19 de julho de 2013.

Assinatura: 19 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 135/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 135/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, equipamentos de informática e de climatização.
Valor: R\$ 6.068,00
Vigência: 19 de julho de 2013.

Assinatura: 19 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 136/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 136/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DIMENZO ENGENHARIA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2012

Objeto: Execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção de uma ponte em tubos de concreto (fornecidos pelo Município). A obra deverá ser realizada na Rua 29 de Julho, Centro, na cidade de Lindóia do Sul, de acordo com o projeto básico.
Valor: R\$ 23.200,00
Vigência: 22 de novembro de 2012.

Assinatura: 25 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 137/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 137/2012 - 1º TA 109/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEWTEC TECNOLOGIAS AMBIENTAIS LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega da obra e prazo de vigência contratual em mais 21 dias.
Vigência: 02 de novembro de 2012.

Assinatura: 25 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 138/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 138/2012 - 2º TA 23/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEIVOR MARCOS ZONTA & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 05/2012

Objeto: Recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte escolar em mais 2,94% em função do aumento do preço do óleo diesel.
Valor: R\$ 638,96
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 139/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 139/2012 - 5º TA 03/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEIVOR MARCOS ZONTA & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 04/2011

Objeto: Recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte escolar em mais 2,94% em função do aumento do preço do óleo diesel.
Valor: R\$ 747,40
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 140/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 140/2012 - 2º TA 11/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NEIVOR MARCOS ZONTA & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL 55/2011

Objeto: Recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte escolar em mais 2,94% em função do aumento do preço do óleo diesel.

Valor: R\$ 470,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 141/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 141/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALCI N. BECKER E CIA LTDA
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.

Valor: R\$ 7.739,22

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 142/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 142/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DIALSUPRI DISTRIBUIDORA LTDA ME
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de equipamentos para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.

Valor: R\$ 4.378,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 143/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 143/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de 02 televisores 32" para o centro de educação

infantil Roselene Fátima Bussolaro.

Valor: R\$ 2.080,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 144/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 144/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DIRCEU LONGO & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de 08 Aparelhos de som Micro system com karaokê, para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.

Valor: R\$ 2.592,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 145/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 145/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: DUCA MOVÉIS LTDA EPP
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.

Valor: R\$ 9.330,51

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 146/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 146/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de 02 Batedeiras 5 velocidades para massas leves e pesadas para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.

Valor: R\$ 159,80

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 147/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 147/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: EMILIO ACUNA PESO JUNIOR EPP
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de 04 bebedouros elétricos para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 2.028,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 148/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 148/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de 03 aparelhos de Ar Condicionado Split 18000 BTU's para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 4.698,00
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 149/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 149/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ESCOBRINQ LTDA EPP
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de brinquedos e equipamentos para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 5.380,47
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 150/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 150/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LUIS CÉSAR REIS ME,
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de móveis para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 9.883,99
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 151/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 151/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: KALBRINK MATERIAIS PEDAGOGICOS E DE INFORMATICA LTDA
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 6.975,50
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 152/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 152/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: NATALÍCIO DE JESUS GERALDO EPP
Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2012

Objeto: Aquisição de brinquedos e equipamentos para o centro de educação infantil Roselene Fátima Bussolaro.
Valor: R\$ 5.892,80
Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 30 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 153/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 153/2012 - 8º TA 147/2009

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2009 PMLS

Objeto: Reajuste de preços dos serviços de locação, atualização e manutenção de sistemas de informática em 4,90% conforme INPC acumulado no período de 01/07/2011 a 30/06/2012.

Valor: R\$ 693,42

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 31 de julho de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 154/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 154/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Objeto: Serviços especializados em Medicina e Segurança do Trabalho, objetivando a orientação ao município de Lindóia do Sul, com a elaboração e fornecimento de PPRA, PCMSO, LTCAT e PPP
Valor: R\$ 2.775,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 01 de agosto de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 155/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 155/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: GRAFATO - MANUTENÇÃO E TREINAMENTO LTDA

Objeto: Prestação de serviços de gerenciamento de documentos fiscais eletrônicos.

Valor: R\$ 400,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 01 de agosto de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 156/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 156/2012 - 1º TA 185/2011

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: TERRAPLANA M.M.& CIA LTDA ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011

Objeto: Contratação de mais 75 (setenta e cinco) horas de prestação de serviços de máquinas com trator de esteiras.

Valor: R\$ 11.625,00

Vigência: 31 de dezembro de 2012.

Assinatura: 08 de agosto de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 157/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 157/2012 - 1º TA 134/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ARENA INFORMÁTICA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega dos itens 03 e 32 em mais (cinco) dias consecutivos.

Vigência: 19 de julho de 2013.

Assinatura: 08 de agosto de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 158/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 158/2012 - 1º TA 135/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALF COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2012

Objeto: Prorrogação do prazo de entrega dos objetos em mais (nove) dias consecutivos.

Vigência: 19 de julho de 2013.

Assinatura: 08 de agosto de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato FMS 12/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 12/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CARDIOLÓGICA CLÍNICA MÉDICA S/C LTDA
Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2012

Objeto: Serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante 24 hrs (vinte e quatro horas) semanais.

Valor: R\$ 13.000,00

Vigência: 31 de agosto de 2012

Assinatura: 02 de julho de 2.012.
GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 13/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 13/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2012

Objeto: Conversão de dados, implantação, treinamento, fornecimento mediante locação, atualização e manutenção de sistemas de informática na área de Saúde e Social de Lindóia do Sul.
Valor: R\$ 11.500,00
Vigência: 31 de agosto de 2.012

Assinatura: 02 de julho de 2.012.
GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 14/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 14/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2012

Objeto: Reforma da Unidade Básica de Saúde, na Rua Tamandaré, neste município
Valor: R\$ 102.672,03
Vigência: 02 de janeiro de 2.013

Assinatura: 06 de julho de 2.012.
GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 15/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE COMODATO Nº 15/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LINDIG DIAGNÓSTICOS LTDA ME

Objeto: Empréstimo de forma gratuita ao COMODATÁRIO, uma sala integrante do imóvel citado, com 30 m², em função da execução de reformas na unidade sanitária municipal.
Vigência: 30 de setembro de 2.012.

Assinatura: 24 de julho de 2.012.
GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 16/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 16/2012 - 5º TA 06/2011

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LINDIG DIAGNÓSTICOS LTDA ME
Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2011

Objeto: Exclusão do item 2.4. com consequente alteração dos itens 2.5. e 2.6., ambos da cláusula segunda do contrato aditivo FMS nº11/2012, e a alteração do valor contratual mensal fixo, visando disponibilizar de forma gratuita à população do município, mais um profissional médico para atendimento em consultas na especialidade de ginecologia e obstetrícia, junto ao Hospital mantido pela CONTRATADA a partir de 01 de agosto de 2012
Valor: R\$ 15.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2.012.

Assinatura: 27 de julho de 2.012.
GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Extrato do Contrato FMS 17/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 17/2012

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MAIA RODRIGUES & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012

Objeto: Serviços médicos descritos no item 01 de sua proposta, sendo serviços médicos na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante 40 hs (quarenta horas) semanais, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas a serem efetuados na Sede do Município e interior, com as atividades e procedimentos exigidos pelo programa que é realizado em convênio com a União, através do profissional Alexandre Maia Rodrigues CRM 5423.
Valor: R\$ 65.000,00
Vigência: 31 de dezembro de 2.012.

Assinatura: 30 de julho de 2.012.
GENIR LOLI
Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Rescisão de Contrato Amigável Nº 02/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE DISTRATO
RESCISÃO DE CONTRATO AMIGÁVEL Nº 02/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescindiu de forma amigável o seguinte contrato:

Permissionário: Valdir Fiametti

Objeto: Permissão do direito à execução do serviço público de táxi em perímetro urbano do município de Lindóia do Sul em conformidade com a Lei Municipal nº 882, de 20 de novembro de 2009.

Considerando o atestado médico recomendando ao Senhor Valdir Fiametti, a paralisação de suas atividades como taxista;

Considerando o ofício encaminhado pelo Permissionário, reque-
rendo a rescisão amigável do contrato de permissão de exploração
do serviço público de taxi nº 194/2010, pelos motivos expostos
acima.

DECIDE-SE pela rescisão amigável do Contrato Nº 194/2010.

Lindóia do Sul/SC, 10 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Rescisão de Contrato Amigável Nº 03/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE DISTRATO

RESCISÃO DE CONTRATO AMIGÁVEL Nº 03/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que rescin-
diu de forma amigável o seguinte contrato:

Locador: MAURI DELAI

Objeto: Locação de imóvel para funcionamento de uma sala de
aula para turmas do quinto ano.

Considerando que com o início das atividades do novo centro de
Educação Infantil, as instalações do antigo centro ficam disponí-
veis para utilização pelo município;

DECIDE-SE pela rescisão amigável do Contrato Nº 163/2010.

Lindóia do Sul/SC, 31 de julho de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Dispensa PML.009.2012 - Locação Vitoria

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório 0074/2012
Dispensa nº 009/2012

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Locação das dependências do Esporte Clube Vitória destinado:

- a) às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Idosos, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, de acordo com o valor de mercado.
b) para eventos e atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Luzerna, de acordo com o valor de mercado, conforme calendário municipal de eventos.

Valor homologado: R\$ 6.400,01

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso X.

Luzerna (SC), 14 de agosto de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna

Extrato de Contrato Nº PML.057.12

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.057.12
MODALIDADE: Dispensa nº 0009/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: ESPORTE CLUBE VITÓRIA

OBJETO: contrato de locação das depedências do Esporte Clube Vitória destinado: a) às atividades desenvolvidas pelo Grupo de Idosos, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Luzerna, de acordo com o valor de mercado.
b) para eventos e atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais da Prefeitura de Luzerna, de acordo com o valor de mercado, conforme Calendário Municipal de Eventos.

VALOR: R\$ 6.400,01 (seis mil quatrocentos reais e um centavo) mensais, a ser pago até o 15º dia subsequente ao da locação do imóvel.

VIGÊNCIA: O prazo da locação será de 14 de Agosto de 2012 (data de assinatura), com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias e o vencimento em 31 de Dezembro de 2012.

DOTAÇÃO:

Conta: 12.1201.08.241.0025.2027.33900000
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA/FMAS
Un. Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade: APOIO A PESSOA IDOSA
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento:
Fonte: Recursos Ordinários
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.365.0028.2028.33900000
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO
Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - INFANTIL
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento:
Fonte: Recursos Ordinários
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0802.13.392.0046.2038.33900000
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE CULTURA
Projeto/Atividade: APOIO PARA DIFUSÃO CULTURAL
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento:
Fonte: Recursos Ordinários
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Conta: 08.0801.12.361.0031.2030.33900000
Órgão: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Un. Orçamentária: DPTO DE EDUCAÇÃO - SETOR DE ENSINO
Projeto/Atividade: MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDAMENTAL
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento:
Fonte: Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação
Destinação: Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 14 de agosto de 2012.
NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
Locatário

ADÊMIO HOFFELDER
Esporte Clube Vitória
Locadora

Extrato de Contrato Nº PML.065.12

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.056.12
MODALIDADE: Pregão nº 0032/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Contrato de empresa especializada para execução dos serviços e o fornecimento das peças necessárias para o conserto dos Veículos Trator de Esteira Komatsu d50 e Caminhão Cargo 2422 (Placas JNK 4756), conforme especificações constantes do anexo do edital;

VALOR: R\$ 20.961,55 (vinte mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos);

VIGÊNCIA: de 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

DOTAÇÃO:

Conta: 11.1101.26.782.0067.2060.33900000
Reduzido: 107
Órgão: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS
Proj/Atividade: MANUT. CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO
Mod. Aplicação: APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 00 - Recursos Ordinários
Destinação: 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 14 de agosto de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
Contratante

ANA PAULA DE MIRANDA
Locomaq Comércio E Locação De Máquinas E Equipamentos Ltda
Contratada

Maracajá

PREFEITURA

Resultado Final Lic 36 _2012 TP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá
RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO
LICITAÇÃO Nº 36/2012 - TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, para o Município de Maracajá.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas técnica e de preços, da Licitação 36/2012 - Tomada de Preços, que resultou na HABILITAÇÃO, QUALIFICAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da única empresa participante BEtha Sistemas Ltda, com o valor global R\$ 22.096,00 (vinte e dois mil, noventa e seis reais).

Maracajá, 14 de agosto de 2012.
MARIA DAS GRAÇAS CONTI FAGUNDES
Presidente da Comissão de Licitação

Marema

PREFEITURA

Lei

Lei nº 963/2012 De 21/03/2012
INSTITUI "FG" - FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE CARREIRA DO LEGISLATIVO, DESIGNADOS PARA ATENDER DESEMPENHO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica instituído a "FG" Função Gratificada, para servidores ocupantes do cargo de carreira, designados para atender desempenho de atividades especial, de forma permanente ou temporária, conforme segue:

ATIVIDADE ESPECIAL	PERCENTUAL
--------------------	------------

01 - Membro da Comissão de Licitação	20%
02 - Membro de Conselhos	20%
03 - Membro de Fundos	15%

§ 1º - O percentual é aplicado sobre o vencimento base do servidor do quadro de pessoal do Poder Legislativo.

§ 2º - O percentual poderá ser cumulativo

§ 3º - A "FG" será devida na proporção da efetiva participação do servidor.

§ 4º - A "FG" criada por esta Lei não se incorpora aos vencimentos do servidor, cessando o seu pagamento com o afastamento deste da Atividade Especial designada.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Lei 960

Lei nº 960/2012 de 09/03/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2012, DO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito Municipal de Marema, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Marema, crédito adicional ESPECIAL no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais), para a INCLUSÃO dos seguintes programas de despesas:

- 08.0801.15.451.1501.1034 - Pavimentação de Ruas e Passeios - 449000 fonte '0183' Aplicações Diretas no valor de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e Vinte Mil Reais),
- 08.0801.26.782.2601.1048 - Aquisição de Maquinas e Veículos - 449000 fonte '0183' Aplicações Diretas no valor de R\$ 380.000,00 (Trezentos e Oitenta Mil Reais).

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata a presente Lei, a serem operadas mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito está alocado na seguinte rubrica da receita: 2.1.1.4.9.9.0.0. fonte '0183' Outras Operações de Credito Interna no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos Mil Reais), autorizada pela Lei nº 930/2011 de 18/05/2011.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante

o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de março de 2012.

JOSE ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 961

Lei n. 961/2012 De 09/03/2012

ALTERA O ARTIGO 5º DA LEI 837/2009 DE 10/05/2009 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte LEI.

Art. 1º - O artigo 5º da Lei n. 837/2009 de 10 de maio de 2009, que criou o Fundo Municipal de Habitação, passará ter a seguinte redação:

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto pelas seguintes entidades:

I - Representantes do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito Municipal;

II - Representantes do Poder Legislativo, indicado pelo Presidente da Câmara de Vereadores;

III - Representantes da sociedade civil, indicado pelos Conselhos Comunitários.

Art. 2º As demais disposições constantes da Lei 837/2009 de 10 de maio de 2009 permaneceram inalteradas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de março de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 962

Lei nº 962/2012 de 09/03/2012

AUTORIZA INCLUIR AÇÃO NO PPA E LDO, COM ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2012, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art.1º - Fica Inclusa ação, meta física em programa do PPA Lei nº 937/2011 e Lei da LDO nº 938/2011, na seguinte programação

de despesa:

Planilha: 05 Programa: 06.01 - Segurança Municipal

Projeto: 2054 Descrição: Manut. Das atividades do Funrebom

Função: 06 - Segurança Pública Sub-Função: 181

Meta Física: convênio 01 Fonte: 03.00.000000 R\$ 15.000,00

Total 15.000,00

Art. 2º - Fica aberto Credito Especial no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) no orçamento de 2012 na Prefeitura Municipal de Marema na seguinte programação de despesa:

08.01- DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA

06.181.0601.2054 - Manutenção das atividades do Funrebom

33900000-Aplicações diretas Fonte 03.00.000000 R\$ 10.000,00

44900000-Aplicações diretas Fonte 03.00.000000 R\$ 5.000,00

Total geral R\$ 15.000,00

Art. 3º - Para dar cobertura ao artigo anterior, serão utilizados recursos, de parte do superávit financeiro do exercício de 2011 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de março de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 964

Lei n. 964/2012 21/03/2012

ESTABELECE REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS E REPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica através da presente lei, estabelecido o IGPM - Índice Geral de Preço de Médio, como indicador econômico para fins de reajuste ou revisão da remuneração salarial dos servidores públicos municipais.

Art. 2º. Fica através da presente lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar revisão salarial da remuneração dos Servidores Públicos Municipal, dos Poderes Legislativo e Executivo, para recomposição das perdas inflacionárias e reposição do poder aquisitivo dos servidores, nos termos da presente LEI.

§ 1º - A revisão salarial da remuneração dos Servidores do Poder Executivo, para recomposição das perdas inflacionárias e reposição do poder aquisitivo dos servidores, fica reajustado em 10% (dez por cento) relativo ao período acumulado de abril de 2011 a fevereiro de 2012 aplicado sobre o vencimento base do servidor, assim compreendido.

I - Recomposição das perdas inflacionárias do período de abril de 2011 a fevereiro de 2012, o percentual de 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), aplicado sobre o vencimento base do servidor.

II - Aumento de Ganho Real, no percentual de 7,24% (sete vírgula vinte e quatro por cento), aplicado sobre o vencimento base do servidor.

III - Em virtude da revisão salarial relativo a recomposição inflacionária e o aumento de ganho real, fica reajustado a tabela de vencimento dos Servidores do Poder Executivo de Marema, num percentual de 10% (Dez) por cento aplicado sobre o vencimento base dos Servidores do Poder Executivo.

§ 2º - A revisão salarial da remuneração dos Servidores do Poder Legislativo, para recomposição das perdas inflacionárias e reposição do poder aquisitivo dos servidores, fica reajustado em 10% (dez por cento) relativo ao período acumulado de abril de 2011 a fevereiro de 2012 aplicado sobre o vencimento base do servidor, assim compreendido.

I - Recomposição das perdas inflacionárias do período de abril de 2011 a fevereiro de 2012, o percentual de 2,76% (dois vírgula setenta e seis por cento), aplicado sobre o vencimento base do servidor.

II - Aumento de Ganho Real, o percentual de 7,24% (sete vírgula vinte e quatro por cento), aplicado sobre o vencimento base do servidor.

III - Em virtude da revisão salarial relativo a recomposição inflacionária e o aumento de ganho real, fica reajustado a tabela de vencimento dos Servidores do Poder Legislativo de Marema, num percentual de 10% (Dez por cento) aplicado sobre o vencimento base dos Servidores do Poder Legislativo.

Art. 3º. Fica concedido revisão de subsídios dos Secretários, do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, de abril de 2011 a fevereiro de 2012, calculado pelo IGPM - Índice Geral de Preço de Médio, no percentual de 2,76% (Dois vírgula setenta e seis por cento).

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 21 de março de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETTE V.G. CAREGNATTO
Func. Designado

Lei 965

Lei n. 965/2012 De 10/04/2012

AUTORIZA IMPLANTAR PROGRAMA DE LOCAÇÃO SOCIAL, QUE CONSISTE NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FINANCEIRO DESTINADO AO SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE ALUGUEL DE IMÓVEL DE TERCERIOS A FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO HABITACIONAL DE EMERGÊNCIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica o Município de Marema autorizado a implantar, através dos órgãos e entidades da Administração Municipal, o Programa de Locação Social, que consiste na concessão de benefício financeiro destinado ao subsídio para pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade social, que não possuam outro imóvel próprio no Município ou fora dele.

§ 1º - Considera-se família em situação de emergência, para os efeitos da presente Lei, àquela que teve sua moradia destruída ou interditada em função de deslizamentos, inundações, incêndio, insalubridade habitacional ou outras condições que impeçam o uso seguro da moradia e que resida há pelo menos um ano no mesmo imóvel, de modo a evitar que novas ocupações de áreas de risco sejam utilizadas como artifício para a inclusão no Programa de Locação Social.

§ 2º O subsídio do Programa de Locação Social será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial, limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado, até o limite de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais por família.

§ 3º - Para efeitos desta Lei será considerada família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal, filhos e/ou dependentes que estejam sob tutela ou guarda, devidamente formalizado pelo Juízo competente.

§ 4º - O subsídio de locação social será destinado exclusivamente ao amparo da família desabrigada ou em situação de risco, por meio de pagamento de locação residencial ou equivalente.

§ 5º - Na composição da renda familiar deverá ser levada em consideração a totalidade de renda bruta dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de trabalho de qualquer natureza.

Art. 2º - A interdição do imóvel será reconhecida por ato da Defesa Civil com base em avaliação técnica devidamente fundamentada.

§ 1º - No ato da interdição de qualquer imóvel deverá ser realizado cadastro dos respectivos moradores, no qual deve ser identificado um responsável por moradia.

§ 2º - Será dada preferência a inclusão no Programa de Locação Social a família que possua, nesta ordem, as seguintes condições:
I - maior risco de habitabilidade, em grau a ser estipulado no parecer técnico da Defesa Civil;

II - presença de crianças de 0 a 12 anos;

III - portadores de necessidades especiais, idosos a partir de 60 anos ou doentes.

§ 3º - O auxílio financeiro para locação social refere-se ao benefício que será utilizado para o pagamento integral ou parcial do aluguel, sendo que, neste último caso, competirá ao beneficiário o complemento do valor remanescente.

§ 4º - A concessão do aluguel social beneficiará as famílias desabrigadas ou em situação de risco, que atendam aos requisitos e condições exigidos nesta LEI.

Art. 3º - As diretrizes de inclusão de beneficiários no Programa de Locação Social são as seguintes:

I - ser morador do Município de Marema a pelo menos um ano;

II - encontrar-se desabrigado ou estar em situação de risco maior risco de habitabilidade, indicando a remoção, conforme parecer técnico da Defesa Civil;

III - encontrar-se em situação de risco social que justifique a inclusão no Programa, conforme laudos emitidos pela Secretaria de Assistência Social e pela Defesa Civil;

IV - ter aprovada pela Secretaria de Assistência Social e concessão do auxílio no Programa de Locação Social;

Parágrafo Único - É vedada a adoção do Programa nos casos de ocupação de áreas públicas e privadas ocorrida após a edição desta Lei, ou ocupações que não se enquadrem no atendimento das Políticas Públicas de Assistência Social e Habitação.

Art. 4º - A Secretaria de Assistência Social providenciará cadastro único que centralizará as informações sociais dos beneficiários do Programa, elaborado com base em dados disponíveis nos órgãos municipais envolvidos e, caso necessário, em novos levantamentos e pesquisas.

§ 1º - A Secretaria de Assistência Social diligenciará para obter os demais dados necessários à inclusão das famílias no Programa, mediante a realização de visitas à área ou outras providências que se fizerem necessárias.

§ 2º - Caberá a Secretaria de Assistência Social e incumbência de fiscalizar o cumprimento desta Lei e sua execução.

Art. 5º - São obrigações do beneficiário do Programa de Locação Social:

I - arcar com as despesas de água, energia elétrica, condomínio, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, bem como promover eventuais reparos necessários para a manutenção do imóvel nas condições em que foi recebido;

II - prestar as informações e realizar as providências solicitadas pela Secretaria de Assistência Social para boa execução do Programa;

III - assinar o termo de compromisso junto à Secretaria de Assistência Social;

IV - participar e ser freqüente aos Programas Sociais Complementares prescritos pela Secretaria de Assistência Social, quando for o caso.

Parágrafo Único - O não atendimento das obrigações contidas neste artigo, sem prejuízo de outras previstas em contrato ou regulamento do órgão executor, ensejará, a critério deste:

I - advertência por escrito;

II - exclusão do Programa.

Art. 6º - É vedada a concessão do benefício a mais de um membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento do benefício.

Parágrafo Único - o não atendimento por parte do beneficiário de qualquer comunicado emitido pelo Poder Público Municipal implicará o desligamento do Programa de Locação Social.

Art. 7º - Cessará o benefício, perdendo o direito a família que:

I - deixar de atender, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos na presente Lei;

II - sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício;

III - prestar declaração falsa ou empregar os valores recebidos para fim diferente do proposto nesta Lei, qual seja, para pagamento de aluguel residencial;

IV - deixar de ocupar o imóvel locado.

Art. 8º - As famílias contempladas com Programa de Locação Social terão prioridade nos novos programas habitacionais do Município.

Art. 9º - O benefício do Programa de Locação Social será concedido pelo prazo de seis meses, podendo haver prorrogação do prazo inicial.

Parágrafo único - Os pedidos de prorrogação do prazo inicialmente

estipulado serão analisados pela Secretaria da Assistência Social, que verificará a real necessidade do beneficiado, e havendo a comprovação da continuidade do amparo pelo presente Programa, concederá as prorrogações até a alocação segura do beneficiado.

Art. 10 - O valor do aluguel social só poderá ser aumentado por meio de Lei, após prévia justificativa técnica baseada em pesquisa dos preços praticados no mercado imobiliário local e disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 11 - Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 12 - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações do Orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social.

Parágrafo Único - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder aberturas de Créditos Adicionais Suplementares necessários à garantia da aplicação desta LEI.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de julho de 2011.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 10 de abril de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 966

Lei nº 966/2012 De 30/04/2012

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARREIRA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MAREMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Regime Jurídico aplicado aos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Marema é o Estatutário, conforme disposto na Lei Complementar nº 01/1990, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Marema.

§ 1º Aos servidores do Poder Legislativo do Município de Marema, caberá a observância do Estatuto dos Servidores Público Municipais.

§ 2º Os servidores do Poder Legislativo do Município de Marema estão vinculados ao Regime Previdenciário no GRPS – Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A Estrutura Administrativa e o Plano de Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Marema, destinado a organizar os cargos públicos de provimento

efetivo em planos de carreira, de comissionados em seu quadro próprio, e, a remuneração de seus ocupantes, conforme Anexos I a VIII, fundamentado nos princípios de qualificação profissional e desempenho, objetivando promover a eficiência e eficácia ao serviço público da Câmara de Vereadores, é o disposto nesta Lei.

§ 1º Constituem anexos integrantes da presente Lei:

Anexo I – Quadro de Cargos Permanentes.

Anexo II – Quadro de Vagas e Vencimento dos Cargos em Comissão;

Anexo III – Tabela de Vencimentos dos cargos efetivos;

Anexo IV – Quadro de Correlação para o Enquadramento;

Anexo V – Especificação de Grupos e Cargos;

Anexo VI – Especificação dos Cargos em Comissão;

Anexo VII – Quadro de Função Gratificada;

Anexo VIII – Tabela de Insalubridade.

§ 2º Os anexos a presente Lei, apresentam o código do cargo, o cargo, o vencimento base e o número de vagas de cada um.

§ 3º A descrição dos cargos, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional, constam do Anexo V, desta Lei.

§ 4º Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Presidente da Câmara, que integram o quadro de pessoal da Câmara de Vereadores, são os constantes do Anexo VI.

CAPÍTULO II

Da Ação Administrativa do Poder Legislativo

Art. 3º A ação administrativa do Poder Legislativo do Município de Marema tem por finalidade a execução de suas funções constitucionais, baseado nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tendo por objetivos principais:

I - dar ênfase à autonomia do Poder Legislativo, para que possa exercer suas tarefas constitucionais;

II - dotar o Poder Legislativo de infra-estrutura capaz de proporcionar os meios adequados, seguros e legais para a plena execução de suas atividades;

III - oferecer aos Vereadores os meios materiais e legais de que necessitam para o exercício pleno de suas atividades parlamentares.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos Administrativos

Art. 4º A estrutura administrativa do Poder Legislativo de Marema compõe-se dos seguintes órgãos administrativos:

I - Mesa Diretora da Câmara de Vereadores;

II - Diretoria Administrativa.

Art. 5º À Mesa Diretora da Câmara de Vereadores compete administrar gerencialmente o Poder Legislativo de Marema, nos termos da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara

de Vereadores;

Parágrafo Único - Compete a Diretoria Administrativa:

I - a coordenação e direção dos serviços administrativos internos;

II - todo o serviço de expediente interno e externo, inclusive coordenação e supervisão de assuntos contábeis e financeiros;

III - o arquivo geral da câmara;

IV - o atendimento ao público em geral.

CAPÍTULO IV

Dos Conceitos

Art. 6º Para efeito da aplicação desta lei, considera-se:

I – CARREIRA: É o agrupamento de cargos integrantes do plano de carreira e remuneração, observadas a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional.

II – CARGO: Conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao servidor, previstas no plano de carreira, de acordo com a área de atuação e formação profissional.

III - CARGO EFETIVO: É o cargo provido em caráter permanente, por prazo indeterminado, através de concurso público, na forma estabelecida em lei;

IV - CATEGORIA FUNCIONAL: Conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional;

V – FUNÇÃO: É a atribuição ou o conjunto de atribuições que a administração confere a cada categoria profissional;

VI - GRUPO OCUPACIONAL: Conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade.

VII - PLANO DE CARREIRA: Conjunto de diretrizes e normas que estabeleçam a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos servidores;

VIII - PROGRESSÃO FUNCIONAL: Deslocamento do servidor nos níveis e referências contidas no seu cargo;

IX - QUADRO DE PESSOAL: Conjunto de cargos de provimento efetivo e comissionado dos servidores;

X – REMUNERAÇÃO: Vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

XI - SERVIDOR PÚBLICO: É a pessoa legalmente investida em cargo ou emprego público, criado por lei;

XII – VENCIMENTO: Retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

CAPÍTULO V

Do Quadro de Pessoal

Art. 7º O Poder Legislativo tem a seguinte Estrutura Administrativa:

I - Cargos Efetivos: Provido em caráter permanente, por prazo indeterminado, através de concurso público, na forma estabelecida

em lei, assim discriminados:

- a) Advogado;
- b) Contador;
- c) Técnico em Atividade Legislativa;
- d) Auxiliar Legislativo;
- e) Auxiliar de Serviços Gerais

II - Cargos em Comissão: destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, de acordo com o que preceitua o art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Legislativo, assim discriminados:

- a) Assessor de Imprensa e Comunicação, para atuar diretamente com os vereadores, devendo cumprir expediente na Câmara de Vereador, sendo permitida atividades externas relacionadas à função.

Art. 8º Os cargos do Poder Legislativo ficarão reunidos nos seguintes grupos profissionais:

I – Efetivos - CE

- a) Serviços Auxiliares – SAU;
- b) Serviços Operacionais – SOP;
- c) Técnico-Profissional – TEP;
- d) Técnico em Atividade Superior (TAS).

II – Comissionados - CC

- a) Serviços de Assessorias - SAS.

III – Temporários

- a) Admitidos em Caráter Temporário – ACT.

Art. 9º As Funções de Confiança, dado aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, desempenho de atividade especial, de acordo com o que preceitua o art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil, é de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Legislativo, remunerados de acordo com o Anexo II, desta Lei.

CAPÍTULO VI Do Ingresso

Art. 10 Os cargos de provimento efetivo, são acessíveis aos brasileiros, que preencham os requisitos básicos para investidura, previsto na Legislação própria e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como nesta Lei.

§ 1º A investidura em Cargo de Provimento Efetivo far-se-á mediante aprovação em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos, atendidos os requisitos de escolaridade e habilitação.

§ 2º A habilitação exigida para a posse está descrita no Anexo V parte integrante desta Lei.

§ 3º Após a homologação do resultado do concurso público, serão nomeados os candidatos habilitados até o número de vagas oferecidas, obedecida rigorosamente a ordem de classificação

estabelecida no respectivo regulamento ou edital, sob pena de nulidade do ato de nomeação.

§ 4º Nomeado o servidor, este entrará em estágio probatório, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o constante desta Lei, observando-se o seguinte:

I – Durante o estágio probatório, não poderá ocorrer ascensão funcional ou movimentação.

II – Nos casos de afastamento para o exercício de cargo em comissão, o estágio probatório será interrompido.

III – É vedada a passagem de servidor de um nível para outro, salvo nova aprovação em concurso público.

IV – O servidor que optar em prestar novo Concurso Público, terá que cumprir novamente o Estágio Probatório no novo cargo.

§ 5º Durante o tempo de validade do concurso, o aprovado é convocado para assumir, com prioridade sobre os novos concursados da mesma carreira.

Art. 11 A nomeação para exercício de cargo em comissão determina o afastamento do servidor do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal, hipótese em que deverá optar pela remuneração.

Art. 12 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de cargos, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, para quem são reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas em concurso, desde que a deficiência não seja incompatível com as funções atinentes ao cargo pretendido.

CAPÍTULO VII Da Remuneração, das Vantagens e das Progressões.

Art. 13 Remuneração é a retribuição pecuniária devida mensalmente ao servidor pelo efetivo exercício do cargo, que corresponde ao vencimento, acrescido de vantagens financeiras permanentes ou temporárias, especificados em lei.

§ 1º A revisão geral anual dos Servidores Públicos do Poder Legislativo será realizada juntamente com os demais servidores públicos do Município de Marema, por Lei de origem do Poder Executivo, sempre na mesma data, sem distinção de índice, conforme Lei Municipal específica.

§ 2º O vencimento é irredutível.

Art. 14 O servidor perderá:

I - a remuneração dos dias que faltar ao serviço, salvo justificativa aceita pela chefia imediata, até o limite de uma falta por mês.

II - a parcela da remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a dez minutos, salvo justificativa aceita pela chefia imediata.

III - a remuneração do cargo efetivo se nomeado para cargo em comissão, ressalvado o direito de opção e o de acumulação permitida.

Art. 15 Salvo imposição legal ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento, exceto os descontos legais ou judiciais.

Parágrafo Único - Mediante autorização do servidor, poderá haver

consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério da Presidência da Câmara e com reposição dos custos, quando significativamente onerosos.

Art.16 O vencimento e a remuneração não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos, resultantes de homologação ou decisão judicial.

Art.17 O vencimento dos servidores ocupantes de cargo efetivo será o estabelecido no Anexo III, de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso.

Parágrafo Unico Aplica-se aos ocupantes de cargos em comissão, o vencimento constante do Anexo II.

CAPÍTULO VIII Da Avaliação

SEÇÃO I - Da avaliação durante o estágio probatório

Art. 18 Os Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo durante o estágio probatório serão submetidos a avaliações semestrais pelo período de três anos, a serem realizadas por comissão especial, previamente designada ou pela mesa diretora, mediante o preenchimento de formulário próprio.

§ 1º A avaliação do servidor deve medir o desempenho no cumprimento das suas atribuições, permitindo o seu desenvolvimento profissional na carreira, levando-se em conta, dentre outros, os seguintes fatores:

I – Assiduidade e Pontualidade;

II – Produtividade;

III – Responsabilidade;

IV – Disciplina;

V - Idoneidade Moral;

VI – Dedicção ao Serviço Público;

VII – Cooperação;

VIII – Criatividade;

IX – Organização e Planejamento;

X – Qualidade;

XI – Conhecimento do Trabalho;

XII – Bom senso e iniciativa;

XIII – Apresentação Pessoal.

§ 2º Na avaliação durante o estágio probatório poderão ser adotados modelos de relatórios que atenderão à natureza das atividades desempenhadas pelo servidor e as condições em que serão exercidas, observadas as disposições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 3º O resultado das avaliações do estágio probatório será comunicado ao servidor, após abrindo-se prazo de 05 dias para que este possa exercer o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º Após o decurso do prazo recursal, será homologada a avaliação.

§ 5º Incumbe ao Presidente da Câmara baixar ato legislativo regulamentando o estágio probatório, bem como estabelecer modelos de formulários genéricos ou específicos a cada cargo.

SEÇÃO II - Da avaliação de desempenho e eficiência na carreira

Art. 19 De conformidade com o princípio da eficiência esculpido no artigo 37 e ainda o disposto no inciso III do artigo 41, todos da Constituição Federal, os ocupantes de cargo de provimento efetivo do Poder Legislativo, cumprido o estágio probatório, continuarão sendo submetidos à avaliação periódica de desempenho e eficiência, obedecendo-se os seguintes critérios:

I – realizada anualmente, sempre no mês de novembro;

II – será realizada por comissão especialmente designada por ato do Presidente da Câmara, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros.

III – será realizada, somente após, o servidor ter concluído o estágio probatório;

IV – deverá levar em consideração os critérios de:

a) assiduidade;

b) disciplina;

c) desempenho e eficiência;

d) responsabilidade;

e) capacidade de iniciativa;

f) solidariedade no trabalho; e

g) cumprimento, pelo servidor das disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º Além da avaliação pela comissão previamente constituída, conforme disposto nos incisos supra citados, o avaliado fará uma auto-avaliação, em formulário próprio e idêntico ao utilizado pela comissão.

§ 2º Após a avaliação da comissão e a auto-avaliação do servidor, serão somados os pontos obtidos em cada critério avaliado e dividido por 2 (dois), para obtenção da média em cada critério específico.

§ 3º O servidor que obtiver conceito de avaliação inferior a 5 (cinco) caracterizará insuficiência na sua avaliação.

CAPÍTULO IX Dos Cursos de Aperfeiçoamento

Art. 20 Como incentivo ao aprimoramento do quadro de pessoal do Poder Legislativo, fica o Presidente autorizado a conceder benefício de escolaridade ou efetuar o pagamento diretamente à instituição de ensino.

§ 1º Este benefício deverá ser requerido com fundamentação convincente, para comprovação do vínculo do curso com as áreas ligadas a administração pública, especificamente as voltadas ao Poder Legislativo.

Art. 21 A Câmara Municipal, através de seu Presidente, observada a dotação orçamentária possibilitará e autorizará a participação dos servidores efetivos do legislativo municipal em programas,

palestras, treinamentos, cursos de capacitação, congressos, seminários, encontros, cursos de nível superior e de especialização que visem o conhecimento, o reaparelhamento e racionalização dos serviços públicos além do desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores.

Parágrafo único. Nos cursos de nível superior e de especialização fica a Câmara Municipal, mediante requerimento específico do interessado e aprovação do Plenário, autorizada a custear 50 % dos gastos dos servidores com matrícula e mensalidades.

CAPÍTULO X

Dos Adicionais de Escolaridade

Art. 22 Como aprimoramento na carreira, fica instituído o adicional pela conclusão de estudos regulares, concedido com base nos seguintes parâmetros:

I – para os servidores ocupantes de cargos em que seja exigida como habilitação mínima o ensino Fundamental:

a) adicional de 5% (cinco por cento), na apresentação de certificado de conclusão de ensino médio, ou de diploma de curso técnico equivalente ao ensino médio;

b) adicional de 10% (dez por cento), na apresentação de diploma de curso superior ligado ao Direito Administrativo ou correlato.

II – para os servidores ocupantes de cargos em que seja exigida como habilitação mínima o ensino médio:

a) adicional de 10% (dez por cento), na apresentação de diploma de curso superior ligado ao Direito Administrativo ou correlato;

b) adicional de 10% (dez por cento), na apresentação de diploma de especialização em nível de pós-graduação ou superior, desde que ligados ao Direito Administrativo ou correlato.

III – para os servidores ocupantes de cargos em que seja exigida como habilitação a formação em nível superior:

a) adicional de 10% (dez por cento), na apresentação de diploma de outro curso superior, na área de atuação ou voltado ao Direito Administrativo ou correlato;

b) adicional de 10% (dez por cento), na apresentação de diploma de especialização em nível de pós-graduação, na área de atuação ou voltada ao Direito Administrativo ou correlato;

c) adicional de 10% (dez por cento), na apresentação de diploma de especialização em nível de mestrado, na área de atuação ou voltado ao Direito Administrativo ou correlato;

d) adicional de 10% (dez por cento), na apresentação de diploma de especialização em nível de doutorado, na área de atuação ou voltada ao Direito Administrativo ou correlato.

§ 1º O adicional instituído neste artigo será calculado, segundo os parâmetros estabelecidos nos incisos do caput deste artigo, sempre sobre o valor inicial do vencimento do respectivo cargo.

§ 2º O adicional será concedido no mês subsequente daquele da apresentação do certificado ou diploma, mediante requerimento do servidor interessado, devidamente deferido pela Presidência da Câmara.

§ 3º Os servidores em exercício das atribuições do cargo que se enquadrem nas possibilidades de conquistarem o adicional previsto neste artigo poderão requerê-lo a partir do sexto mês da

vigência desta Lei.

§ 4º Ao findar o estágio probatório, atestada a aprovação e a consequente conquista da estabilidade funcional, o servidor que naquele interstício de tempo tenha concluído estudo regular, requererá a concessão do adicional, observadas as formalidades previstas no § 2º deste artigo.

§ 5º Não será concedido o adicional de que trata este artigo, quando verificado o não cumprimento dos limites com a despesa total com pessoal, na forma dos artigos 19 e 20, c/c artigo 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 6º Os adicionais concedidos em data anterior ao início da vigência desta Lei, serão mantidos na forma da legislação que os concedeu.

CAPÍTULO XI

Da Função Gráfica

Art. 23 Fica instituído a "FG" Função Gratificada, para servidores ocupantes do cargo de carreira, designados para atender desempenho de atividades especial, de forma permanente ou temporária, conforme se Apresenta no Anexo VII desta lei.

§ 1º O percentual é aplicado sobre o vencimento base do servidor do quadro de pessoal do Poder Legislativo.

§ 2º O percentual poderá ser cumulativo

§ 3º A "FG" será devida na proporção da efetiva participação do servidor.

§ 4º A "FG" criada por esta Lei não se incorpora aos vencimentos do servidor, cessando o seu pagamento com o afastamento deste da Atividade Especial designada.

CAPÍTULO XII

Dos Cargos Temporários

Art. 24 Fica autorizada a contratação de servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal específica.

§ 1º O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado.

§ 2º Nas contratações por prazo determinado, serão observados os níveis de vencimento do cargo constantes de provimento efetivo.

Art. 25 Aos servidores admitidos em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal Específica, e de provimento em comissão, são assegurados todos os direitos dos servidores efetivos, exceto:

I - efetividade;

II – estabilidade.

CAPÍTULO XIII

Da Compensação de Horário

Art. 26 Aos servidores da Câmara de Vereadores, que necessitem rotineiramente, devido os trabalhos das sessões legislativas, prestarem serviços em horários excedentes aos de expediente normal, serão compensados com descanso remunerado nos dias e horários normais de expediente, posteriores ao da efetiva prestação.

Parágrafo único. A Secretaria da Câmara registrará todas as horas extraordinárias realizadas, ficando a critério da Presidência a definição dos dias e horários a serem utilizados para a compensação, evitando assim que os trabalhos normais do Poder Legislativo sejam comprometidos, caso contrário, serão pagas nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO XIV

Da Assistência Complementar à Saúde

Art. 27 O chefe do Poder Legislativo fica autorizado a oferecer aos servidores e vereadores, de forma facultativa aos interessados, um plano de assistência complementar à saúde.

Parágrafo único. Para atendimento à legislação vigente, em especial ao prejulgado n. 1753, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial do Estado de 02 de março de 2006, o Poder Legislativo poderá oferecer assistência médico-hospitalar nas seguintes condições:

- a) O Poder Legislativo arcará somente com 50% (cinquenta por cento), do custo da mensalidade do plano, consolidando-se assim a paridade do custo mensal do plano;
- b) A contratação da entidade prestadora dos serviços de saúde será mediante procedimento licitatório, nos termos da Lei 8.666/93, atualizada;
- c) O interessado deverá assinar termo de adesão ao plano, bem como autorização de desconto mensal nos seus proventos, do valor relativo à 50% (cinquenta por cento), do custo da mensalidade;
- d) As especificações dos serviços de saúde a serem cobertos pelo plano, bem como demais obrigações dos beneficiários constarão do termo de contrato a ser firmado com a entidade;
- e) O Poder Legislativo não efetuará coberturas financeiras complementares, relativo à procedimentos clínicos especializados; e
- f) Demais decisões burocráticas administrativas serão tomadas em reunião com os beneficiários e a empresa prestadora dos serviços.

CAPÍTULO XV

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 28 O Chefe do Poder Legislativo expedirá atos administrativos complementares necessários à plena execução desta Lei.

Art. 29 Ficam extintos, automaticamente, os cargos instituídos por legislação anterior, que não constam dos anexos que integram esta Lei.

Art. 30 São partes integrantes desta Lei, os Anexos I a VIII, cujo valores foram fixados por Lei e que serão atualizados anualmente, de acordo com as Leis que vierem a modificá-los, em função de Revisões Gerais Anuais, Aumentos Reais e Reajustes.

Art.31 Mediante solicitação do servidor interessado, presente o interesse público devidamente justificado, a carga horária semanal poderá ser reduzida, com a conseqüente redução proporcional dos vencimentos.

Parágrafo único. A majoração da carga horária semanal, ensejará a elevação proporcional dos vencimentos.

Art. 32 Os servidores do Quadro Permanente do Poder Legislativo Municipal, titulares de cargo de provimento efetivo, nomeados para o exercício de cargo de provimento em comissão, poderão optar, formalmente, pela percepção de um ou outro vencimento.

§ 1º O servidor público que ocupar cargo eletivo, ou exercer o cargo de secretário municipal será remunerado exclusivamente por subsídio, cujo valor está definido em legislação específica.

§ 2º Em sendo o servidor investido em cargo de Vereador, havendo compatibilidade de horário, entre a jornada de trabalho estabelecida para o exercício do cargo de provimento efetivo, com aquela do exercício da vereança, poderá receber a remuneração permanente, além do subsídio relativo ao exercício do mandato legislativo.

Art.33 Os direitos adquiridos pelos servidores efetivo, relativo aos adicionais de anuênio, triênio e quinquênio, serão agrupados em uma única nomenclatura e verba remuneratória a ser definida.

Parágrafo único. Todas as variações salariais serão aplicadas na verba do caput deste artigo, exceto as originadas de reestruturações, que alterarão somente o salário base.

Art. 34 Em relação aos demais direitos futuros, tais como vantagens, adicionais e outros, aos servidores do Poder Legislativo serão aplicadas as disposições contidas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de forma subsidiária, para garantir a isonomia e igualdade aos procedimentos dos Chefes dos Poderes.

Art. 35 Aos casos de vacância de quaisquer dos cargos efetivos da estrutura da Câmara, fica o Presidente autorizado a contratar temporariamente, após seleção prévia, servidor legalmente habilitado, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, para evitar atrasos nos serviços do Poder Legislativo.

Art. 36 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37 Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Lei Legislativa n. 01/2005 de 25/02/2005; Lei Legislativa nº 003/2006 de 31 de outubro de 2006; Lei Legislativa nº 004/2006 de 27 de novembro de 2006 e Lei nº 963/2012 de 21/03/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema (SC), em 30 de abril de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS
1-SERVIÇOS AUXILIARES – SAU	01.01	Auxiliar de Serviços Gerais	01	01
2-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	02.01	Auxiliar Legislativa	21	01
3-TÉCNICO PROFISIONAL (TEP)	03.01	Técnico em Atividade Legislativa	41	01
	03.02	Contador	47	01
3-TÉCNICO EM ATIVIDADE SUPERIOR (TAS)	04.01	Advogado	61	01

ANEXO II
QUADRO DE VAGAS E TABELA DE VENCIMENTOS/SUBSÍDIOS
DOS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE VAGAS	VENCIMENTO/SUBSÍDIO
05.01	ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	CC-1	01	900,00

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS

GRUPO - I SAU		GRUPO - II SOP		GRUPO - III TEP		GRUPO - IV TAS	
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
01	750,91	21	971,90	41	1.945,41	61	2.655,52
02	788,45	22	1.020,50	42	2.042,68	62	2.788,30
03	827,88	23	1.071,50	43	2.144,82	63	2.927,71
04	869,27	24	1.125,10	44	2.252,05	64	3.074,10
05	912,73	25	1.181,35	45	2.364,66	65	3.227,80
06	958,37	26	1.240,42	46	2.482,89	66	3.389,19
07	1.006,30	27	1.302,44	47	2.655,52	67	3.558,65
08	1.056,60	28	1.367,56	48	2.788,30	68	3.736,58
09	1.109,43	29	1.435,93	49	2.927,71	69	3.923,41
10	1.164,90	30	1.507,74	50	3.074,10	70	4.119,58
11	1.223,15	31	1.583,12	51	3.227,80	71	4.325,56
12	1.284,31	31	1.662,30	52	3.389,19	72	4.541,84
13	1.348,55	33	1.745,40	53	3.558,65	73	4.768,93
14	1.415,95	34	1.832,66	54	3.736,58	74	5.007,38
15	1.486,75	35	1.924,30	55	3.923,41	75	5.257,75
16	1.561,08	36	2.020,51	56	4.119,58	76	5.520,64
17	1.639,14	37	2.121,54	57	4.325,56	77	5.796,67
18	1.721,10	38	2.227,62	58	4.541,84	78	6.086,50
19	1.807,15	39	2.339,00	59	4.768,93	79	6.390,83
20	1.897,50	40	2.455,94	60	5.007,38	80	6.710,36

ANEXO IV
QUADRO DE CORRELAÇÃO PARA O ENQUADRAMENTO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA	
CARGO	NÍVEL	CODIGO	CARGO	NÍVEL
SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)			1-SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)	
			Auxiliar de Serviços Gerais	01
SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)			2-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	
			Auxiliar Legislativo	21
TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)			3 - TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)	
Técnico em Atividade Legislativa		001	Técnico em Atividade Legislativa	41
Contador		002	Contador – 20 horas	47
Auxiliar Legislativo		003	Transferido para o Grupo SOP - Serviços Operacionais	
TÉCNICO SUPERIORES (TAS)			TÉCNICO EM ATIVIDADE SUPERIOR (TAS)	
			Advogado – 10 horas	61

ANEXO V
ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

1.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO I
SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)

NÍVEIS: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11,12,13,14,15,16,17,18,19, 20.

1.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de vigilância, conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lavagem, além

de outras atividades correlatas, de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade.

1.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.

Executar trabalhos braçais;

Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.

Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e almoxarifado.

Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.

Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos vereadores e ao público.

Requisitar material necessário aos serviços.

Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.

Relatar as anormalidades verificadas.

Efetuar pequenos consertos necessários à conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso, a sua execução.

Fazer a manutenção preventiva, sob orientação da Chefia.

Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens.

Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre a localização de pessoas ou dependências do órgão.

Desempenhar outras tarefas afins.

1.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

1.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

1.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Fundamental Completo

2.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO II SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)

2.1 NÍVEIS: 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40.

2.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de operação, atividades de ordem auxiliar, de complexidade mediana, envolvendo serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, promoção social, operação de aparelhos telefônicos, além de outras atividades que requeiram, fundamentalmente trabalho manual.

2.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AUXILIAR LEGISLATIVO:

Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.

Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;

Atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas;

Auxiliar as ligações de telefone automático;

Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;

Receber e transmitir mensagens pelo telefone;

Comunicar os defeitos verificados nos ramais e mesa;

Fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc;

Propor normas de serviços e remodelação de equipamento;

Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais e dos Vereadores.

Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;

Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;

Controlar e arquivar publicações oficiais;

Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;

Proceder controle de provimento e vacância de cargos;

Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;

Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.

Receber e transmitir ao presidente e demais vereadores, mensagens recebidas.

Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;

Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;

Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;

Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;

Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;

Realizar registros em geral;

Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;

Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;

Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;

Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;

Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;

Receber e transmitir mensagens.

Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.

Relatar as anormalidades verificadas.

Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

2.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

2.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas ou provas e título.

2.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL: Ensino Médio

3.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO III TECNICO PROFISSIONAL (TEP)

3.1 NÍVEIS: 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60.

3.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de operação, atividades de ordem técnica, envolvendo serviços de caráter técnico e promoção social.

3.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

TECNICO EM ATIVIDADE LEGISLATIVA

Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;

Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área

de atuação;

Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;

Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.

Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;

Operador de sistemas.

Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

Apresentar relatório de suas atividades.

Exercer a coordenação dos serviços da Câmara através de planejamento, de controle, de avaliação e supervisão das atividades do legislativo, além de assessoramento direto ao Presidente da Câmara, a Mesa Diretora.

Realizar as demais tarefas atinentes a função

Atender ao público;

Secretarias as sessões da câmara;

Auxiliar na coordenação e execução dos trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos da Câmara de Vereadores;

Auxiliar na redação de correspondências, instruções, ordens de serviços, minutas de carta, certidões, memorandos, atestados e demais atos sobre assuntos do Poder Legislativo;

Auxiliar no preparo de documentos necessários para o funcionamento do Poder Legislativo;

Auxiliar na realização de registros em geral;

Auxiliar na administração da Secretaria da Câmara Municipal e no preparo da sessão da Câmara;

Auxiliar e executar supletivamente todas as funções inerentes ao cargo de Técnico em Assuntos Legislativos, ou, ainda, outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares da Câmara.

Secretariar as autoridades de hierarquia superior, taquigrafando e redigindo expedientes relacionados as suas atividades.

Secretariar as reuniões do plenário, organizar os documentos e projetos, expedientes e pareceres que derem entrada para leitura, discussão e aprovação do mesmo.

Secretariar as reuniões das comissões técnicas da Câmara, auxiliando e redigindo os pareceres a pedido dos relatores.

Auxiliar a Mesa Diretora na elaboração de projetos de lei, projetos de Decreto Legislativo e Resoluções e outras matérias de competência da mesma.

Auxiliar os trabalhos da Presidência, da Secretaria e dos demais cargos da Mesa Diretora.

Coordenador os trabalhos da Secretaria Administrativa, seu funcionamento bem como organizar os arquivos.

Preparar todos os trabalhos para a realização de sessões da Câmara municipal.

Redigir indicações, moções, requerimentos, pedidos e demais atos dos vereadores ou da Mesa Diretora.

Sugerir métodos e processos de trabalhos para simplificação, classificação, recebimento, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis em geral.

Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a todos os projetos.

Prestar todas as informações da Técnica Legislativa à Mesa Diretora e aos vereadores.

Organizar e atualizar arquivos das leis, decretos Legislativos, Resoluções, Portarias e Regimento Interno da Câmara e da Lei Orgânica Municipal.

Executar os serviços de publicações de Leis, Decretos Legislativos, Resoluções, Portarias, Atos e outros documentos.

Ajudar a controlar as despesas da Câmara, fazendo pagamentos, e coordenando as despesas juntamente com o Contador.

Ajudar na programação das despesas da Câmara.

Proceder e coordenar as compras de bens do legislativo.

Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares da Câmara.

CONTADOR

Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos.

Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos.

Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis.

Assinar balanços e balancetes.

Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira.

Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

Apresentar relatório de suas atividades.

desempenhar outras tarefas semelhantes.

Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade.

Elaborar registros de operações contábeis.

Organizar dados contábeis e orçamentário do Legislativo.

Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis.

Fazer acompanhar da legislação sobre execução orçamentária.

Controlar empenhos e anulação de empenhos.

Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas.

Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições.

Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica contábil financeira, administrativa e orçamentária, propondo se for o caso, as soluções cabíveis em tese.

Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários.

Efetuar folha de pagamento e os devidos empenhamento e depósitos, realizar informações relativo a RAIS, DIRPJ, GEFIP e SEFIP;

Outras tarefas ligadas a Contabilidade da Câmara de Vereadores e registros de pessoal.

3.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Técnico em Atividade Legislativa: Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

Contador: Estatutário/20 (vinte) horas semanais

3.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas ou provas e título.

3.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL –

Técnico em Atividade Legislativa – Ensino Médio – Técnico de Assistente de Administração

Contador – Ensino Médio - Técnico em Contabilidade com registro no respectivo órgão de fiscalização da profissão.

4.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO IV TECNICO EM ATIVIDADE SUPERIOR (TAS)

NÍVEIS: 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80.

4.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, jurídica, administrativa e contábil, além de outras atividades inerentes à área profissionais de cada atividade.

4.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

ADVOGADO

Realizar minutas de Projetos de Lei, Decretos, Editais e Portarias; Defender a Câmara Municipal de Vereadores de Ações de qualquer origem em todas as esferas do Poder Judiciário;

Assessorar a presidência da Câmara em matéria relacionada o processo legislativo;

Assessorar os Vereadores
Emitir Parecer de ordem jurídica;
Realizar defesas perante o Tribunal de Contas do Estado,
Realizar as demais tarefas atinentes a função

4.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:
Estatutário/10 (dez) horas semanais

4.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO
Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

4.5 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL.
Portador de Diploma de Curso Superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

ANEXO VI

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

5.1 NÍVEIS: CC-01,02,03,04,05, 06, 07, 08, 09.

5.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores compreendidos neste Grupo dirigem e coordenam órgãos ou unidades específicas da Administração de Nível Médio e Superior; processam, executam e opinam sobre assuntos legais, contábeis e jurídicos do Poder Legislativo Municipal, assessoram na realização das políticas governamentais a nível municipal e institucional, além da participação de grupo e/ou comissões de nível estratégica.

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Exercer todas as atividades de Assessoria para a Câmara Municipal, especialmente Mesa Diretora;
Realizar a divulgação dos atos da Câmara da Imprensa local, Regimental, Oficial e legal;
Registrar os atos com fotos e filmagens quando determinado pelo Presidente.

Organizar os arquivos de filmagens.

Exercer todas as atividades de assessoramento e fornecimento de documentos exigidos pelas bancadas para o conhecimento das mesmas.

Atender os Vereadores, a Mesa e ao Presidente com igualdade de tratamento e atender os pedidos de tarefas cabíveis ao cargo.
Atender os pedidos dos subordinados e acompanhar as reuniões da Câmara para prestar informações quando solicitadas.

5.3 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

ASSESSOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO: Ensino Médio

5.4 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA:

Estatutário/Dedicação integral.

5.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Nomeação pela autoridade competente, nos termos desta Lei

ANEXO VII

FUNÇÃO GRATIFICADA

ATIVIDADE ESPECIAL	PERCENTUAL
01 – Membro da Comissão de Licitação	20%
02 – Membro de Conselhos	20%
03 - Membro de Fundos	15%
04 – Responsável pelo Controle Interno	20%

Observações:
O Percentual da Atividade Especial incidirá sobre o Vencimento Base do Servidor

ANEXO VIII TABELA PADRÃO DE INSALUBRIDADE E ADICIONAL NOTURNO

ÁREAS DE ATUAÇÃO/ ATIVIDADES	CARGOS	% INSALU- BRIDADE	% PERICU- LOSIDADE
SERVIÇOS DE LIMPEZA EM GERAL	Auxiliar de Serviços Gerais	20%	

Observações:

A Insalubridade Incidirá sobre o Vencimento Base do Servidor

Lei 967

Lei n. 967/2012 de 30/04/2012

AMPLIA NUMEROS DE VAGAS DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE OPERADOR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica ampliado o número de vagas do Cargo de provimento efetivo de Operador - Cód. 009 de 17 vagas para 19 vagas.

§ único - Em virtude da ampliação do número de vagas, o Anexo I - Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo III - Serviços Auxiliares - SA, previsto na Lei Complementar n. 027/2005 de 01/12/2005, passa a vigorar acrescido da alteração criada, conforme segue:

COD	CARGO	VAGAS EXIST	VAGAS CRIADAS	TOTAL DE VAGAS
009	Operador	17	02	19

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 30 de abril de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 968

Lei n. 968/2012 De 09/05/2012

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE "01B" DA QUADRA 22, COM ÁREA DE 471,00M2, CONFORME MATRÍCULA 20.380 CRI DA COMARCA DE XAXIM, LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MAREMA QUE CONSTA PERTENCER A NILCE FATIMA SIMONETTO RECH E INDALECIO RECH E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do lote "01B" da quadra

22 com área de 471,00m², conforme Mat. 20.380 registrado no CRI da comarca de Xaxim e localizado no perímetro urbano de Marema, na forma do mapa e memorial descritivo em anexo a esta LEI.

Art. 2º - A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

Lote Urbano "01B" da quadra 22 com área de 471,00m², localizado no lado ímpar da Rua Giacomo Duz esquina com a Rua Vidal Ramos.

Noroeste: com o lote 01A de Adelar Ceratto (mat. 16.704) em 15,70m.

Sudeste: com a Rua Giacomo Duz em 15,70m.

Nordeste: com parte do lote 03A de Adelar Cezar Vailatti (mat. 4.734) em 30,00m.

Sudoeste: com a Rua Vidal Ramos em 30,00m.

Art. 3º - A situação após o desmembramento consiste em:

Lote Urbano "01B" da quadra 22 com área de 318,71m², localizado no lado ímpar da Rua Giacomo Duz esquina com a Rua Vidal Ramos.

Noroeste: com o lote 01C em 15,70m.

Sudeste: com a Rua Giacomo Duz em 15,70m.

Nordeste: com parte do lote 03A de Adelar Cezar Vailatti (mat. 4.734) em 20,30m.

Sudoeste: com a Rua Vidal Ramos em 20,30m.

Lote Urbano "01C" da quadra 22 com área de 152,29m², localizado no lado par da Rua Vidal Ramos distante pelo lado esquerdo 20,30m da esquina com a Rua Giacomo Duz.

Noroeste: com o lote 01A de Adelar Ceratto (mat. 16.704) em 15,70m.

Sudeste: com o lote 01B em 15,70m.

Nordeste: com parte do lote 03A de Adelar Cezar Vailatti (mat. 4.734) em 9,70m.

Sudoeste: com a Rua Vidal Ramos em 9,70m.

Art. 4º - Qualquer desmembramento ou remembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá os padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 6º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 09 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 969

Lei n. 969/2012 De 09/05/2012

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO DO LOTE 13 DA QUADRA 02, COM ÁREA DE 660,00M², CONFORME MATRICULA 11.481 CRI DA COMARCA DE XAXIM, QUE CONSTA PERTENCER A DARCI PAGANI, LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do lote "13" da quadra 02 com área de 660,00m², conforme Mat. 11.481 registrado no CRI, da comarca de Xaxim, localizado no perímetro urbano de Marema, na forma do mapa e memorial descritivo em anexo a esta LEI.

Art. 2º - A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

Lote Urbano "13" da quadra 02 com área de 660,00m², localizado no lado ímpar da Rua Voluntários da Pátria esquina com a Rua Pinheiro Machado.

Noroeste: com o lote 14 de Laury Bellei (mat. 4.765) em 20,00m.

Sudeste: com a Rua Voluntários da Pátria em 20,00m.

Nordeste: com parte do lote 12 de Claudécir Pagani (mat. 11.482) em 33,00m.

Sudoeste: com a Rua Pinheiro Machado em 33,00m.

Art. 3º - A situação após o desmembramento consiste em:

Lote Urbano "13" da quadra 02 com área de 360,00m², localizado no lado ímpar da Rua Voluntários da Pátria esquina com a Rua Pinheiro Machado.

Noroeste: com o lote 13A em 20,00m.

Sudeste: com a Rua Voluntários da Pátria em 20,00m.

Nordeste: com parte do lote 12 de Claudécir Pagani (mat. 11.482) em 18,00m.

Sudoeste: com a Rua Pinheiro Machado em 18,00m.

Lote Urbano "13A" da quadra 02 com área de 300,00m², localizado no lado par da Rua Pinheiro Machado distante pelo lado esquerdo 20,00m da esquina com a Rua Voluntários da Pátria.

Noroeste: com o lote 14 de Laury Bellei (mat. 4.765) em 20,00m.

Sudeste: com o lote 13 em 20,00m.

Nordeste: com parte do lote 12 de Claudécir Pagani (mat. 11.482) em 15,00m.

Sudoeste: com a Rua Pinheiro Machado em 15,00m.

Art. 4º - Qualquer desmembramento ou remembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá os padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 6º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 7º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 09 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 970

Lei n. 970/2012

de 09/05/2012

PRORROGA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MAREMA, O PRAZO DE LICEÇA-MATERNIDADE DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no Art. 7.º, XVIII, e Art. 39, § 3.º da Constituição Federal, e o Art. 116 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais destinada às servidoras públicas municipais da Prefeitura Municipal de Marema.

§ 1º A prorrogação será garantida à servidora municipal, mediante requerimento efetivado até o final do primeiro mês após o parto, e concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o Art. 7.º, XVIII, da Constituição Federal.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput deste artigo às ocupantes de cargos e empregos públicos que, na data de publicação desta Lei, estiverem em gozo da licença-maternidade, as quais farão jus à prorrogação a partir do primeiro dia subsequente ao término do período concedido para a fruição da licença originária, devendo no prazo de 15 dias a contar do início de vigência desta lei requerer a prorrogação da licença maternidade.

§ 3º - A prorrogação da licença maternidade de que trata este artigo será garantida, na mesma proporção, à servidora ou empregada pública que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

Art. 2º - Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a servidora municipal terá direito à sua remuneração integral, nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário-maternidade pago pelo regime próprio de previdência social.

Art. 3º - A prorrogação instituída por esta Lei é considerada como de efetivo exercício, exceto para fins de progressão profissional e nas exclusões determinadas em leis.

Art. 4º - Durante a prorrogação da licença-maternidade de que trata esta Lei, a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo Único - Em caso de descumprimento do disposto no caput deste artigo, a servidora pública perderá o direito à prorrogação da licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 5º - A prorrogação instituída por esta Lei não possui natureza previdenciária, o pagamento da remuneração correspondente a ampliação da licença maternidade será custeada com recursos do Município de Marema.

Art. 6º - Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Executivo autorizado a adaptar seus instrumentos de planejamento financeiro e, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito especial no valor necessário ao pagamento, bem como reabri-lo para os exercícios seguintes.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 09 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 971

Lei n. 971/2012 de 14/05/2012

DISPÕE SOBRE BENEFÍCIOS EVENTUAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

1º Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

§ 2º A concessão e o valor dos auxílios por natalidade e por morte serão regulados pelo Conselho de Assistência Social do Município, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 2º O benefício eventual deve atender, no âmbito do SUAS, aos seguintes princípios:

I - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

II - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

III - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

IV - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

V - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

VII - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

VIII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

IX - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Art. 3o O auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

- I - necessidades do nascituro;
- II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
- III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Art. 4o O auxílio por morte atenderá, prioritariamente:

- I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros;
- III - a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Art. 5o Cabe ao Município, de acordo com o disposto nos arts. 14 e 15 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, destinar recursos para o custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 6o A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - perdas: privação de bens e de segurança material;
- III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

- a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
- b) documentação;
- c) domicílio;
- II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
- III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;
- IV - de desastres e de calamidade pública; e
- V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 7o Para atendimento de vítimas de calamidade pública ou situação de emergência, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por estado de calamidade pública ou situação de emergência o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 8o As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 14 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 973

Lei nº 973/2012 de 29/05/2012

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal, a Administração Direta do Município, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, sob o Regime Celetista ou Administrativo para os assim contratados, nas condições e prazos previstos nesta LEI.

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I - assistência a situações de calamidade pública;

II - combate a surtos epidêmicos;

III - atender imperativo de convênios, ou termos de ajuste e programas do Governo Federal, ou do Governo Estadual, de caráter temporário, especialmente quando inerentes à educação, à saúde, à assistência social, à segurança alimentar e a outras competências comuns entre os entes federados;

IV - preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos, resultante do afastamento legal do professor efetivo ou do desdobramento de classe por aumento de matrícula, suprimindo a interrupção da regência de classe, que acarreta prejuízo do ensino ao aluno e impõe o dever do Município em manter e desenvolver o seu sistema Municipal de ensino.

a) A contratação de professor substituto de que trata o inciso IV do caput poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de vacância do cargo, afastamento ou licença ou nomeação para ocupar cargo de direção.

b) O número total de professores de que trata o inciso IV do caput não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de docentes efetivos em exercício na instituição Municipal de Ensino.

V - preenchimento de vagas, até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, falecimento, ou de afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;

VI - assistência a emergências em saúde pública;

VII - atividades:

a) de identificação e demarcação territorial;

b) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Município, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

c) didático-pedagógicas em escolas Municipal

VIII - para substituição temporária de servidores nos casos das licenças previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica as nomeações para os cargos em comissão declarados em lei, de livre

nomeação e exoneração.

Art. 3º. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado.

§ 1º. A contratação para atender às necessidades decorrentes de assistência a situações de calamidade pública ou combate a surtos epidêmicos, prescindirá de processo seletivo.

§ 2º. A contratação para substituição, nos casos previstos no Artigo 2º, IV, desta lei, para período de licença ou afastamento de titular, inferior a 02 (dois) meses, também prescindirá de processo seletivo.

§ 3º. Os casos de contratação previstos nos parágrafo precedentes, não exigem o procedimento seletivo, contudo não dispensam a comprovação de habilitação mínima, correspondente a cada cargo.

Art. 4º. As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos:

I - seis meses, no caso dos incisos I e II, do art. 2º;

II - doze meses, nos casos do inciso IV, do art. 2º;

III - até a realização de concurso público, nos casos do inciso V, do art. 2º; e

IV - à vigência dos convênios, termos de ajuste ou programas, que suscitaram sua contratação, nos casos estabelecidos no artigo 2º, III, desta Lei, não podendo ultrapassar vinte e quatro meses.

Art. 5º. As contratações somente serão feitas com observância à existência de dotação orçamentária específica.

Parágrafo único. Excetuam-se da exigência do caput, as contratações destinadas ao atendimento de situações de calamidade pública ou de surtos epidêmicos, quando a dotação orçamentária será provida através de crédito adicional extraordinário, nos termos do artigo 44, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. A remuneração do pessoal contratado nos termos desta lei, cujo cargo possui a mesma denominação, carga horária e exigência de igual escolaridade ao cargo de provimento efetivo, corresponderá ao mesmo nível de vencimento deste.

Art. 7º. Ao pessoal contratado nos termos desta Lei aplica-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, especialmente quanto a condições para contratação, direitos e vantagens, embora sua admissão seja temporária, por prazo certo e sem vínculo de qualquer espécie, sob o Regime Celetista ou Administrativo

Art. 8º. O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderão:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; e

III - receber, em sua remuneração, valores relativos à progressões, vantagens ou adicionais previstos nas Leis Municipais que instituíram o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais ou o Plano de Carreira e de Valorização do Magistério Público Municipal.

Art. 9º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei, serão conforme dispuser o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 10. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa do contratado;

III - por penalidade disciplinar, conforme previsto na Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais.

IV - Com o retorno, a qualquer tempo, do titular;

V - Com o deslocamento ou movimentação de servidores efetivos;

VI - Pela extinção ou conclusão do projeto

§ 1º. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de quinze dias.

§ 2º. A extinção do contrato, por iniciativa da Administração, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização proporcional de décimo terceiro e férias.

Art. 11. Ao pessoal contratado nos termos desta Lei, aplica-se o Regime Celetista ou Administrativo.

Art. 12. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 13. A carga horária do pessoal contratado nos termos desta Lei poderá ser de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento proporcionais as horas efetivamente trabalhadas.

Art. 14. O vencimento e retribuição pecuniária mensal devida ao servidor contratado de conformidade com a área de atuação, carga horária semanal e a habilitação profissional específica.

Art. 15. Dada a natureza de excepcional interesse público, as contratações feitas por esta lei, não serão prorrogáveis.

Art. 16. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, editar e expedir normas, se necessárias, por decreto municipal, para operacionalização do programa instituído por esta LEI.

Art. 17. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 974

Lei nº 974/2012 de 29/05/2012

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PARA ATENDER A CONVÊNIOS E ACORDOS DE INTERESSES SOCIAIS FIRMADOS ENTRE O MUNICÍPIO E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E PRIVADOS DAS ESFERAS ESTADUAL E FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar

peçoal em caráter temporário de excepcional interesse público, com a finalidade precípua de atender aos convênios e acordos de interesse social, firmados com os organismos públicos ou privados das esferas estadual e federal, bem como com outros Municípios do Estado, visando à cooperação técnico-financeira.

Parágrafo Único - As contratações a que se refere o "caput" poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - atender aos termos de convênios, acordos ou ajustes de interesses sociais, firmados entre o Município e órgãos governamentais e privados das esferas estadual e federal;

II - atender a execução de programas especiais de trabalho instituídos por decreto do Executivo Municipal nas necessidades conjunturais que demandem a atuação da prefeitura por período determinado;

III - atender aos convênios de cooperação técnica ou financeira autorizados pela Câmara Municipal;

IV - atender necessidades de instalação ou do funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

Art. 2º - O prazo de duração dos contratos temporários referidos no Art. 1º desta Lei ficará adstrito à vigência dos respectivos convênios, acordos ou ajustes firmados pelo Município, não podendo ultrapassar o período de dois anos consecutivos.

Parágrafo Único - As contratações prescindirão de teste seletivo simplificado de provas ou de provas e títulos, respeitando os princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência.

Art. 3º - As contratações autorizadas por esta Lei não constituirão vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 4º - A remuneração do pessoal contratado para o fim específico desta Lei será aquela determinada pelo respectivo convênio, acordo ou ajuste.

§ 1º - Quando os convênios, acordos ou ajustes não fixarem a remuneração, observar-se-ão os valores pagos para os cargos idênticos ou semelhantes, constantes do Plano de Cargos e Salários ou no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Marema.

§ 2º - O pessoal contratado nos termos desta Lei fará jus a férias e 13º salário e qualquer outro tipo de vantagem prevista para os servidores públicos municipais.

Art. 5º - O Regime Jurídico dos contratos temporários permitidos por esta Lei será o Regime Estatutário ou Celetista, adotando-se para todos os efeitos o Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo Único - É opção do Município o Regime pretendido e será fixado no Edital de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Art. 6º - As contratações estabelecidas por esta Lei terão dotação específica e serão cobertas com os recursos previstos no Orçamento Anual do Município.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO
Func. Designado

Lei 975

Lei 0975/2012 De 28/05/2012

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA PROCEDER CESSÃO DE USO DE IMÓVEL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito Municipal de Marema, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que envia a Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei para estudo e aprovação.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder direito real de uso das casas populares edificadas no imóvel constante da matrícula n. 20.895 do CRI da Comarca de Xaxim, objetivando a realocação de famílias desabrigadas, pela interdição do Bairro Esperança pela Defesa Civil do Estado em virtude da decretação de situação de emergência ocorrida através do decreto municipal n. 89/2011 de 22 de junho de 2011 e homologado pelo Estado de Santa Catarina através de decreto estadual n.361 de 06 de julho de 2011, previamente selecionadas pelo Conselho Municipal de Habitação, através de criteriosa sindicância.

Art. 2º - A autorização específica para Concessão de Direito Real de Uso de Casas Populares destina-se a pessoa física e/ou famílias vulneráveis em situações habitacionais de risco e emergência de áreas submetidas à interdição de interesse público/social, de conformidade com a relação dos atuais concessionários beneficiários, de conformidade com as condições legais e sindicância procedida pelo Conselho Municipal de Habitação.

Parágrafo Único - Fazem parte da relação dos atuais concessionários beneficiários as famílias que residiam ou possuíam lotes no Bairro Esperança onde ocorreu o deslizamento e interdição da área pela defesa civil, cuja relação encontra-se arquivado no Conselho Municipal de Habitação.

Art. 3º - São condições, para a concessão de direito real de uso, objeto da presente Lei:

I - que sejam previamente cadastradas no cadastro de programas habitacionais da Secretaria Municipal de Habitação.

II - apresentar certidão negativa de posse ou propriedade, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, em seu nome.

III - Estar incluído na relação dos atuais concessionários beneficiários, que por ocasião de deslizamentos tiveram seus imóveis total ou parcialmente destruídos, assim reconhecidos pela Administração Municipal, nos termos do Art. 2º desta LEI.

Art. 4º - O conjunto habitacional objeto da presente concessão de direito real de uso, têm como finalidade social atender às necessidades básicas de moradia da família, cuja destinação, em hipótese alguma, poderá ser alterada e limitar-se-á a uma casa residencial ou unidade, para cada grupo familiar.

Art. 5º - A respectiva casa ou unidade residencial, objeto da presente concessão de direito real de uso reverterá, automaticamente ao patrimônio do município, nos casos seguintes:

I - a ocorrência de mau uso ou depredação do imóvel;

II - a venda e compra, comodato, cessão de uso ou qualquer outra forma que implique alienação ou transferência;

III - a alteração da destinação prevista no art. 4º;

IV - a construção de acréscimos, sem a aprovação do projeto pelo órgão municipal competente;

V - o abandono do imóvel pelo prazo superior a seis meses;

VI - a inexistência de herdeiro.

Art. 6º - Fica autorizada a outorga da respectiva Escritura Pública, que conterá, obrigatoriamente cláusula resolutiva, na hipótese de descumprimento de qualquer das obrigações enumeradas no art. 5º, assim como cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.
Art. 7º - Fica expressamente vedada nova doação ou concessão de direito real de uso, a qualquer donatário ou concessionário de imóvel de propriedade ou domínio do Município.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito em 28 de maio de 2012.

JOSE ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Lei 976

Lei 0976/2012 De 28/05/2012

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DESCRITA NO ART. 23 DA LEI 966/2012 DE 30/04/2012 QUE TRATA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARREIRA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MAREMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica revogado o Art. 23 e parágrafos da Lei Municipal nº. 966/2012 de 30/04/2012 que institui a "FG" Função Gratificada, para servidores ocupantes de cargos de carreira, designados para atender desempenho de atividades especial, de forma permanente ou temporária.

Art. 2º - Que em virtude da revogação da Função Gratificada previsto no Art. 23 e parágrafos da Lei Municipal nº. 966/2012 de 30/04/2012, fica extinto o Anexo VII da referida LEI.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito em 28 de maio de 2012.

JOSE ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Lei 977

Lei nº 977/2012 De 19/06/2012

Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade,

integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 19 de junho de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 978

LEI Nº 978/2012.

De 19/06/2012

Autoriza o ingresso do Município de Marema no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, e dá outras providências.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Marema no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, nos termos do Contrato de Consórcio Público em anexo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 19 de junho de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei 979

Lei nº. 979/2012 De 25/06/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores

aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir mensalmente a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), entidade regional de representação dos municípios.

Parágrafo Único: Os recursos a serem transferidos referem-se a parcela de contribuição deste município, para manutenção da respectiva associação, no que tange as despesas de assessoramento técnico, melhoria e ampliação das ações.

Art. 2º A contribuição visa também assegurar a representação institucional do Município de Marema nas diversas esferas administrativas do Estado, junto ao Governo Federal e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:

I - Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II - Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III - Representar os Municípios em eventos oficiais em âmbito estadual e federal.

Art. 3º Fica autorizado o Município a contribuir financeiramente com a entidade, além do valor supracitado, visando custear despesas para desenvolver outras ações comuns, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública municipal, bem como demais atos definidos em assembléia.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei 939/2011 de 01/08/2011.

Gabinete do Prefeito, 25 de junho de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume.

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Funcionária Designada

Lei 980

Lei nº. 0980/2012 De 26/06/2012

FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A LEGISLATURA 01/01/2013 A 31/12/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica fixado em parcela única, o subsídio mensal dos vereadores, para o período legislativo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais).

§ 1º - O total da remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município (Art. 29, VII, da Constituição Federal)

§ 2º - O subsídio individual do vereador ficará limitado ao percentual estabelecido no art. 29, VI, da Constituição Federal em relação ao subsídio de Deputado Estadual, de acordo com a população do Município.

§ 3º - Ocorrendo qualquer dos casos previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo, o subsídio dos vereadores sofrerá proporcional redução de valor, com a finalidade de enquadramento em tais regras limitadoras.

Art. 2º - O presidente da Câmara perceberá mensalmente, além do subsídio de vereador, a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a título de Verba de Representação de Caráter Indenizatório, devido pelas atribuições específicas do cargo, da função que exerce como representante judicial e extrajudicial do Poder Legislativo, representação em solenidades e eventos oficiais, funções de administração do parlamento, compatível com as responsabilidades e a carga extra decorrente do exercício das funções representativa e administrativa.

§ 1º. O vereador que por qualquer motivo, substituir o Presidente da Câmara, terá direito em perceber a verba de representação de caráter indenizatório, de forma proporcional.

§ 2º. O presidente da Câmara, enquanto afastado das suas funções, sofrerá proporcional redução da Verba de Representação de Caráter Indenizatório.

Art. 3º. O subsídio percebido pelos Vereadores, equivale aos números de sessões ordinárias mensais fixadas no Regimento Interno, proporcionalmente a cada sessão, sendo devido ao Vereador que efetivamente comparecer a todas as sessões do mês, na forma do Regimento Interno.

§ único - A falta não justificada às sessões, na forma regimental, ocasionará a redução proporcional do subsídio.

Art. 4º - É vedado ao Vereador o recebimento de qualquer acréscimo aos seus subsídios ou parcela de qualquer natureza, como verba de representação, gratificação, adicional, abono, prêmio, ou outra espécie remuneratória (Art. 39 § 4º da Constituição Federal)

Art. 5º - É vedado alterar o valor do subsídio dos vereadores no Curso da Legislatura.

§ 1º. Entende-se como alteração o aumento do valor do subsídio, por meio de reajuste ou quaisquer outros acréscimos a qualquer título, salvo a revisão geral anual concedida aos servidores.

§ 2º. É assegurado reajuste anual dos subsídios dos Vereadores no mesmo índice e no mesmo percentual da revisão geral anual concedida a todos os servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I - Para concessão do reajuste anual, o percentual não pode ser superior aos índices de inflação oficial (perda de poder aquisitivo da moeda).

II - A extensão aos Vereadores deve estar prevista na lei que fixar a revisão geral anual aos servidores;

III - A lei que estabelecer a revisão geral anual aos servidores deve esclarecer explicitamente que se trata de revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

IV - Se for concedido aos servidores reajuste ou aumento maior que a inflação do período, a lei deve especificar qual o percentual de revisão e qual o percentual adicional de aumento, o reajuste dos subsídios dos vereadores ficará limitado ao percentual relativo aos índices de inflação/revisão.

Art. 6º - Poderão ser realizadas tantas sessões extraordinárias quanto necessárias, desde que convocadas na forma do Regimento Interno, sendo vedado qualquer pagamento por participação em sessões legislativas extraordinárias, ainda que durante o recesso parlamentar, conforme preceitua o Art. 57, § 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional n. 50/2006) e art. 46 da Constituição Estadual (Emenda Constitucional n. 44/2006).

§ 1º - A convocação e a desconvocação de sessão legislativa da Câmara Municipal para o período anual de seu funcionamento não propicia direito à percepção de qualquer verba de natureza indenizatória.

§ 2º - A ausência por qualquer motivo, implicará no recebimento proporcional aos meses de atuação legislativa.

§3º - Os suplentes receberão de forma proporcional aos meses que atuaram nas sessões legislativas.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta lei, correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 8º - Esta lei Entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir do dia 01 de janeiro de 2013.

Art.9º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de junho de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume.

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Funcionária Designada

Lei 981

Lei nº. 981/2012 De 26/06/2012

FIXA OS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE PREFEITO PARA A LEGISLATURA 01/01/2013 A 31/12/2016 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O subsídio mensal do Prefeito Municipal, para a legislatura do período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016, fica fixado em R\$ 11.000,00 (Onze mil reais).

§ único - Não é admitido o pagamento do décimo terceiro subsídio.

Art. 2º. O subsídio mensal do Vice-Prefeito, para a legislatura do período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016, fica fixado em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

§ único - Não é admitido o pagamento do décimo terceiro subsídio.

Art. 3º. Os subsídios do Prefeito, do Vice Prefeito e, será composto de parcela única, vedado o recebimento de qualquer espécie de

gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 4º. É vedado alterar o valor do subsídio do Prefeito, Vice Prefeito no Curso da Legislatura.

Art. 5º. É assegurado reajuste anual do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito no mesmo índice e no mesmo percentual da revisão geral anual concedida a todos os servidores públicos municipais, conforme previsto no art. 37, X, da Constituição Federal, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I - Para concessão do reajuste anual, o percentual não pode ser superior aos índices de inflação oficial (perda de poder aquisitivo da moeda).

II - A extensão ao Prefeito, Vice Prefeito e deve estar prevista na lei que fixar a revisão geral anual aos servidores;

III - A lei que estabelecer a revisão geral anual aos servidores deve esclarecer explicitamente que se trata de revisão geral anual prevista no art. 37, X, da Constituição Federal.

IV - Se for concedido aos servidores reajuste ou aumento maior que a inflação do período, a lei deve especificar qual o percentual de revisão e qual o percentual adicional de aumento, o reajuste dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito ficará limitado ao percentual relativo aos índices de inflação.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei, correrão a conta da dotação orçamentária própria.

Art. 7º. Esta lei Entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir do dia 01 de janeiro de 2013.

Art. 8º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de junho de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume.

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Funcionária Designada

Lei Comp 031

Lei Complementar n. 031/2012 De 09/03/2012

ACRESCENTA INCISO III AO PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 123 DA LEI COMPLEMENTAR N. 16/94 DE 30 DE MARÇO DE 1994 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte LEI.

Art. 1º - O artigo 123 § 2º da Lei Complementar n. 16/94 de 30 de março de 1994 que institui o código de postura do Município, passará ser acrescido do inciso III com a seguinte redação:

Art. 123º

§ 2º

III - Para construção de edificação residencial, não superior a dois pisos, será admitido o recuo de dois metros a partir da testada do passeio.

Art. 2º As demais disposições constantes da Lei Complementar n.

16/94 de 30 de março de 1994 permaneceram inalteradas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de março de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETTE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Lei Organica

LEI DE EMENDA À LEI ORGÂNICA nº. 005\\2012

DE 18 DE JUNHO DE 2012

Altera o artigo 86 da Lei Orgânica Municipal, que trata da publicação dos atos municipais.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI:

Artigo 1º - O Artigo 86 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 86 - Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer ou no sítio marema.sc.gov.br do município de marema .

§ 1º - A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais

§ 2º - O sítio e o conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º - A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação."

Artigo 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2012.

JOSE ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Lei972

Lei nº. 972/2012 de 29 de maio de 2012.

REVOGA A LEI 961/2012 DE 09/03/2012 E ALTERA O ARTIGO 5º DA LEI 837/2009 DE 10/05/2009 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal n. Lei n. 961/2012 de 09/03/2012.

Art. 2º - O artigo 5º da Lei n. 837/2009 de 10 de maio de 2009, que criou o Fundo Municipal de Habitação, passará ter a seguinte redação.

Art. 5º O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será Composto por entidades publicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático da escolha de seus representantes e a proporção de ¼ (um quarto) das vagas aos representantes de movimentos populares.

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

- I - 1-Representante da Secretaria da Administração Municipal;
- II - 1- Representante da Secretaria da Assistência Social;
- III - 1-Representante da Secretaria da Saúde;
- IV -1- Representante da Secretaria de Educação;
- V - 1- Representante da Secretaria de Obras;

REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS

- I - 1- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- II - 1-Representante da Associação de Produtores Rurais;
- III - 1-Representante do Clube da Terceira Idade de Marema Recanto da Saudade;
- IV - 1-Representante do Grupo de Jovens;
- V - 1- Representante do Clube de mães;

Art. 3º - As demais disposições constantes da Lei 837/2009 de 10 de maio de 2009 permanecem inalteradas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 29 de maio de 2012.

JOSÉ ANTONIO MARCHETTI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra e local de costume

ARLETE V.G. CAREGNATTO

Func. Designado

Massaranduba

PREFEITURA

Co 25.2012 Machado & Medeiros Serviços Medicos Ltda

CONTRATO Nº. 25/2012

PROCESSO: Edital de Credenciamento 01/2009

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba

CONTRATADO: MACHADO & MEDEIROS SERVIÇOS MEDICOS LTDA

REPRESENTANTE: Dr. HUDSON DA CRUZ MACHADO

OBJETO: Prestação de Serviços referente ao Atendimento Médico de Urgência por hora no Pronto Atendimento Municipal
VALOR: R\$ 66,96 (sessenta e seis reais e noventa e seis centavos) por hora plantão

DATA DA VIGENCIA: 10.08.2012 a 31.12.2012

CHEILA PATRICIA ROHWEDER

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 242 /2012

PORTARIA n.º 242 /2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 1409/2009 e suas alterações, e Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º À servidora pública municipal VALÉRIA VIVIANE MEDEIROS, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, a licença gestante por 120 (cento e vinte) dias, a partir da presente data, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário,

Meleiro, 14 de Agosto de 2012.

CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei N° 1525/2012

LEI Nº 1525/2012

“PROÍBE O CONSUMO DE CIGARROS, CIGARRILHAS, CHARUTOS, CACHIMBOS OU DE QUALQUER OUTRO PRODUTO FUMÍGENO, DERIVADO OU NÃO DO TABACO, NA FORMA QUE ESPECIFICA”.

BALTAZAR PELLEGRIN, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Artigo 1º - Esta lei estabelece normas de proteção à saúde para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos.

Artigo 2º - Fica proibido no território do Município de Morro da Fumaça, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

§ 1º - Aplica-se o disposto no “caput” deste artigo aos recintos de

uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º - Para os fins desta lei, a expressão “recintos de uso coletivo” compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, ginásios de esportes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3º - Nos locais previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, conforme anexo.

Artigo 3º - O responsável pelos recintos de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Artigo 4º - Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta lei.

Parágrafo único - O empresário omissor ficará sujeito às sanções previstas no artigo 56 da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus artigos 57 a 60, sem prejuízo das sanções previstas na legislação sanitária.

Artigo 5º - Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º - O relato de que trata o “caput” deste artigo conterà:

- 1 - a exposição do fato e suas circunstâncias;
- 2 - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;
- 3 - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2º - A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores - “internet” dos órgãos referidos no “caput” deste artigo, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta lei.

§ 3º - O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Artigo 6º - Esta lei não se aplica:

- I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;
- II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;
- III - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;
- IV - às residências;
- V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não

do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo único - Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Artigo 7º - As penalidades decorrentes de infrações às disposições desta lei serão impostas, nos respectivos âmbitos de atribuições, pelo Poder Executivo, pelos órgãos municipais de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor.

Parágrafo único - O início da aplicação das penalidades será precedido de ampla campanha educativa, realizada pelo Município nos meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio e televisão, para esclarecimento sobre os deveres, proibições e sanções impostos por esta lei, além da nocividade do fumo à saúde.

Artigo 8º - É facultado ao Poder Executivo disponibilizar em toda a rede de saúde pública municipal, assistência terapêutica e medicamentos antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de Decreto, no prazo máximo de 90 dias a partir de sua publicação.

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10 - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 09 de Agosto de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE

Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 106/2012 Fms

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2012FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA) PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES NOS ATENDIMENTOS AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 30/08/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 30/08/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 15 de agosto de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 107/2012 Fms

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2012FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO ESPECIAL E DE ALTO CUSTO PARA ATENDIMENTO A DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO PROCESSO 135.12.500398-0, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 28/08/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 28/08/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 15 de agosto de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 132/2012 PMN Retificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2012PMN - RETIFICADO

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LEITE/DERIVADOS E SUCOS) DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 29/08/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 29/08/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 15 de agosto de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 604/2012

Lei Complementar nº 604 /2012

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar nº 550, de 11/11/2011 (Lei Orçamentária), Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para reforço de dotação, conforme identificação abaixo:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Proj/Ativ.: 1.052 - Aquisição de Veículos - Saúde
Elemento: (31)4.4.90.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas
R\$ 550.00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá do provável excesso de arrecadação, por conta da transferência de recursos próprios.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de agosto de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Decreto Nº 083/2012

DECRETO Nº 083 /2012

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e na forma estabelecida pela Lei Complementar nº 604, de 15/08/2012, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), para reforço de dotação, conforme identificação abaixo:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde - Nova Trento

Proj/Ativ.: 1.052 - Aquisição de Veículos - Saúde
Elemento: (31)4.4.90.00.00.00.0.1.0002.0 - Aplicações Diretas
R\$ 550.00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá do provável excesso de arrecadação, por conta da transferência de recursos próprios.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de agosto de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Dispensa de Licitação FMS Nº 004/2012

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 010/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 004/2012

RATIFICAÇÃO: 15/08/2012

CONTRATADO: Centro Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente Licitação é a Contratação do Centro Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, para a Cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades capazes de propiciar a promoção da integração ao mercado de trabalho e a formação para o trabalho, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 42,00 (Quarenta e dois reais) por aluno/estagiário/mês, que estiverem realizando estágios em suas dependências e:

Valores mensais das Bolsas Auxílio serão as seguintes:

Nível	Valor Mensal (R\$)
Nível Médio - 2º grau	4 horas - 20 horas semanais - R\$ 250,00
Técnico Profissionalizante	6 horas - 30 horas semanais - R\$ 380,00
3º Grau	4 horas - 20 horas semanais - R\$ 380,00
3º Grau	6 horas - 30 horas semanais - R\$ 570,00

FUNDAMENTO: A contratação direta, por Dispensa de licitação, do objeto em questão, encontra-se fundamentada, a teor do disposto no inciso XIII, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme Parecer Jurídico em anexo.

DATA: 15/08/2012

ROGERIO ACACIO MASCARELLO
Gestor/Presidente/FMS

Extrato Dispensa de Licitação Nº 005/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2012

RATIFICAÇÃO: 15/08/2012

CONTRATADO: Centro Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente Licitação é a Contratação do Centro Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina - CIEE/SC, para a Cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades capazes de propiciar a promoção da integração ao mercado de trabalho e a formação para o trabalho, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

VALOR DA DESPESA: R\$ 42,00 (Quarenta e dois reais) por aluno/estagiário/mês, que estiverem realizando estágios em suas dependências e:

Valores mensais das Bolsas Auxílio serão as seguintes:

Nível	Valor Mensal (R\$)
Nível Médio - 2º grau	4 horas - 20 horas semanais - R\$ 250,00
Técnico Profissionalizante	6 horas - 30 horas semanais - R\$ 380,00
3º Grau	4 horas - 20 horas semanais - R\$ 380,00
3º Grau	6 horas - 30 horas semanais - R\$ 570,00

FUNDAMENTO: A contratação direta, por Dispensa de licitação, do objeto em questão, encontra-se fundamentada, a teor do disposto no inciso XIII, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme Parecer Jurídico em anexo.

DATA: 15/08/2012

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Decreto Nº 1.421, de 08 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 1.421, DE 08 DE AGOSTO DE 2012.

DIÁRIAS. Poder Executivo. Administração Direta, Autarquias e Fundações. Fixa valores e define regras para seu pagamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, com base no disposto nos Estatutos dos Servidores Públicos Municipais e Plano de Carreira dos Profissionais da Educação Escolar Básica do Município de Palhoça, Leis Complementares nº 96 e 97 respectivamente, ambas de 15 de dezembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Os servidores públicos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo têm direito a percepção de diárias sempre que se deslocarem a serviço, para fora da circunscrição do Município.

Art. 2º As diárias a serem pagas sujeitam-se aos seguintes critérios:

I - 1 (uma) diária a cada período de 24 (vinte e quatro) horas, ou fração superior a 12 (doze) horas com pernoite, contadas da partida.

II - ½ (meia) diária quando o período for inferior a 12 (doze) horas, e gere despesas com almoço e janta;

III - ¼ (um quarto) de diária quando o período for superior a 5 (cinco) e inferior a 12 (doze) horas, e gere despesas apenas com almoço ou janta;

Parágrafo único. Não será paga diária em função de pernoite em cidade da Região da Grande Florianópolis quando a distância entre as sedes dos Municípios for inferior a 40 (quarenta) quilômetros.

Art. 3º Os valores a serem pagos a título de diárias são os estabelecidos no Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. Incluem-se no valor das diárias as despesas com alimentação, pousada e locomoção urbana.

Art. 4º Fica limitada a 5 (cinco) diárias integrais, a concessão por mês a cada servidor, excetuadas deste limite às situações relevantes, de comprovado interesse público, mediante justificativa apresentada pelo titular do órgão ou entidade em que estiver vinculado o servidor.

Art. 5º As diárias serão pagas antecipadamente, mediante apresentação do roteiro de viagem, com especificação do objetivo do deslocamento, devidamente instruído com a documentação comprobatória.

§ 1º O servidor deverá comprovar que cumpriu o objetivo da viagem, mediante a apresentação de documentos fiscais expedidos no local de destino ou certificado de frequência, quando se tratar de participação eventos, tais como cursos, seminários, simpósios, entre outros, no prazo de 48 (quarenta e oito horas) após o seu retorno.

§ 2º O servidor fica obrigado a devolver integralmente os valores relativos às diárias quando, por qualquer razão, não se deslocar para fora da circunscrição do Município, ou proporcionalmente quando a viagem durar menos que o previsto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 616, de 02 de agosto de 2007, e demais disposições em contrário.

Palhoça, em 08 de agosto de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.418, de 01 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 1.418, DE 01 DE AGOSTO DE 2012.

SUPLEMENTA CRÉDITOS ADICIONAIS E SUPLEMENTARES E ESPECIAIS AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. R\$ 9.158.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.577, de 28 de dezembro de 2011, resolve

DECRETAR:

Art. 1o Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 6.358.000,00 (seis milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais), as dotações orçamentárias a-baixo:

07:00 - SECRETARIA DE RECEITA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
07:01 - SECRETARIA DE RECEITA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
Projeto/Atividade: 2064 - Funcionamento e Manutenção DA Secretaria de Receita

ELEMENTO:

Red. 40 31.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

10:00 - SECRETARIA DESENV. DA AGRICULTURA E DA PESCA

10:01 - SECRETARIA DESENV. DA AGRICULTURA E DA PESCA

Projeto/Atividade: 2033 - Funcionamento e Manut. Secret. Agricultura e Pesca

ELEMENTO:

Red. 73 31.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 11:01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Projeto/Atividade: 2021 - Funcionamento e Manut. DO Ensino Fundamental
 ELEMENTO:
 Red. 106 31.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
 Red. 104 - 31.91.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
 Projeto/Atividade: 2022 - Funcionamento e Manut. Da Educação Infantil
 ELEMENTO:
 Red. 144 31.90.00.00.00.00.0.1.0001 - Aplicações Diretas R\$ 3.913.000,00
 Red.146 - 31.91.00.00.00.00.01.0001 - Aplicações Diretas R\$ 310.000,00

12:00 - SECRETARIA INFRAESTRUTURA DEFESA CIV. ENERG. TRANSP
 12:01 - SECRETARIA INFRAESTRUTURA DEFESA CIV. ENERG. TRANSP
 Projeto/Atividade: 2026 - Funcionamento e Manut. Secret. Infra-estrutura
 ELEMENTO:
 Red. 164 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 440.000,00

13:00 - SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
 13:01 - SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Projeto/Atividade: 2044 - Funcionamento e Manut. Secret. Assistência
 ELEMENTO:
 Red. 211 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 170.000,00
 SOMA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 6.358.000,00

Art.2º A Suplementação a que se refere o artigo 1º. Correrá por conta das anulações de dotações abaixo discriminadas:

02:00 - Gabinete do Prefeito
 02:01 - Gabinete do Prefeito
 Projeto/Atividade: 2019 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito
 ELEMENTO:
 Red. 4 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 408.000,00

03:00 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
 03:01 - SECRETARIA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
 Projeto/Atividade: 2047 - Funcionamento e Manut. Da Secretaria de Gestão
 ELEMENTO:
 Red. 6 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 226.000,00

05:00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 05:01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 Projeto/Atividade: 2051 - Funcionamento e Manut. Da Procuradoria
 ELEMENTO:
 Red.26 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 319.000,00

05:00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 05:01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 Projeto/Atividade: 2067 - Encarg. Execução de Sentenças Judiciais
 ELEMENTO:
 Red.28 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

06:00 - SECRETARIA DE GOVERNO
 06:01 - SECRETARIA DE GOVERNO
 Projeto/Atividade: 2051 - Funcionamento e Manut. Da Secretaria de Governo
 ELEMENTO:
 Red.36 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

08:00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO
 08:01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO
 Projeto/Atividade: 2051 - Funcionamento e Manut. Secretaria Adm-inst e Finanças
 ELEMENTO:
 Red.53 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

09:00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 09:01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 Projeto/Atividade: 2084 - Func. e Manut. Secret.Ind. Com.Serv. Cienc.Tec
 ELEMENTO:
 Red.69 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

11:00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 11:01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Projeto/Atividade: 2020 - Func.e Manut. Biblioteca Pública
 ELEMENTO:
 Red. 159 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 320.000,00
 Projeto/Atividade: 2083 - Func.e Manut. Da Cultura
 ELEMENTO:
 Red. 163 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 230.000,00
 Projeto/Atividade: 2154 - Func.e Manut.de Prog. Especiais
 ELEMENTO:
 Red. 132 31.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

14:00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 14:01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 Projeto/Atividade: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna
 ELEMENTO:
 Red. 215 46.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Red. 216 32.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.755.000,00
 SOMA ANULAÇÃO R\$ 6.358.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Palhoça as dotações orçamentárias abaixo:

16:00 - SECRETARIA DE SAÚDE E MEDICINA PREVENTIVA
 16:01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Projeto/Atividade: 2.145 - Gestão e estruturação do SUS
 ELEMENTO:
 Red. 52 31.90.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00
 Red. 55 31.91.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
 SOMA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 2.800.000,00

Art. 4º A Suplementação a que se refere o artigo 3º. Correrá por conta das anulações de dotações do Orçamento da Prefeitura

Municipal de Palhoça conforme abaixo discriminadas:

14:00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

14:01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 0.002 - Amortização e Encargos da Dívida Interna

ELEMENTO:

Red. 215 46.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.800.000,00

SOMA ANULAÇÃO R\$ 2.800.000,00

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 01 de agosto de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Convênio Nº 024, de 05 de Julho de 2012.

CONVÊNIO Nº 024, DE 05 DE JULHO DE 2012.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PALHOÇA E O CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA. - CESUMAR.

A PREFEITURA DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Paganini, 280, Parque Residencial Paganini - Palhoça/SC, inscrita no CNPJ, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, e o CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA. - CESUMAR, com sede na Avenida Guedner, 1.610, Maringá/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o 79.265.617/0001-99, neste ato representada, Senhor CLÁUDIO FERNDINANDI, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª

1.1 - O CESUMAR compromete-se a fornecer aos integrantes do quadro funcional, dependentes destes e associados do CONVENIENTE, desde que previamente aprovados em concurso vestibular do CESUMAR e preenchidos os requisitos legais para admissão acadêmica, mediante apresentação dos documentos exigidos pela legislação específica, do MEC e de acordo com o regimento interno do CESUMAR, os seguintes descontos:

I - 15% (quinze por cento), sendo 5% de pontualidade, para os cursos de graduação e pós-graduação exclusivamente na modalidade à distância, desde que ministrado exclusivamente pelo CESUMAR.

II - os descontos somente serão aplicados para os alunos que se matricularem nos processos seletivos posteriores a data de assinatura do referido convênio.

CLÁUSULA 2ª

2.1 - Os descontos não serão aplicados no pagamento da 1ª parcela, sobre materiais didáticos, taxas, dependências, transferências, cancelamento ou trancamento de curso e solicitação de documentos, bem como não serão cumulados com qualquer outro desconto e/ou benefício que o funcionário do CONVENIENTE porventura já usufrui perante o CESUMAR, a ele se impondo, nessa hipótese, a escolha entre um e outro.

CLÁUSULA 3ª

3.1 - Os alunos só permanecerão com o benefício do desconto mediante comprovante legítimo de vínculo empregatício ou da condição de associado junto ao CONVENIENTE, e/ou de sua condição de dependente de funcionário do CONVENIENTE, documentos estes

que deverão ser apresentados no ato da matrícula ou rematrícula, bem como todas as vezes que for solicitado pelo CESUMAR. Os alunos que permanecerem inadimplentes por um período superior a 3 (três) meses perderão o desconto objeto do presente termo. O CONVENIENTE não será responsável pela inadimplência dos alunos matriculados.

CLÁUSULA 4ª

4.1 - Em contrapartida aos descontos mencionados, o CONVENIENTE autoriza o CESUMAR a divulgar a todo o seu quadro funcional os cursos de graduação e pós-graduação, por meio de palestras, reuniões, envio de e-mail, contato direto, contato telefônico e distribuição de material promocional no local e hora a serem definidos pelo CONVENIENTE.

CLÁUSULA 5ª

5.1 - Das obrigações do CESUMAR:

I - Realizar para todos os colaboradores do CONVENIENTE a divulgação do Convênio e novidades do EAD CESUMAR;

II - Realizar após a assinatura do contrato, uma breve palestra com setores ou todos os colaboradores do CONVENIENTE, informando sobre a modalidade à Distância - desmistificando e valorizando essa modalidade junto ao CONVENIENTE - agregar valor;

III - Divulgar no portal do EAD CESUMAR o CONVENIENTE como parceiro, por meio de sua logotipo, a ser fornecido pelo mesmo.

CLÁUSULA 6ª

6.1 - Das obrigações do CONVENIENTE:

I - Possibilitar à relações públicas do EAD CESUMAR informar em meios de comunicação a entrada de um novo conveniado no EAD, mantendo sempre a integridade do CONVENIENTE;

II - Troca de links - O CONVENIENTE se compromete a indexar o logotipo do CESUMAR na área de parceiro do site do mesmo, e caso tenha algum canal de notícias a notificação neste meio também se faz necessário, sendo qualquer notificação aprovada pelo CESUMAR;

III - Possibilitar a utilização do logotipo do CONVENIENTE em qualquer campanha referente a modalidade de Convênio, mantendo a integridade da empresa e o acordo firmado em contrato.

CLÁUSULA 7ª

7.1 - Poderá a indicação do CONVENIENTE ser rejeitada, caso esteja em débito junto ao CESUMAR; deixe de realizar a opção pela manutenção de benefício e/ou desconto que já usufruía anteriormente; ou se recuse a atender quaisquer solicitações do CESUMAR, notadamente exibir e fornecer documentos, apresentar ou substituir fiador, deixar de firmar o contrato de prestação de serviço e/ou termo de compromisso.

CLÁUSULA 8ª

8.1 - O cancelamento automático do desconto ocorrerá por pedido expresso por parte do CONVENIENTE; desligamento do aluno do quadro de funcionários; trancamento, cancelamento de matrícula ou abandono do curso, bem assim a transferência de aluno beneficiário; frequência do aluno inferior ao percentual de 85% (oitenta e cinco por cento), verificada a cada semestre.

CLÁUSULA 9ª

9.1 - O presente acordo vigorará por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos participantes, independentemente de notificação, bastando para tanto, a simples comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 10ª

10.1 - Fica eleito o fora da Comarca de Palhoça do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Convênio.

E por estarem as partes de pleno acordo com o inteiro teor deste Convênio, assinam na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual conteúdo e forma.

Palhoça, 05 de julho de 2012.
 Prefeitura Municipal de Palhoça
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
 Prefeito Municipal

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGÁ LTDA. - CESUMAR
 Cláudio Ferdinandi
 Diretor Geral

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º080/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º080/2011 - Pregão Presencial 033/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem. DATA: 15/08/2011 a 15/08/2012.

Item	Qt	Un	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor Total
Material para Coloproctologia						
12	10	un	Porta Agulha Mayo Hegar 16 cm, em aço inox.	Golgran	R\$ 16,50	R\$165,00
Material de consumo e permanente para Otorrino						
17	7	un	Especulo nasal adulto em inox, medindo aproximadamente 15cm/6", tamanho grande.	Golgran	R\$41,50	R\$288,05
18	3	un	Especulo nasal infantil em inox, medindo aproximadamente 15cm/6", pequeno.	Golgran	R\$41,50	R\$123,45
19	3	un	Estilete para algodão delicado, medindo aproximadamente 15 cm.	Golgran	R\$4,49	R\$13,47
20	1	un	Gancho de Gillies delicado agudo, medindo aproximadamente 17cm.	Golgran	R\$21,55	R\$21,55
22	2	un	Pinça jacaré serrilha para corpo estranho para otorrino delicada, medindo aproximadamente 9 cm.	Golgran	R\$64,65	R\$129,30
23	1	un	Pinça Bruenings para septo nasal 19 cm.	Golgran	R\$187,00	R\$ 187,00
25	1	un	Otoscópio Halógeno 2,5 volts, cabeçote em metal nobre.	Mikatos/Missouri TK	R\$300,00	R\$300,00
Material para Vigilância Epidemiológica						

32	40	un	Termômetro Analógico tipo capela, função máximo e mínimo.	Incor-term	R\$28,64	R\$1.146,00
33	40	un	Termômetro Digital tipo capela, função máximo e mínimo.	Incor-term	R\$45,50	R\$1.780,00
TOTAL GERAL R\$ 4.153,82						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º081/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º081/2011 - Pregão Presencial 033/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem. DATA: 15/08/2011 a 15/08/2012.

Item	Qtde	Unid.	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor Total
Material para Coloproctologia						
1	600	unid.	Anuscópio descartável.	Kolplast	R\$ 2,09	R\$1.254,00
13	600	unid.	Retosigmoidoscópio, descartável.	Kolplast	R\$6,25	R\$3.750,00
Material de Enfermagem						
28	500	unid.	Pinça Cheron 24 cm, Confeccionado em Aço Inoxidável AISI-420,	Professional	R\$21,90	R\$10.950,00
Material de Laboratório do DST/AIDS						
35	15000	unid.	Agulha estéril 30x0,7 mm para coleta de sangue a vácuo.	BD	R\$0,63	R\$9.450,00
TOTAL GERAL R\$ 25.404,00						

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º082/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º082/2011 - Pregão Presencial 033/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem. DATA: 15/08/2011 a 15/08/2012.

Item	Qtde	Unid.	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor Total
Material de Laboratório do DST/AIDS						
34	50	unid.	Adaptador para tubo de coleta vácuo, adulto de uso único reutilizável.	BD	R\$ 0,57	R\$ 28,50
TOTAL GERAL R\$ 28,50						

Passo de Torres

PREFEITURA

Portaria Nº 079/2012

PORTARIA 079, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL CARVALHO AMARAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Isabel Carvalho Amaral, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a servidora Pública Municipal, Isabel Carvalho Amaral até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Portaria Nº 080/2012

PORTARIA Nº 080, DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

“DESIGNA LUCILENE CARDOSO PORTO, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONTROLE INTERNO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Janaina Silveira Scheffer, Prefeita Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 710 de 06 de outubro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Lucilene Cardoso Porto, para exercer a função de Controle Interno.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01 de janeiro de 2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 09 de agosto de 2012.

JANAINA SILVEIRA SCHEFFER

Prefeita Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.617, de 14 de Agosto de 2012.

LEI Nº 1.617, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação um Novo Olhar - AUNO”, associação sem fins econômicos, com sede na Av. Mal. Costa e Silva, n. 511, Município e cidade de Pinheiro Preto, inscrita no CNPJ/MF nº 15.693.201/0001-99, que tem por finalidade básica promover a busca de medidas que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar dos portadores de necessidades educacionais.

Art. 2º Para que a presente lei tenha eficácia, a sociedade beneficiada com o ato declaratório deverá exibir os seguintes documentos, a fim de que seja o ato homologado:

I - estatuto social registrado em cartório competente;

II - declaração da diretoria de que não remunera, a qualquer título, os dirigentes, os mantenedores e os associados;

III - declaração da diretoria de que a entidade está em funcionamento com exata observância dos estatutos;

IV - cópia da ata da eleição da diretoria em exercício.

Art. 3º Em caso de mudança de denominação da entidade haverá necessidade de nova declaração, cuja lei revogará, expressamente, a declaração anterior.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 0262/2012

CONTRATO Nº 0262/2012

OBJETO: Conserto nos veículos da Sec. da Agricultura

EMPRESA CONTRATADA: Mecânica Hochiove Ltda.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0152/2012

DATA DO CONTRATO: 05/07/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0265/2012

CONTRATO Nº 0265/2012

OBJETO: Conserto no Equipamento Motoniveladora FG70 da Sec. de Obras

EMPRESA CONTRATADA: Locomaq Com. e Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda.

LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0155/2012

DATA DO CONTRATO: 06/07/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Contrato Nº 0278/2012

CONTRATO Nº 0278/2012

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para a Sec. da Saúde
 EMPRESA CONTRATADA: Farmacia e Drogaria Somensi Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0160/2012
 DATA DO CONTRATO: 20/07/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0282/2012

CONTRATO Nº 0282/2012

OBJETO: Aquisição de Pedras Tipo Paver para a Sec. de Obras
 EMPRESA CONTRATADA: Britagem Vanz Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0164/2012
 DATA DO CONTRATO: 25/07/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0283/2012

CONTRATO Nº 0283/2012

OBJETO: Aquisição de Material para a Saúde
 EMPRESA CONTRATADA: Metromed Com. Materiais Médico Hospitalar Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0165/2012
 DATA DO CONTRATO: 25/07/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0285/2012

CONTRATO Nº 0285/2012

OBJETO: Conserto e Retifica no Veiculo IDM 0563
 EMPRESA CONTRATADA: Retifica e Auto Peças Doca Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0167/2012
 DATA DO CONTRATO: 26/07/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0286/2012

CONTRATO Nº 0286/2012

OBJETO: Serviços de rompedor com escavadeira para a Sec. de Obras
 EMPRESA CONTRATADA: Ferronato Terraplanagem Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0168/2012
 DATA DO CONTRATO: 27/07/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0287/2012

CONTRATO Nº 0287/2012

OBJETO: Aquisição de Placas Adesivas Indicativas das Comunidades do Interior.
 EMPRESA CONTRATADA: Nova Era Comunicação Visual Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0169/2012
 DATA DO CONTRATO: 27/07/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0288/2012

CONTRATO Nº 0288/2012

OBJETO: Conserto da Iluminação do Miniginásio de Esportes e do Centro Educacional
 EMPRESA CONTRATADA: Zapin Mat. e Inst. Elétricas Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0170/2012
 DATA DO CONTRATO: 31/07/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0289/2012

CONTRATO Nº 0289/2012

OBJETO: Aquisição de Material para a Sec. da Administração
 EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare Edit. Gráfica e Propaganda Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0171/2012
 DATA DO CONTRATO: 03/08/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0290/2012

CONTRATO Nº 0290/2012

OBJETO: Aquisição de Material para a Sec. da Administração
 EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare Edit. Gráfica e Propaganda Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0172/2012
 DATA DO CONTRATO: 03/08/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0291/2012

CONTRATO Nº 0291/2012

OBJETO: Aquisição de Papel ofício para a Sec. da Administração
 EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare Edit. Gráfica e Propaganda Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0173/2012
 DATA DO CONTRATO: 03/08/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Contrato Nº 0292/2012

CONTRATO Nº 0292/2012

OBJETO: Aquisição de Material - Papel ofício e cartilha da saúde
 EMPRESA CONTRATADA: Vale Visare Edit. Gráfica e Propaganda Ltda.
 LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa de Licitação Nº 0174/2012
 DATA DO CONTRATO: 06/08/2012
 PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

Notificação de Recebimento de Recursos Federais e Estaduais: Nº 013/2012

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS E ESTADUAIS: nº 013/2012

O Município de Pinheiro Preto, representado por seu Prefeito Municipal EUZEBIO CALISTO VIECELI, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452 de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicato de trabalhadores, entidades empresariais, Conselhos Municipais e a população em geral, a liberação de recursos do Governo Federal e Estadual conforme Segue:
 Referente Mês de Julho/2012

Data Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
02/07/2012	FNAS	Piso Básico Variável II	R\$ 1.000,00
02/07/2012	FNDE	PNATE	R\$ 4.074,82
02/07/2012	FNDE	PNAE	R\$ 3.202,00
04/07/2012	Sec. Estado Saúde	Atenção Básica	R\$ 2.100,00
06/07/2012	Sec. de Saúde do Estado	Vigilancia Sanitária	R\$ 2.617,30
06/07/2012	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R\$ 587,75
13/07/2012	Ministério da Saúde	PAB Fixo	R\$ 6.095,00
13/07/2012	Ministério da Saúde	PMAQ	R\$ 2.200,00

13/07/2012	FNAS	IGDBF	R\$ 687,50
17/07/2012	Sec. de Saúde do Estado	Vigilância Epidemiológica	R\$ 505,28
17/07/2012	Ministério da Saúde	PMAQ	R\$ 2.200,00
17/07/2012	Ministério da Saúde	Farmácia Básica	R\$ 2.590,8
18/07/2012	Ministério da Saúde	PAB PACS	R\$ 6.097,00
20/07/2012	Sec. Estado Saúde	Farmácia Básica	R\$ 1.180,13
20/07/2012	FNDE	Salário Educação	R\$ 7.507,52
20/07/2012	Ministério da Saúde	PAB PSB	R\$ 2.230,00
20/07/2012	Ministério da Saúde	PAB PSF	R\$ 7.130,00
20/07/2012	FNDE	FUNDEB	R\$ 44.449,44
31/07/2012	Sec. Estado de Educação	Transporte Escolar Estadual	R\$ 38.812,00
31/07/2012	FNDE	FUNDEB	R\$ 26.954,51

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 15 DE AGOSTO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Lei 2.002/2012

LEI Nº 2.002/2012

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências”.

Osvaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar na importância de até R\$ 1.378.074,94 (Um milhão, trezentos e setenta e oito mil, setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), que será concedido conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 - Secretaria de Administração
Unidade: 01 - Secretaria de Administração
Funcional-Programática: 04.122.0003
Atividade: 2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 18
Valor: R\$ 280.000,00
Fonte de Recursos: 551 (0.3.0000) - Superávit Financeiro Recursos Ordinários
Código Reduzido: 110
Valor: R\$ 22.809,75
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 19
Valor: R\$ 6.000,00
Órgão: 04 - Secretaria da Fazenda
Unidade: 01 - Secretaria da Fazenda
Funcional-Programática: 04.123.0003
Atividade: 2.010 - Manutenção da Secretaria da Fazenda
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações

Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 37

Valor: R\$ 67.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 38

Valor: R\$ 4.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Funcional-Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.011 - Manutenção da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 51

Valor: R\$ 450.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 52

Valor: R\$ 2.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 53

Valor: R\$ 48.332,74

Órgão: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Unidade: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Funcional-Programática: 15.451.0003

Atividade: 2.015 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 63

Valor: R\$ 36.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 64

Valor: R\$ 1.300,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Educação

Funcional-Programática: 08.243.0029

Atividade: 2.017 - Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos: Ordinários

Código Reduzido: 5

Valor: R\$ 17.000,00

Funcional-Programática: 10.306.0013

Atividade: 2.018 - Manutenção da Merenda Escolar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos: Ordinários

Código Reduzido: 5

Valor: R\$ 81.190,33

Funcional-Programática: 12.361.0014

Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão

Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e

Transferências de Impostos - Educação

Código Reduzido: 16

Valor: R\$ 32.000,00

Fonte de Recursos: 519 (0.2.0019) - Recursos: Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 18

Valor: R\$ 13.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Código Reduzido: 19

Valor: R\$ 104.034,72

Funcional-Programática: 12.365.0017

Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 518 (0.2.0018) - Recursos: Transferências do FUNDEB - 60%

Código Reduzido: 36

Valor: R\$ 29.500,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Código Reduzido: 46

Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Código Reduzido: 28

Valor: R\$ 10.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Código Reduzido: 29

Valor: R\$ 97.907,40

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 7

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Cultura

Funcional-Programática: 13.392.0020

Atividade: 2.075 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 8

Valor: R\$ 18.000,00

Art. 2º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descritas na mesma importância:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-Programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 01

Valor: R\$ 18.000,00

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Funcional-Programática: 02.061.0002

Atividade: 2.002 - Indenizações de Precatórios e Sentenças Judiciais

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 07

Valor: R\$ 16.573,85

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 08

Valor: R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 09

Valor: R\$ 41.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 10

Valor: R\$ 2.000,00

Unidade: 02 - Gabinete do Vice Prefeito

Funcional-Programática: 04.122.0003

Atividade: 2.004 - Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 13

Valor: R\$ 62.393,93

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 15

Valor: R\$ 18.560,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 74

Valor: R\$ 130,01

Órgão: 03 - Secretaria de Administração

Unidade: 01 - Secretaria de Administração

Funcional-Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.072 - Convênio Radio Patrulha

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 33

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Funcional-Programática: 15.451.0021

Projeto: 1.003 - Construção de Obras de Arte
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos: Ordinários
 Código Reduzido: 43
 Valor: R\$ 9.927,43
 Fonte de Recursos: 551 (0.3.0000) - Superávit Financeiro Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 97
 Valor: R\$ 22.809,75
 Projeto: 1.004 - Pavimentação e Urbanização de Ruas
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 44
 Valor: R\$ 111.812,62
 Projeto: 1.005 - Desapropriação de Áreas
 Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 48
 Valor: R\$ 1.000,00
 Funcional-Programática: 15.452.0028
 Atividade: 2.013 - Conservação do Patrimônio Público Municipal
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 58
 Valor: R\$ 25.000,00

Órgão: 07 - Secretaria de Pesca e Agricultura
 Unidade: 01 - Secretaria de Pesca e Agricultura
 Funcional-Programática: 20.606.0024
 Atividade: 2.016 - Manutenção da Secretaria de Pesca e Agricultura
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 67
 Valor: R\$ 15.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 70
 Valor: R\$ 22.000,00

Órgão: 08 - Fundo Municipal de Educação
 Unidade: 01 - Fundo Municipal de Educação
 Funcional-Programática: 08.243.0029
 Atividade: 2.017 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 6
 Valor: R\$ 2.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
 Código Reduzido: 7
 Valor: R\$ 15.000,00
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Projeto: 1.009 - Aquisição de Imóvel para o Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Código Reduzido: 63
 Valor: R\$ 10.000,00
 Funcional-Programática: 12.365.0017

Projeto: 1.012 - Aquisição de Imóvel para a Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Código Reduzido: 64
 Valor: R\$ 10.000,00
 Projeto: 1.013 - Construção e Ampliação de Núcleos de Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Código Reduzido: 4
 Valor: R\$ 34.034,72
 Funcional-Programática: 12.361.0014
 Projeto: 1.010 - Construção e Ampliação de Unidades Escolares do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Código Reduzido: 2
 Valor: R\$ 201.190,33
 Atividade: 2.019 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão
 Fonte de Recursos: 518 (0.2.0018) - Recursos: Transferências do FUNDEB - 60%
 Código Reduzido: 17
 Valor: R\$ 5.000,00
 Funcional-Programática: 12.365.0017
 Atividade: 2.025 - Manutenção da Educação Infantil
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão
 Fonte de Recursos: 518 (0.2.0018) - Recursos: Transferências do FUNDEB - 60%
 Código Reduzido: 39
 Valor: R\$ 2.500,00
 Fonte de Recursos: 519 (0.2.0019) - Recursos: Transferências do FUNDEB - 40%
 Código Reduzido: 37
 Valor: R\$ 25.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão
 Fonte de Recursos: 519 (0.2.0019) - Recursos: Transferências do FUNDEB - 40%
 Código Reduzido: 40
 Valor: R\$ 2.000,00
 Funcional-Programática: 12.366.0018
 Atividade: 2.028 - Manutenção do Programa de Educação de Jovens e Adultos
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Código Reduzido: 53
 Valor: R\$ 10.000,00
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 Fonte de Recursos: 501 (0.1.0001) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Código Reduzido: 62
 Valor: R\$ 2.000,00
 Funcional-Programática: 12.367.0019
 Atividade: 2.029 - Manutenção do Programa de Educação Especial
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas
 Fonte de Recursos: 519 (0.2.0019) - Recursos: Transferências do

FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 56

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 519 (0.2.0019) - Recursos: Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 58

Valor: R\$ 3.000,00

Órgão: 09 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.301.0010

Projeto: 1.014 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Código Reduzido: 1

Valor: R\$ 43.928,40

Atividade: 2.036 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Código Reduzido: 24

Valor: R\$ 30.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Código Reduzido: 25

Valor: R\$ 23.979,00

Atividade: 2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas

Fonte de Recursos: 502 (0.1.0002) - Recursos: Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Código Reduzido: 26

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional-Programática: 08.244.0005

Projeto : 1.019 - Construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 1

Valor: R\$ 1.000,00

Funcional-Programática: 08.241.0005

Atividade: 2.045 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica ao Idoso

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 4

Valor: R\$ 5.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 5

Valor: R\$ 2.000,00

Funcional-Programática: 08.244.0005

Atividade: 2.049 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações

Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 6

Valor: R\$ 33.900,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 9

Valor: R\$ 20.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 12

Valor: R\$ 654,90

Funcional-Programática: 08.244.0006

Atividade: 2.051 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Média Complexidade

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 14

Valor: R\$ 60.060,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 16

Valor: R\$ 940,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 19

Valor: R\$ 1.000,00

Funcional-Programática: 08.244.0007

Atividade: 2.052 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 30

Valor: R\$ 180,00

Órgão: 13 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Funcional-Programática: 17.512.0023

Projeto: 1.027 - Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 16

Valor: R\$ 1.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 17

Valor: R\$ 1.000,00

Projeto: 1.028 - Recuperação Ambiental do Lixão

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 18

Valor: R\$ 1.000,00

Atividade: 2.065 - Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 13

Valor: R\$ 320.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 14
Valor: R\$ 1.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 15
Valor: R\$ 5.000,00

Órgão: 19 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Esportes
Funcional-Programática: 27.812.0027
Atividade: 2.074 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 1
Valor: R\$ 43.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 2
Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Cultura
Funcional-Programática: 13.392.0020
Atividade: 2.075 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 1
Valor: R\$ 15.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações diretas dec. operação entre órgão
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 2
Valor: R\$ 1.000,00

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Turismo
Funcional-Programática: 23.695.0025
Projeto: 1.023 - Revitalização da Praça da Bandeira
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 1
Valor: R\$ 1.000,00
Projeto: 1.024 - Construção de Terminal de Passageiros Transatlânticos
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 2
Valor: R\$ 1.000,00
Projeto: 1.025 - Construção de Receptivo de Apoio em Terra Enxada das Garoupas
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 3
Valor: R\$ 1.000,00
Projeto: 1.026 - Desapropriação de Áreas para Equipamentos Turísticos
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 4
Valor: R\$ 1.000,00
Funcional-Programática: 23.695.0026
Atividade: 2.056 - Sensibilização Turística
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 10
Valor: R\$ 2.500,00
Atividade: 2.062 - Revitalização de Atrativos Turísticos
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos: 500 (0.1.0000) - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 18
Valor: R\$ 6.000,00

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 14 dias do mês de agosto de 2012.
OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO
Prefeito

Porto União

PREFEITURA

Portaria Nº 062/2012

PORTARIA Nº 062, de 14 de agosto de 2012.
Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar os danos causados a terceiro em acidente que culminou com a morte da Senhora REGINA MARIA VANIN, pelo Servidor Público Municipal SÉRGIO ROCHA CHAVES, e consequentemente, o ressarcimento dos danos causados ao requerente, por motivos registrados no Boletim de Ocorrência de Trânsito nº 68521/BO 3878 da 1ª Cia do 3º BPM de Santa Catarina, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, ao Sr. Sérgio Rocha Chaves, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, que constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:
I- Rodrigo Bonin Leão - Presidente;
II- Vivian Juliane Stasiak Camargo Schier - Secretária;
III- Alfonso Vezaro - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Retificação do Edital de Carta Convite 002/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 115/2012

Extrato de Retificação do Edital de Carta Convite 002/2012

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública a retificação do Edital de Processo Licitatório nº 114/2012, tendo em vista as modificações do edital, altera - se a data do mesmo para 27/08/2012, as 14:00 horas. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, site www.portouniao.sc.gov.br, email licitacao@portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 16 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 5.317

LEI Nº 5.317 de 13 de Agosto de 2012

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 2.016.792,28 (dois milhões, dezesseis mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.01 GABINETE DO PREFEITO

2.064 Manutenção do Departamento da Guarda Municipal

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 31.376,27

04.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

04.01 PROCURADORIA JURÍDICA

2.008 Manutenção da Procuradoria Jurídica

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 196.577,80

05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

05.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, URBANO E MEIO AMBIENTE

2.009 Manutenção do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 85.524,73

05.03 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.011 Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 33.575,99

05.05 DEPARTAMENTO DE PROJETOS

2.013 Manutenção do Departamento de Projetos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 36.036,58

05.06 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

2.060 Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 394.767,31

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

06.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2.016 Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 233.382,04

2.071 Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.71.00 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 630,00

06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

2.018 Manutenção de Departamento de Recursos Humanos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 77.823,93

3.1.91.00 Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentária R\$ 386.579,12

07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

07.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA

2.021 Manutenção do Gabinete do Secretário da Fazenda

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 127.296,28

2.022 Pagamento da Dívida Fundada Interna

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.6.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

4.6.90.00 Aplicações Diretas R\$ 71.204,15

07.02 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.023 Manutenção do Departamento de Fiscalização Tributária

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 89.094,90

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

09.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

2.044 Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Econômico Nacional

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 16.264,16

11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

11.01 GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

2.041 Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Agricultura

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 14.546,33
 11.02 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
 2.042 Manutenção do Departamento de Agricultura
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 142.704,14
 12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
 12.02 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.105 Manutenção do Gabinete do Secretário Assis-tência Social
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 64.795,38
 2.106 Manutenção do Departamento de Assistência Social
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 14.613,17
TOTAL R\$ 2.016.792,28

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 2.016.792,28 (dois milhões, dezesseis mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00 GABINETE DO PREFEITO

02.01 GABINETE DO PREFEITO
 2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 25.203,24
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 2.894,23
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS
 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 7.045,50
 2.012 Manutenção do Departamento de Trânsito
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 14.664,71
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 63.342,45
 2.064 Manutenção do Departamento da Guarda Municipal
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 26.955,23
 02.02 DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL
 2.003 Manutenção do Departamento da Defesa Civil
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 19.219,35
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 20.910,65
 02.04 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 2.004 Manutenção do Departamento de Comunicação Social
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 47.898,84
 02.05 DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE
 2.005 Manutenção do Departamento de Expediente
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 42.365,63
 02.06 DEPARTAMENTO DO PROCON
 2.006 Manutenção do Departamento do Procon
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 22.966,71
 03.00 GABINETE DO VICE PREFEITO
 03.01 GABINETE DO VICE PREFEITO
 2.007 Manutenção do Gabinete do Vice Prefeito
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 18.668,37
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 3.104,69
 04.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
 04.01 PROCURADORIA JURÍDICA
 2.008 Manutenção da Procuradoria Jurídica
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 7.502,20
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS
 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 05.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
 2.009 Manutenção Gab. Sec. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 32.332,37
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS
 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 05.03 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
 1.001 Desapropriação de Imóveis
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL
 4.5.00.00 INVERSÕES FINANCEIRAS
 4.5.90.00 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 05.06 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
 2.014 Manutenção do Departamento de Meio Ambiente
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 61.478,93
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 24.218,50

 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 06.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
 2.016 Manutenção do Gabinete do Sec. de Administração
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 47.180,60
 2.015 Manutenção do Departamento de Informática
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.603,79
 06.02 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
 2.017 Manutenção do Departamento de Patrimônio
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 26.396,10
 06.04 DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS
 2.019 Manutenção do Departamento de Compras
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 7.227,41
 2.056 Manutenção do Departamento de Processos Licitatórios
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 23.385,75

06.05 DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA

2.020 Manutenção do Departamento de Previdência

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 15.268,00

07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

07.01 GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA

2.021 Manutenção do Gabinete do Secretário da Fa-zenda

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 21.062,73

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 9.102,00

2.010 Manutenção do Departamento de Cadastro Multifinalitário

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 45.649,32

2.022 Pagamento da Dívida Fundada Interna

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.2.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

3.2.90.00 Aplicações Diretas R\$ 153.727,18

07.03 DEPARTAMENTO CONTÁBIL

2.024 Manutenção do Departamento Contábil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 11.592,31

07.04 DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA

2.025 Manutenção do Departamento de Tesouraria

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.712,81

07.05 DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO

2.026 Manutenção do Departamento de Arrecadação

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 81.394,46

07.06 DEPARTAMENTO DE PROTOCOLO

2.027 Manutenção da Divisão de Protocolo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 26.899,51

09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

09.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREENDEDORISMO

2.047 Incentivo as Empresas

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

2.043 Manutenção do Gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 17.989,62

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 12.048,34

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

09.04 DEPARTAMENTO DE TURISMO

1.006 Ampliação e Reestruturação do Centro do Evento Hermann Purnhagen - Contrapartida

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.045 Manutenção do Departamento de Turismo

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 57.783,35

2.046 Promoção e Realização de Eventos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 24.562,84

11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

11.01 GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

1.054 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 98.337,00

2.041 Manutenção do Gabinete do Secretário Municipal de Agricultura

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.975,13

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 901,00

11.02 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2.042 Manutenção do Departamento de Agricultura

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 9.441,79

2.062 Programa Compra Direta do Produtor Rural - Contrapartida

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 87.500,00

11.03 DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA

2.110 Manutenção do Departamento de Pecuária

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 58.564,88

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 4.254,31

12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

12.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

2.057 Conselho Tutelar

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 8.163,55

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 26.590,71

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 9.562,00

12.02 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.105 Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência Social

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 37.605,67

12.03 DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

2.065 Manutenção do Fundo de Habitação

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 348.384,46

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2.111 Manutenção do Departamento de Habitação

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 31.554,06

TOTAL R\$ 2.016.792,28

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

13 de Agosto de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

Portaria 0727/RH

PORTARIA Nº. 0727/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria N.º 0541/RH de 05/07/2012, a qual nomeia Sra. ANGELA MARIA DE ANDRADE PALHANO para exercer o cargo de provimento efetivo, Professor de Artes, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, devido a sua desistência.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de agosto de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

RIs

Portaria Nº 0827/RH

PORTARIA Nº 0827/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em gozo, no período de 13/08/2012 a 10/11/2012, referente ao quinquênio 10/08/2007 A 07/08/2012, ao servidor municipal ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista, classe F.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Agosto de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

TAS

10º Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2009

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 002/2009 firmado em 14/09/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISTELA MARCOLINO FARIAS

SILVEIRA, portador(a) do CPF nº 807.804.409-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 002/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 002/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

MARISTELA MARCOLINO FARIAS SILVEIRA

Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

10º Termo Aditivo ao Contrato Nº 006/2009

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2009 firmado em 21/09/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANIELI SASSE, portador(a) do CPF nº 056.035.849-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 006/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANIELI SASSE

Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .



10º Termo Aditivo ao Contrato Nº 016/2009

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2009 firmado em 05/10/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA, portador(a) do CPF nº 003.723.399-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 016/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 016/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

10º Termo Aditivo ao Contrato Nº 028/2009

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 028/2009 firmado em 27/10/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IRMA CAROLINA WOJAHN, portador(a) do CPF nº 001.334.220-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 028/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 028/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

IRMA CAROLINA WOJAHN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

10º Termo Aditivo ao Contrato Nº 030/2009

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 030/2009 firmado em 03/11/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MANOEL VICENTE LAMIN, portador(a) do CPF nº 762.875.059-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 030/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 030/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/10/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MANOEL VICENTE LAMIN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

10º Termo Aditivo ao Contrato Nº 034/2009

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2009 firmado em 09/11/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IDELBERTO ROSATTI, portador(a) do CPF nº 066.944.389-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0456/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0456/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VILMAR SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 461.849.619-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0456/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0456/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/10/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

VILMAR SCHMIDT
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0461/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0461/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIO RAITZ, portador(a) do CPF nº 399.686.429-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0461/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0461/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/10/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MARIO RAITZ
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0466/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0466/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE SEVERINA LUZ TOBIA, portador(a) do CPF nº 741.701.479-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0466/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0466/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANETE SEVERINA LUZ TOBIA
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0480/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0480/2009 firmado em 18/05/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO PAULO CUNHA, portador(a) do CPF nº 020.918.289-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0480/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0495/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0495/2009 firmado em 18/05/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GILMARA DA ROSA, portador(a) do CPF nº 027.002.369-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0495/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0495/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

GILMARA DA ROSA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0513/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0513/2009 firmado em 25/05/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NADIR XAVIER, portador(a) do CPF nº 466.489.929-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0513/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0513/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

NADIR XAVIER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0517/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0517/2009 firmado em 25/05/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MELANIA STAROWSKI, portador(a) do CPF nº 659.722.609-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0517/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0517/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MELANIA STAROWSKI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0526/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0526/2009 firmado em 01/06/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAIR SBORZ DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 939.495.709-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0526/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

Nome: . Nome: .
CPE: . CPE: .

11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0587/2009

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0587/2009 firmado em 22/06/2009, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSI ERHARDT BOIMER, portador(a) do CPF nº 024.012.349-26, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0587/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0587/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ROSI ERHARDT BOIMER
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 567/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 567/2012 firmado em 07/05/2012, com término previsto para 06/08/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI DE ANDRADE DANKER, portador(a) do CPF nº 920.656.949-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 567/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 567/2012, iniciando-se a prorrogação em 07/08/2012 e encerrando-se em 27/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MARLI DE ANDRADE DANKER
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 447/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 447/2012 firmado em 15/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAMILE DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 447/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 447/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 21/12/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JAMILE DE OLIVEIRA
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 475/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 475/2012 firmado em 16/02/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 475/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

475/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 21/12/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ANA PAULA DIECKMANN
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 515/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 515/2012 firmado em 01/03/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIDELMA SIMAO ARSENO, portador(a) do CPF nº 036.645.999-69, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 515/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 515/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SIDELMA SIMAO ARSENO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 521/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 521/2012 firmado em 08/03/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no

Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RUBIA PEREIRA ROSETI, portador(a) do CPF nº 056.357.869-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 521/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 521/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

RUBIA PEREIRA ROSETI
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 527/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 527/2012 firmado em 12/03/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CORINA CAETANO ALVES, portador(a) do CPF nº 851.055.979-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 527/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 527/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

CORINA CAETANO ALVES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 534/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 534/2012 firmado em 02/04/2012, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SABRINA APARECIDA JACQUES FRANCO, portador(a) do CPF nº 078.857.799-98, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 534/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 534/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SABRINA APARECIDA JACQUES FRANCO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 330/2011

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 330/2011 firmado em 21/09/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) DANIELE CRISTIANE DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 060.683.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 330/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 330/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

DANIELE CRISTIANE DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 335/2011

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 335/2011 firmado em 10/10/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELIZETI FERNANDES, portador(a) do CPF nº 052.918.729-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 335/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 335/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELIZETI FERNANDES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 298/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2011 firmado em 22/08/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) NIVALDA APARECIDA BUCHLING, portador(a) do CPF nº 563.650.719-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

Nome: . Nome: .
CPE: . CPE: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 306/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 306/2011 firmado em 22/08/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE APARECIDA DE SOUZA MOURA, portador(a) do CPF nº 017.757.869-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 306/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 306/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELIANE APARECIDA DE SOUZA MOURA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 307/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 307/2011 firmado em 22/08/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLENIR BECKER, portador(a) do CPF nº 066.601.259-81, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 307/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 307/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

SOLENIR BECKER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 308/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2011 firmado em 23/08/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA, portador(a) do CPF nº 732.728.179-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 309/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2011 firmado em 23/08/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NOEMIA HINKEL MUTSCHLER, portador(a) do CPF nº 645.480.159-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 315/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 315/2011 firmado em 05/09/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVONE BERNARDINO, portador(a) do CPF nº 722.266.099-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 315/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 315/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

IVONE BERNARDINO
Contratado(a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 319/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2011 firmado em 16/09/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TEREZINHA HELENA DE MORAES, portador(a) do CPF nº 637.118.939-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 319/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 319/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

TEREZINHA HELENA DE MORAES
Contratado(a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 320/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2011 firmado em 19/09/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ARCELINA BENTO DE ANDRADE, portador(a) do CPF nº 592.029.639-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 320/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 320/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

MARIA ARCELINA BENTO DE ANDRADE
Contratado(a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 322/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2011 firmado em 19/09/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) HELENA MARIA ESPINDOLA DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 036.481.919-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 322/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

322/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

HELENA MARIA ESPINDOLA DE SOUZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 323/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 323/2011 firmado em 14/09/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JANETE REGINA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 792.124.689-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 323/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 323/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JANETE REGINA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 325/2011

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2011 firmado em 19/09/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto

no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) IANDRA SUZANA SIMON, portador(a) do CPF nº 928.916.329-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 325/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 325/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

IANDRA SUZANA SIMON
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 076/2011

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2011 firmado em 27/01/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) HIPOLITO ELOIR RAIMUNDO, portador(a) do CPF nº 062.175.259-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 076/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 076/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

HIPOLITO ELOIR RAIMUNDO
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 127/2011

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2011 firmado em 02/02/2011, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANO XAVIER, portador(a) do CPF nº 023.372.549-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 127/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 127/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

LUCIANO XAVIER
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 252/2010

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2010 firmado em 14/06/2010, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JESSE MORAES, portador(a) do CPF nº 047.707.979-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 252/2010, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

JESSE MORAES
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 254/2010

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2010 firmado em 14/06/2010, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES, portador(a) do CPF nº 501.353.410-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 254/2010, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ANTONIO OLMIRO AVILLA CARPES
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 259/2010

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2010 firmado em 28/06/2010, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BRUNA LARISSA MULLER PAULITISKY, portador(a) do CPF nº 056.922.929-47, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

9º Termo Aditivo ao Contrato N° 108/2009

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2009 firmado em 16/02/2010, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GLAUCI HELENA TEODORO, portador(a) do CPF nº 003.457.319-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 108/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 108/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 31/08/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

GLAUCI HELENA TEODORO

Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

9º Termo Aditivo ao Contrato N° 167/2010

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2010 firmado em 03/03/2010, com término previsto para 31/07/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORAT ELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELAINE BESCHTOLD, portador(a) do CPF nº 075.677.219-29, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 167/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 167/2010, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2012 e encerrando-se em 30/09/2012."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10 de Julho de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI
Secretário de Administração

ELAINE BESCHTOLD
Contratado((a))

Testemunhas:

Nome: . Nome: .
CPF: . CPF: .

Contrato Administrativo 602/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 602/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA LENZI portador(a) do CPF nº 042.159.109-70, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Daniel Andreatta, 200, Bairro Sumaré, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Inglês , com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Aníbal de Barba, em substituição a Luciano Dias (em licença prêmio).

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.088,28 (mil e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/08/2012 e encerrando-se em 29/10/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivo em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLAÚSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante

iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 14 de agosto de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
SABRINA LENZI
Secretário Municipal de Educação
Contratado (a)

Editais de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Maico Pires de Moraes	12.228.942/0001-00	135472
Waldir Petris	247.526.909-00	133879
Manoel Lacerda	383.233.629-04	133527
Antonia Maria da Silva	838.371.403-34	134886
Avelino Kumz	383.217.189-49	134781
Leonardo Schroeder	009.149.759-00	134929
Adeline Schaffer Nau	046.938.749-14	135217
Reimar Siegfried Neuber	009.657.589-15	135160
Luciana Machado	008.803.589-12	135233
Anderson Feifarech	047.010.349-32	134750
Otilo Black	066.903.609-97	135328
Gelsemar Schaffer	031.760.629-82	135580
Isabel Scharam Brito	569.413.159-20	135216

Rio do Sul, 14 de agosto de 2012.
EUGÊNIO VICENZI LEONICE WITTE
Secretário Municipal da Fazenda Protocolo Geral

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 060/2012

Decreto Municipal nº 060/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 5.000,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA

Função: 13 CULTURA

Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 1301 DIFUSÃO CULTURAL

Projeto/Atividade: 4032 MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIV. CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA

Função: 13 CULTURA

Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 1301 DIFUSÃO CULTURAL

Projeto/Atividade: 4032 MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIV. CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 50 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCR

Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUC

Sub-Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU

Valor: R\$ 2.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA

Função: 13 CULTURA

Sub-Função: 392 DIFUSÃO CULTURAL

Programa: 1301 DIFUSÃO CULTURAL

Projeto/Atividade: 4032 MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIV. CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS

Valor: R\$ 3.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de agosto de 2012.

Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0

PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Decreto Municipal Nº 061/2012

Decreto Municipal nº 061/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 25.800,00

TANIA REGINA DALPIZZOL, GESTOR de SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 25.800,00 (vinte e cinco mil e oitocentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAUDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4016 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 11.000,00

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 SAÚDE

Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa: 1001 SAUDE PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4016 MANUT. DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

TES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 14.800,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: Excesso de Arrecadação

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do GESTOR, em 10 de agosto de 2012.

Decreto Municipal Nº 062/2012

Decreto Municipal nº 062/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 25.000,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil

reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de agosto de 2012.

Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0

PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Portaria Nº. 282/2012

PORTARIA Nº. 282/2012 DE 15 DE AGOSTO 2012.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Salto Veloso.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 676/93 de 20.04.93;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Direitos Da Criança e do Adolescente do Município de Salto Veloso, pelo período de dois anos, os seguintes representantes de entidades governamentais e não governamentais do município conforme abaixo segue:

1 - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

1.1 Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Márcia Suldovski

Suplente: Mirian Giacomini

1.2 Representantes da Administração Pública:

Titular: Sibeles Santian Gaio

Suplente: Gilmar Paulo Conte

1.3 Representantes do Departamento de Assistência Social:

Titular: Ana Célia de Oliveira

Suplente: Luciane Fátima Spinelli dos Santos

2 - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

2.1 Representantes da Associação de Pais e Professores da Escola Estadual Cecília Vivian:

Titular: Bernardete Verona

Suplente: Monize Turmina

2.2 Representantes do Conselho de Pais do Centro Municipal de Educação Infantil "Nona Vergínia" :

Titular: Juliana Basso Ansiliero

Suplente: Cristiane Lázzari Sonda

2.3 Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Elizete Farenzena Pasin

Suplente: Ademir Jung

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 15 de agosto de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. Dp00283/2012

PORTARIA Nº. DP00283/2012

PORTARIA QUE CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. VERONI RAQUEL FRANCIOSI, pelo período de 60 dias.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 15 de Agosto de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 252/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Materiais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINERAÇÃO LM LTDA.

DO OBJETO: Aquisição de saibro e cascalho para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de São Bento do Sul, conforme Convite nº 127/2012.

DO VALOR: R\$ 25.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 18 (dezoito) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 13 de julho de 2012.

ASS: ALISSON ANTONIO HASTREITER, pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município.

LANDIVO STOEBERL, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 257/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Reforma e ampliação da Creche Municipal Fada Madrinha, situada na Rua Pios Schindler, Bairro Alpino, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias, conforme memorial descritivo, projetos e de acordo com o Edital de Tomada de Preços nº 246/2012.

DO VALOR: R\$ 249.232,23 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 07 (sete) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 19 de julho de 2012.

ASS: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.

ANGELO DARCI TREML, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 265/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 265/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME.

DO OBJETO: Modernização do Condomínio Empresarial Colonial, no município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento

de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constante do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo nº SDR2500001507/2012, Convênio nº 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, conforme Edital de Tomada de Preços nº 250/2012 e constante do item 1 - Reforma do Condomínio Empresarial, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias e de acordo com o Processo nº SDR25 00001507/2012, Convênio nº 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra.

DO VALOR: R\$ 78.590,77 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de julho de 2012.

ASS: UWE STORTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

ALBERTO JUNIOR MINETTO, pela Empresa Contratada.

Extrato do Contrato Nº 266/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 266/2012

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Modernização do Condomínio Empresarial Colonial, no município de São Bento do Sul/SC, localizado na Interseção da Avenida São Bento com a Rua João Pauli, com fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias constante do Plano de Trabalho e de acordo com o Processo nº SDR2500001507/2012, Convênio nº 4.849/2012-6 através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Mafra, conforme Edital de Tomada de Preços nº 250/2012 e constante do item 2 - Mão de obra e fornecimento de material para adequação da parte elétrica, telefone e preventivo elétrico no Condomínio Empresarial Colonial, conforme memorial descritivo e projetos.

DO VALOR: R\$ 229.976,70 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de julho de 2012.

ASS: UWE STORTZ, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município.

ANGELO DARCI TREML, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 247/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 247/2012

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 359/2011, firmando entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 14 de dezembro de 2011, conforme Edital de Concorrência Pública nº 356/2011.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, sinalização viária para pavimentação asfáltica das Ruas Carlos Goertler, Jorge Bayerl, Luis Fernando Hastreiter e Miguel Gschwendtner, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato BADESC CIDADES nº 2011008600, e devido às condições climáticas da região e imprevistos ocorridos durante este período impedindo a execução dos serviços dentro do prazo pré-determinado, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução por 02 (dois) meses, a contar de 10 de julho de 2012 e com término em 09 de setembro de 2012 e a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 14 de agosto de 2012 e com término em 13 de outubro de 2012.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo,

firmado em 14 de dezembro de 2011, Termo Aditivo nº 105/2012 de 13 de março de 2012 e Termo Aditivo nº 175/2012 de 07 de maio de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 09 de julho de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

MAURÍCIO VOGELSANGER, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 055/2012- FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 055/2012

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Medicamentos de nº 020/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa SESI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, em 13 de fevereiro de 2012, conforme Edital de Pregão Presencial nº 6/2012.

Considerando o objeto do Contrato que consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos alopáticos, éticos, similares, genéricos e fornecimento de medicamentos prescritos por médicos para pacientes do SUS deste Município, conforme Revista ABC Farma, que não façam parte da Farmácia Básica, e em virtude do aumento considerável na procura de medicamentos pela população que não estão em nossa padronização, faz-se necessário aditar o contrato no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de fevereiro de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de julho de 2012.

Ass: MARCUS MALUF, pelo Fundo.

HERMES TOMEDI, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 181/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 181/2012

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios na Área de Direito Tributário de nº 134/2010 firmando entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o SR. LUCIANO MAIA BASTOS, em 13 de maio de 2010, conforme Convite nº 120/2010.

Considerando o término do Contrato no dia 12 de maio de 2012, que tem como objeto a prestação de serviços advocatícios na área do direito tributário com o objetivo específico de ingressar e acompanhar o trâmite de ação judicial contra a Receita Federal, pela aplicação de multa pelo não recolhimento de PIS/PASEP no período compreendido entre julho de 2004 a março de 2005 em valor aproximado de R\$ 540.000,00 mais correções, por parte do Município de São Bento do Sul até última instância, se necessário. Apresentar todos os recursos necessários - Agravos de Instrumento e regimental, Embargos de Declaração, apelações, contrarrazão de apelação, recurso especial, recurso extraordinário e demais - até decisão final em última instância, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 13 de maio de 2012 e com término em 12 de maio de 2013, com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de maio de 2010 e Termo Aditivo nº 167/2011 de 12 de maio de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

LUCIANO MAIA BASTOS, como Contratado.

Extrato do Termo Aditivo Nº 235/2012
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 235/2012

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 201/2011, firmando entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERV PLUS LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA EPP, em 30 de junho de 2011, conforme Edital de Pregão Presencial nº 189/2011.

Considerando o término do Contrato no dia 30 de junho de 2012, que tem como objeto a prestação de serviços de mão de obra especializada para limpeza geral, manutenção e serviços de copa, juntamente com todos os equipamentos necessários para o desenvolvimento dos serviços e materiais a serem utilizados na limpeza, manutenção e copa, fica prorrogada a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de julho de 2012 e com término em 31 de dezembro de 2012, sendo que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, conforme Cláusula Nona - Da Vigência, com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Devido à nova sede do Centro Administrativo Municipal e Espaço Municipal que abrigará diversas secretarias do Município, situado na Rua Benjamin Constant, Centro, faz-se necessário incluir no Contrato os serviços de mais 01 (uma) servente, com carga horária de 8 horas/dia, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, e com o valor mensal de R\$ 1.759,34 (hum mil, setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos) referente à mão de obra, e o custo de R\$ 347,00 (trezentos e quarenta e sete reais) referente ao fornecimento dos materiais, com base no Artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93. Visando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, o valor total mensal de R\$ 31.781,68 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta e oito centavos) passa para R\$ 34.444,99 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e nove centavos), com base no Art. 65, II, alínea d, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 30 de junho de 2011, Termo Aditivo nº 007/2012 de 03 de janeiro de 2012 e Termo Aditivo nº 205/2012 de 01 de junho de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de junho de 2012.
Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
ZENILDO MARÇAL NUNES, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo Aditivo Nº 249/2012
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 249/2012

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 199/2011, firmando entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LAÉRCIO DE SOUZA MANUTENÇÃO ME - SINAL VERDE, em 22 de junho de 2011, conforme Convite nº 188/2011.

Considerando o objeto do Contrato que consiste na prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, assistência técnica dos equipamentos semaforicos, com fornecimento de relatório mensal detalhado dos serviços prestados em todos os semáforos do município de São Bento do Sul, e tendo em vista que a Contratada ingressou com pedido administrativo requerendo reajuste no valor do Contrato, com base no IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, uma vez que foi efetuada sua prorrogação com base no Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Considerando que, anteriormente não havia a exigência por parte do Contratante de Registro no CREA e Credencial de Técnico, faz-se necessário a inclusão do valor mensal de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais) em virtude das novas despesas supracitadas. Fica alterado a partir de 01 de julho de 2012 o valor mensal do contrato de R\$ 1.716,00 (hum mil, setecentos e dezesseis reais) junto com o valor de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco

reais) para R\$ 2.009,03 (dois mil, nove reais e três centavos), reajuste na ordem de 5,13% e com base no Art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666/93.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 22 de junho de 2011, Termo Aditivo nº 374/2011 de 29 de dezembro de 2011 e Termo Aditivo nº 208/2012 de 05 de junho de 2012, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de julho de 2012.
Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
LAÉRCIO DE SOUZA, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo de Rescisão do Contrato Nº 071/2012
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 071/2012

DA ESPÉCIE: Fica rescindido o Contrato de nº 071/2012 de Fornecimento de Leite Integral, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAGNALAT DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, a partir de 06.06.2012.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2012.
Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
REGINA APARECIDA MAGNABOSCO, pela Empresa Contratada.

Extrato do Termo de Rescisão do Contrato Nº 316/2011
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 316/2011

DA ESPÉCIE: Fica rescindido o Contrato de nº 316/2011 de Prestação de Serviços de Controle de Tráfego em Tempo Real, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ATTA TECNOLOGIAS AVANÇADAS, a partir de 11.06.2012.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2012.
Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.
RAFAEL MARANA SCALA, pela Empresa Contratada.

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1488/2012 e 1489/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1488/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADU2432	54075928D	6920/0	19/03/2012	R\$ 127,69	233
AES4852	54857030C	6610/2	20/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
AEV6201	54075922D	6920/0	19/03/2012	R\$ 127,69	233
AJZ7782	54077685D	6920/0	09/05/2012	R\$ 127,69	233
APK6361	54072899D	6599/2	01/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXI1310	54075924D	6920/0	19/03/2012	R\$ 127,69	233
MAI0112	54077176D	6599/2	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAS6366	54075662D	6548/2	26/03/2012	R\$ 85,12	229
MAS6366	54075663D	5169/1	26/03/2012	R\$ 957,69	165
MAU7922	54077594D	6912/0	19/05/2012	R\$ 53,20	232
MBI6831	54072780D	6912/0	23/02/2012	R\$ 53,20	232
MBR3415	55439355C	6700/1	23/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MCL5896	54075240D	6599/2	20/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCM9890	54077587D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEK5976	54077271D	6599/2	17/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEK5976	54077272D	5010/0	17/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEN3107	54075032D	6920/0	19/03/2012	R\$ 127,69	233
MGG0371	54075097D	6742/0	16/05/2012	R\$ 127,69	230 * XX
MGU0835	54857027C	6599/2	20/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHN6362	54075224D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIN2923	54075683D	5169/1	20/05/2012	R\$ 957,69	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE AGOSTO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1489/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGQ2198	54075234D	6270/0	20/05/2012	R\$ 127,69	220 * II
AHH0054	54043604D	5541/2	13/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AMJ5141	54043591D	5452/1	07/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LXE6208	55441669C	5207/0	04/06/2012	R\$ 53,20	169
LXE6208	55441670C	6050/2	04/06/2012	R\$ 191,53	208
LZA6957	54075719D	5185/1	17/04/2012	R\$ 127,69	167
MAS7974	54075322D	5479/0	10/05/2012	R\$ 85,12	181 * X
MCY9507	54075326D	6068/1	21/05/2012	R\$ 127,69	209
MEC7743	55440670C	7366/2	14/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MET3349	54043547D	7366/2	09/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEY8338	54073747D	5479/0	10/05/2012	R\$ 85,12	181 * X
MGG2791	54043667D	5541/2	08/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP0016	54044008D	7366/2	17/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHA8604	54043960D	5924/1	22/05/2012	R\$ 191,53	203 * I
MHA8604	54043961D	7099/1	22/05/2012	R\$ 85,12	244 * VII
MHB2907	54077263D	7366/2	19/03/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHF9954	54076086D	5460/0	15/05/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MIN2923	54075684D	5835/0	20/05/2012	R\$ 127,69	195
MIN2923	54075685D	5215/1	20/05/2012	R\$ 191,53	170

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE AGOSTO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 703/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 703/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA4319	8492039886	7463/0	08/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
AFP0967	8492040083	7455/0	13/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
AGD2782	8492039905	6050/3	13/05/2012	R\$ 191,53	208
AOG4283	8492040565	7463/0	30/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
EBM9095	8492040031	7455/0	07/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
LYC1867	8492040040	7463/0	08/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
LYL4724	8492040022	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
LZE3673	8492039926	7455/0	13/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAH3090	8492040049	7463/0	12/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
MAN1188	8492039990	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBU1681	8492040010	5673/2	12/05/2012	R\$ 85,12	183
MCF5779	8492040536	7455/0	26/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCL4420	8492040111	7455/0	09/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCT7791	8492039936	7455/0	07/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEG3612	8492039890	6050/3	09/05/2012	R\$ 191,53	208
MFI2563	8492040014	5673/2	11/05/2012	R\$ 85,12	183
MFL9955	8492040129	7455/0	09/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY4963	8492040021	7463/0	12/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
MHN1223	8492039968	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJF1868	8492039927	7455/0	14/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJZ8629	8492039971	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MKR0333	8492040511	7455/0	29/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MLX0888	8492040036	7455/0	13/05/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE AGOSTO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1486/2012 e 1487/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1486/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV1527	54077284D	6726/1	01/07/2012	230 * XVIII
AHD7731	55726735D	6700/1	11/07/2012	230 * XVI
COH7011	55726905D	6599/2	06/07/2012	230 * V
IFL9780	54076011D	5169/1	18/06/2012	165
LAF5219	54075262D	6599/2	16/06/2012	230 * V
LXR1640	55726859D	6912/0	14/07/2012	232
MFM4709	54075398D	6920/0	20/06/2012	233
MGW5035	54075148D	5010/0	22/07/2012	162 * I
MGW5035	54075149D	5118/0	22/07/2012	164 c/c 162 * I
MGW5035	54075150D	6637/2	22/07/2012	230 * IX
MGW5035	55443882C	5282/0	22/07/2012	176 * I
MHH7896	55726152D	6700/1	25/06/2012	230 * XVI
MHY6223	54075454D	6599/2	20/06/2012	230 * V
MIL1745	55439386C	6653/2	21/06/2012	230 * XI
MIM7947	55443884C	6700/1	22/07/2012	230 * XVI
MIU8024	55726860D	6599/2	14/07/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE AGOSTO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1487/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV1527	54077285D	5428/4	01/07/2012	181 * V
MDS2075	54043636D	5541/6	10/07/2012	181 * XVII
MEP9635	54076843D	5525/0	20/06/2012	181 * XV
MGW5035	54075142D	6270/0	22/07/2012	220 * II
MGW5035	54075143D	5835/0	22/07/2012	195
MGW5035	54075144D	5835/0	22/07/2012	195
MGW5035	54075145D	5835/0	22/07/2012	195
MGW5035	54075146D	5835/0	22/07/2012	195
MGW5035	54075147D	5835/0	22/07/2012	195
MGZ9288	55726602D	5452/1	29/06/2012	181 * VIII
MIL0721	54043756D	5460/0	20/07/2012	181 * IX
MKH1020	54043687D	5452/1	17/07/2012	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE AGOSTO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 702/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 702/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACV6079	8492041958	5673/2	08/07/2012	183
ADX2035	8492042042	7455/0	06/07/2012	218 * I
AFJ3241	8492041728	6050/3	01/07/2012	208
AKM8519	8492041891	6050/3	08/07/2012	208
AON0035	8492041978	7455/0	07/07/2012	218 * I
APS0891	8492042083	7455/0	10/07/2012	218 * I
CGR4719	8492041317	7455/0	15/06/2012	218 * I
COG3799	8492041287	7455/0	20/06/2012	218 * I
CVV3161	8492041248	5673/2	20/06/2012	183
DDM3993	8492040969	7455/0	07/06/2012	218 * I
DIR4027	8492041910	7455/0	07/07/2012	218 * I
DUG7648	8492041970	6050/3	11/07/2012	208
GXW0243	8492041894	7455/0	05/07/2012	218 * I
GXZ2210	8492041999	7455/0	08/07/2012	218 * I
IES7667	8492042088	7455/0	06/07/2012	218 * I
JKU6592	8492041775	7455/0	02/07/2012	218 * I
LXG5635	8492042027	7455/0	07/07/2012	218 * I
LXO9600	8492041909	7455/0	07/07/2012	218 * I
LXO9600	8492041916	7455/0	07/07/2012	218 * I
LYA8661	8492041983	5673/2	09/07/2012	183
LYK9082	8492042044	7455/0	08/07/2012	218 * I
LYV4894	8492041944	7455/0	09/07/2012	218 * I
LZB9694	8492041785	7455/0	02/07/2012	218 * I
LZM7798	8492042062	7455/0	07/07/2012	218 * I
MAH0234	8492041921	7471/0	05/07/2012	218 * III
MAI4488	8492041349	7455/0	15/06/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBN0352	8492042063	7455/0	08/07/2012	218 * I
MBP5148	8492041886	5673/2	11/07/2012	183
MBV6602	8492042018	7463/0	07/07/2012	218 * II
MBW5582	8492041861	7463/0	01/07/2012	218 * II
MBW7391	8492041752	6050/3	30/06/2012	208
MCT3841	8492041962	5673/2	11/07/2012	183
MDW6493	8492041229	5673/2	14/06/2012	183
MEA3404	8492041313	7455/0	17/06/2012	218 * I
MEC3182	8492042001	7455/0	11/07/2012	218 * I
MEF3654	8492042025	7471/0	06/07/2012	218 * III
MEW4409	8492041701	7455/0	01/07/2012	218 * I
MFE0640	8492040826	5673/2	10/06/2012	183
MFL1020	8492041951	7455/0	11/07/2012	218 * I
MFR9581	8492041941	7455/0	09/07/2012	218 * I
MGD0318	8492041957	7463/0	07/07/2012	218 * II
MGJ2627	8492041841	7455/0	03/07/2012	218 * I
MGN6371	8492041953	7455/0	05/07/2012	218 * I
MGS8214	8492042084	7455/0	11/07/2012	218 * I
MHA0558	8492042005	7455/0	07/07/2012	218 * I
MHF7557	8492041946	7455/0	09/07/2012	218 * I
MHM7687	8492041803	7455/0	02/07/2012	218 * I
MHN1223	8492041930	7455/0	05/07/2012	218 * I
MHN1223	8492041986	7455/0	06/07/2012	218 * I
MHN1223	8492041993	7455/0	09/07/2012	218 * I
MHN1223	8492042009	7463/0	08/07/2012	218 * II
MIA9455	8492042061	7455/0	06/07/2012	218 * I
MID4343	8492041776	7463/0	03/07/2012	218 * II
MID4343	8492041789	7455/0	28/06/2012	218 * I
MIF8795	8492041919	7455/0	10/07/2012	218 * I
MIU2398	8492041038	7455/0	08/06/2012	218 * I
MIV9442	8492041876	7455/0	07/07/2012	218 * I
MJC2257	8492041996	7455/0	06/07/2012	218 * I
MJC7023	8492041212	7455/0	19/06/2012	218 * I
MJM8931	8492041612	7455/0	29/06/2012	218 * I
MJM8931	8492041638	7463/0	29/06/2012	218 * II
MKK2361	8492041142	7455/0	16/06/2012	218 * I
NFH6454	8492041772	7455/0	02/07/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NLO1910	8492042078	7455/0	11/07/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 14 DE AGOSTO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

SAMAE

Pregão 43/2012
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 43/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 28/08/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço por item, para: AQUISIÇÃO BOMBA MOTOR 20HP, ROTOR DE 240MM. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderá ser obtido na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet (www.samaesbs.sc.gov.br).

CLAUDETE STAWNY
Pregoeira

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Retificação Na Abertura da Sessão ao Processo 130/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2012 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2012; PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS EM 09/08/2012 - Edição Nº 1052 PAG 160, no que se refere a DATA leia-se 27/08/2012 Às 10:30 horas. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 09/08/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 09/08/2012 até 09/08/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		72.575,34
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	44.446,50
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	20.000,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Prog melhor acesso qualidade - PMAQ INVESTIMENTOS	20.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	12.487,92
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PTMC	1.487,92
4.1.7.2.1.34.04.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PFMC -II	6.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PVMC	4.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.958,58
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	11.958,58
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	28.128,84
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	28.128,84
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	16.877,30
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	11.251,54

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 15/08/2012

ROBERTO ZOLET

CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Anexo do Decreto 100/2012 GLOSSÁRIO DE TERMOS

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO

Assiduidade: Avalia a frequência diária ao trabalho (frequência/regularidade, pontualidade, permanência e dedicação).

Disciplina: Avalia o comportamento do agente público quanto aos aspectos de observância aos regulamentos e orientação da chefia (respeito à hierarquia, formas de tratamento com colegas e público em geral etc).

Produtividade: Avalia o rendimento compatível com as condições de trabalho produzido pelo agente público (rendimento compatível às condições de trabalho, disponibilidade de material/equipamento, prazos etc).

Responsabilidade: Avalia como o agente público assume as tarefas que lhe são propostas, dentro das condições estabelecidas.

Qualidade no Trabalho: Avalia a eficiência, a eficácia e a efetividade dos trabalhos produzidos pelo agente público (atendimento aos prazos estabelecidos, necessidade de retrabalho, desempenho da função).

Competência Técnica: Avalia os conhecimentos e habilidades essenciais para a execução do cargo objeto da avaliação. Varia de acordo com a função desenvolvida. Suas especificações serão retiradas do mapeamento de cargos/funções elaborados pelo Sistema de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas na Área Pública (SIGEP) ou em documento oficial ou extra-oficial municipal pré-existente.

Criatividade: Avalia a capacidade criativa do agente público buscando novas soluções e atividades.

Capacidade de Iniciativa: Avalia a capacidade do agente público em tomar providências por conta própria dentro de sua competência (independência e autonomia na atuação, dentro dos limites estabelecidos).

Flexibilidade: Avalia a capacidade de flexibilidade do agente público diante dos fatos e situações de trabalho.

Relacionamento: Avalia o relacionamento do agente público no ambiente de trabalho (interação com a equipe, atendimento ao público).

Comprometimento: Avalia a dedicação e comprometimento do agente público na execução dos trabalhos e atividades.

Foco no Resultado: Avalia a visão, o direcionamento de ações do agente público em prol dos interesses da organização.

Ética Profissional: Avalia a conduta moral e a ética profissional no ambiente de trabalho (sigilo de informações, forma de execução das atribuições).

INDICADORES DE DESEMPENHO

Pontuação

Plenamente Satisfatório (PLS): Possui o fator em grau elevado. O comportamento apresentado pelo agente público supera as exigências do cargo/função que exerce.

5

Muito Satisfatório (MSA): Possui o fator em grau considerável. O comportamento apresentado pelo agente público atende satisfatoriamente às exigências do cargo/função que exerce.

4a 4,9

Satisfatório (SAT): Possui o fator em grau razoável. O comportamento apresentado pelo agente público atende razoavelmente às exigências do cargo/função que exerce.

3a 3,9

Pouco Satisfatório (POS): Possui o fator em grau bem pequeno. O comportamento apresentado pelo agente público aproxima-se do nível desejados em, contudo, alcança-lo.

2a 2,9

Insatisfatório (INS): Não possui o fator simplesmente. O comportamento apresentado pelo agente público está muito abaixo do nível desejado para o cargo/função que exerce.

1a 1,9

Este formulário deverá ser datado, assinado e carimbado pela chefia imediata, com a ciência do agente público e enviado ao Departamento de Recursos Humanos, até 10(dez) dias úteis da data do seu recebimento.

Boletim de Avaliação de Desempenho Para Estágio Probatorio

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

BOLETIM DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA ESTÁGIO PRO-BATORIO

I – IDENTIFICAÇÃO

Nome:	
Cargo:	
Matrícula:	Data do Ingresso:
Chefe Imediato:	Lotação:
Ano da Avaliação:	Nº da Avaliação:

II – DESEMPENHO,COMPETÊNCIA TÉCNICAS E ATITUDES NO TRABALHO

A - ASSIDUIDADE	1.Comparece regularmente ao trabalho.	
	2.Pontualidade – é pontual com horários e prazos.	
	3.Permanece no local de trabalho durante o expediente.	
	4. .Dedica- se á execução das tarefas,evitando interrupções e interferências alheias.	
	5.Informa, em tempo hábil,imprevistos que impeçam o seu comparecimento ou cumprimento de horário.	
	6.Cumpre a s tarefas.	
	7.Participa das atividades internas e externas com compromisso.	

Média do Fator : (A1+A2+A3+A4+A5+A6+A7) /7

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

B - DISCIPLINA	1.Exerce com zelo e dedicação às atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo/função.	
	2.Observa as normas legais e regulamentares estabelecidas pela instituições.	
	3.Cumpre as ordens superiores respeitando a hierarquia, exceto quando manifestantes ilegais.	
	4. Trata com gentileza os demais servidores e o público em geral.	
	5.Evita comentários comprometedores ao conceito do órgão/imagem dos servidores.	

Média do Fator : (B1+B2+B3+B4+B5) /5

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

C-PRODUTIVIDADE	1.Planeja e organiza as tarefas.	
	2.Define as prioridades na execução de suas tarefas.	
	3.Trabalha de forma regular e constante.	
	4.Agiliza o ritmo de trabalho em situações excepcionais /picos .	
	5. Domina as tecnologias / equipamentos/máquinas necessárias ao desempenho de suas atribuições, contribuindo para o aumento da capacidade produtiva.	
	6.Domina métodos e técnicas para execução de suas tarefas.	

Média do Fator : (C1+C2+C3+C4+C5+C6) /6

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

D - RESPONSABILIDADE	1.Inspira confiança demonstrando honestidade, integridade e imparcialidade na realização de suas atribuições e no relacionamento com as pessoas no ambiente de trabalho.	
	2.Zela pelo patrimônio da instituição usando racional e adequadamente ao materiais (consumo) e equipamentos de trabalho,e evitando desperdícios e gastos desnecessários.	
	3.Mostra – se comprometido e empenhado com trabalho que lhe é designado.	
	4.Cumpre com acordos,compromissos e obrigações que lhes são pertinentes.	
	5.Zela pela sua imagem profissional cuidando de sua aparência pessoal,trajando – se adequadamente ao cargo / função desempenhado.	
	6.Age com discrição,mantendo reserva sobre assuntos de interesse exclusivamente interno.	

Média do Fator : (D1+D2+D3+D4+D5+D6) /6

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

E – QUALIDADE NO TRABALHO	1.Os documentos da rotina da rotina burocrática do (a) servidor (a) demonstram clareza,objatividade denotando cuidado no seu feito e manuseio.	
	2.Domina os conhecimentos necessários.	
	3.Faz as atividades corretamente,com qualidade técnica e estética,evitando o retrabalho.	
	4.Utiliza de forma racional o tempo,cumprindo os prazos que lhes são dados para execução dos trabalhos.	
	5.Soluciona de forma rápida os problemas do usuário/cidadão.	
	6.Desempenha bem sua função.	

Média do Fator : (E1+E2+E3+E4+E5+E6) /6

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

F-COMPETÊNCIA TÉCNICA (relativo a educação)	1. Possui conhecimento técnico pedagógico em educação infantil.	
	2. Possui conhecimento do desenvolvimento da criança e do adolescente.	
	3. Possui capacidade de reger turma de alunos	
	4. Possui Capacidade de elaborar e aplicar planejamento pedagógico.	
	5.Tem disposição para aprender / manter – se informado.	
	6.Envolve – se com as políticas de educação / tem visão sistêmica.	
	7.Demonstra equilíbrio emocional em situações adversas,tratando as pessoas de forma respeitosa.	
	8.Sabe se comunicar dentro e fora da sala de aula.	
	9.Sabe ensinar e promover o aprendizado.	

Média do Fator : (F1+F2+F3+F4+F5+F6+F7+_F8+F9) /9

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

G-CRIATIVIDADE	1. Diante de um problema busca uma solução.	
	2.. Pensa em novas atividades.	
	3. Pensa em novas formas de executar uma atividade.	
	4.. Critica procedimentos e busca melhorá-los.	
	5.Conhece suas competências e trabalha para ampliar seus conhecimentos,habilidades e atitudes.	
	6.Tem habilidade de formular idéias,expandi-las e transformá - las numa solução concreta.	
	7.Traz soluções criativas quando faltam recursos(financeiros ou não) para um projeto / atividade.	

Média do Fator : (G1+G2+G3+G4+G5+G6+G7) /7

CONCEITO (PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

H-CAPACIDADE DE INICIATIVA	1.Procura conhecer a instituição inteirando se da sua estrutura e funcionamento, legislação,instruções,normas,manuais entre outros.	
	2. Procura inteirar – se no que se refere às atribuições paras as quais foram designado (a).	
	3. Busca encontrar soluções para os problemas do dia –a dia.	
	4. Encaminha correta e adequadamente os assuntos que fogem á sua alçada decisória para quem de direito.	
	5. Põe – se á disposição da chefia,espontaneamente,para aprender outros serviços e auxiliar os colegas	
	6.Colabora com o grupo contribuindo com o andamento dos trabalhos.	
	7.Apresenta idéias e procura tomar frente de novas situações	
	8.Mostra –se capaz de supera dificuldades.	
	9.Se antecipa na solução de problemas antes que eles aumentem.	
	10.Contribui para a proposição de alternativas.	
	11.Se antecipa a demandas de trabalho dos colegas ou do chefe.	
	12.Toma decisões,assumindo responsabilidade e risco na sua alçada.	

Média do Fato : (H1+H2+H3+H4+H5+H6+H7+_H8+H9+H10+H11+H12) /12

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

I-FLEXIBILIDADE	1.Aceita novas idéias,decisões e procedimentos que contribuam para melhoria dos serviços ou processos.	
	2.Reconhece e corrige suas falhas,ao invés de repeti-las	
	3.Muda de opinião ou de comportamento quando for convencido.	
	4.É aberto ao aprendizado.	
	5Tem postura flexível.	
	6.É aberto para implantar mudanças necessárias.	

Média do Fator : (I1+I2+I3+I4+I5+I6) /6

CONCEITO:(PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

J. RELACIONAMENTO	1. Colabora espontaneamente com o grupo de trabalho.	
	2. Apresenta boa capacidade de relacionamento e interação com a equipe.	
	3. Mantém um clima amistoso no ambiente de trabalho.	
	4. Apresenta bom relacionamento com o público atendendo com cortesia, cuidado e respeito.	
	5. É receptivo a críticas, discute – as, analisa-as e adota aquelas que proporcionam melhoria à instituição e ao local de trabalho.	
	6. Demonstra equilíbrio emocional.	
	8. Consegue relacionar – se com diferentes pessoas, de diferentes idades, graus de instrução, níveis hierárquicos, gênero e etnias.	
	Média do Fator : (J1+J2+J3+J4+J5+J6+J7+J8) /8	
CONCEITO: (PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))		

K- COMPROMETIMENTO	1. É dedicado ao trabalho que lhe é designado.	
	2. Cumpre as tarefas com eficiência.	
	3. Trabalha sempre pra que as tarefas grupais e individuais sejam cumpridas.	
	4. Respeita as normas da organização e departamento.	
	5. Termina o que começa e não deixa as coisas pela metade.	
	6. Pergunta o que não sabe e demonstra boa vontade em aprender.	
	Média do Fator : (K1+K2+K3+K4+K5+K6) /6	
CONCEITO: (PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))		

L- FOCO NO RESULTADO	1. Pensa mais nos fins do que nos meios.	
	2. Providencia ações necessárias para que as metas e tarefas sejam cumpridas tendo postura ativa.	
	3. Alcança as metas e atividades estabelecidas.	
	4. Prima pelo interesse público e acima do interesse privado ou corporativista.	
Média do Fator : (L1+L2+L3+L4) /4		

CONCEITO: (PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

M- ÉTICA PROFISSIONAL	1. Mantém sigilo em relação as informações da instituição.	
	2. Mantém sigilo das o as informações pertinentes á sua função/ trabalho.	
	3. Demonstra confiança para receber informações sigilosas..	
	4. Cumpre com seu posicionamento hierárquico e seus limites de atribuições.	
	5. Executa suas atribuições com probidade, moralidade, lealdade e decoro, demonstrando sempre a valorização do trabalho e da ética.	
	6. Demonstra respeito, discrição e seriedade no ambiente de trabalho	

Média do Fator : (M1+M2+M3+M4+M5+M6) /6

CONCEITO: (PLS(10);MSA(8,1 a 9,9);SAT(6,1 a 8,0):POS (4,1 A 6,0);INS(1 a 4,0))

DESEMPENHO GLOBAL	
Fator	Média Obtida
1. Fator 1 – Assiduidade	Ai=
2. Fator 2 – Disciplina	Bi=
3. Fator 3 - Produtividade	Ci=
4. Fator 4 - Responsabilidade	Di=
5. Fator 5 – Qualidade no Trabalho	Ei=
6. Fator 6 – Competência Técnica	Fi=
7. Fator 7 - Criatividade	Gi=
8. Fator 8 – Capacidade de Iniciativa	Hi=
9. Fator 9 - Flexibilidade	Li=
10. Fator 10 - Relacionamento	Ji=
11. Fator 11 - Comprometimento	Ki=
12. Fator 12 – Foco no Resultado	Li=
13. Fator 13 – Ética Profissional	Mi=
Média Geral: ((Ai+Bi+Ci+Di+Ei+Fi+Gi+Hi+Li+Ji+Ki+Li+Mi)/13)	

Ciente da Comissão de Avaliação do Estágio Probatório

Assinatura da Comissão

Assinatura da Comissão

Assinatura da Comissão

Assinatura da Comissão

Assinatura da Comissão

Data: __/__/__

Ciente da agente público

Assinatura

Data: __/__/__

INDICADORES DE DESMPENHO

Plenamente Satisfatório (PLS): Possui o fator em grau elevado.O comportamento apresentado pelo agente público supera as exigências do cargo/função que exerce.

Muito Satisfatório (MSA): Possui o fator em grau considerável.O comportamento apresentado pelo agente público atende satisfatoriamente às exigências do cargo/função que exerce.

Satisfatório (SAT): Possui o fator em grau razoável. O comportamento apresentado pelo agente público atende razoavelmente às exigências do cargo/função que exerce.,

Pouco Satisfatório (POS): Possui o fator em grau bem pequeno.O comportamento apresentado pelo agente público aproxima – se do nível desejado em,contudo,alcançá-lo.

Insatisfatório (INS): não possui o fator simplesmente.O comportamento apresentado pelo agente público está muito abaixo do nível desejado para o cargo/função que exerce.

Decreto 100/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 100/2012

Regulamenta a avaliação do Estágio Probatório com a lei e dá outras providências.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Este decreto regulamenta a avaliação de desempenho para fins de Estágio Probatório dos servidores nomeados para cargo efetivo.

Art. 2.º- Os requisitos s serem avaliados no período de Estágio Probatório são:

- I- Assiduidade;
- II- Disciplina;
- III- Produtividade;
- IV- Responsabilidade;
- V- Qualidade no Trabalho;
- VI- Competência Técnica;
- VII- Criatividade;
- VIII- Capacidade de Iniciativa;
- IX- Flexibilidade;
- X- Relacionamento;
- XI- Comprometimento
- XII- Foco no Resultado;
- XIII- Ética Profissional

Art. 3.º- A Avaliação será semestral e será realizada por Comissão Especial de Avaliação

§ 1º- O Prefeito Municipal constituirá Comissão Especial de Avaliação que será integrada por servidores efetivos, estávies e de nível igual ou mais elevado que o avaliado, se possível.

§2º- A última avaliação deverá ser concluída 30 (trinta) dias antes de completado o período de Estágio Probatório.

Art. 4.º- Decorrido o período do Estágio Probatório e a avaliação não houver sido feita, a Chefia do servidor será advertida pela omissão, constando-se a ocorrência dos registros funcionais.

Art. 5.º- A exoneração do servidor em Estágio Probatório, somente poderá ocorrer após a primeira avaliação.

Art. 6.º- A Avaliação do Estágio Probatório processar-se-á através de Boletim de Desempenho, que é parte integrante deste Decreto. Parágrafo Único: Será considerado apto o servidor que alcançar 70% (setenta por cento) de aprovação na avaliação.

Art. 7.º- O servidor avaliado deverá se manifestar, assinar o boletim em cada avaliação, recebendo cópia do mesmo, passando, então, a contar o prazo de 10 (dez) dias, para, querendo, apresentar defesa escrita de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.

Art. 8.º- Os servidores municipais admitidos por concurso público e que já estão fora do Período de Estágio probatório e que não foram devidamente avaliados, ficam considerados aptos e aprovados a partir deste Decreto.

Art. 9.º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10.º- Revogam-se as disposições em contrário

Art. 11.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Portaria N.º 282/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 282/2012

NOMEIA PRESIDENTE DA COMIS-SÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear como Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara, para direção e condução dos Processos de Licitação nº. 68/2012, 76/2012 e 79/2012 ,a Srta. FERNANDA STAHELIN matricula nº. 1313 inscrita no CPF/MF sob o nº. 037.172.719-70.

Art. 2.º-. Esta Portaria entrara em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2012.

Portaria 284/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 284/2012

Retira Função Gratificada da Servidora IVONE LUZIA VENTURA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar da servidora IVONE LUZIA VENTURA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria 285/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 285/2012

Concede Função Gratificada a Servidora LUANA REGINA SCHMITZ.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria 286/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 286/2012

Concede licença para tratamento de Saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 08/08/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/08/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria 287/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 287/2012

Concede licença para tratamento de Saúde a servidora ANDREIA APARECIDA ANDRÉ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANDREIA APARECIDA ANDRÉ, pelo período de 40 (quarenta) dias, a contar da data de 09/08/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/08/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Portaria N.º 283/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 283/2012

NOMEIA, DÁ POSSE E DETERMINA O INÍCIO DO EXERCÍCIO DE GABRIELA NASCIMENTO CANESIN PARA O CARGO DE

PROVIMENTO EFETIVO DE ENGENHEIRO CIVIL.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município bem como dos arts. 14 e 15, da Lei Complementar nº. 05/1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear GABRIELA NASCIMENTO CANESIN para o Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, Grupo IV, Atividade de Nível Superior - ANS, Letra A, com vencimento inicial de R\$ 1.402,03 (um mil, quatrocentos e dois reais e três centavos), carga horária semanal de 20 horas, em virtude de sua classificação n.º 02 no Concurso Público Municipal - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de dezembro de 2010.

Art. 2.º- Neste mesmo ato dá-se POSSE a servidora acima nomeada.

Parágrafo único. A servidora aqui nomeada e empossada entre em exercício neste dia 14/08/2012.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2012.

Termo de Posse Gabriela Nascimento Canesin

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

TERMO DE POSSE da Sra. GABRIELA NASCIMENTO CANESIN para o Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Ernei José Stähelin, no Gabinete do Prefeito Municipal, compareceu a Sra. GABRIELA NASCIMENTO CANESIN, brasileira, casada, residente e domiciliada no município de Florianópolis/SC, a fim de tomar posse no Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, em razão de sua aprovação na classificação n.º 02, no Concurso Público n.º 001/2010.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao emprego em que sou investida, envidando todo esforço e tudo quanto em mim couber ao bem no Município e dos meus concidadãos.”.

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela empossada.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN GABRIELA NASCIMENTO CANESIN
Prefeito Municipal Empossada

Schroeder

PREFEITURA

Portaria No 4.719/2012, de 14 de Agosto de 2012

PORTARIA No 4.719/2012, de 14 de agosto de 2012

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia Comissão Especial de Licitação para a realização de Concorrência Pública para exploração, mediante outorga, do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros no Município de Schroeder, de acordo com o art. 51, da Lei nº8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

- Orlando Tecilla - Presidente
- Ivandra de Souza - Secretária
- Letícia Gazola - Membro
- Fabieli Pilatti - Membro
- Vilmar Gaedtke Júnior - Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPA-SE.

Schroeder, 14 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT DENILSON WEISS

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

Dispensa Nº 11/2012-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 11/2012 - DL

Processo Nr.: 112/2012

Data: 15/08/2012

Folha: 1/2

Fornecedor: SINTESE PESQUISA E ASSESSORIA LTDA

Código: 12155

Endereço: RUA ITAJAI, Nº 371,

Cidade: JOINVILLE - SC

CNPJ: 02.603.313/0001-60

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação da Empresa especializada em pesquisas, para levantamento e busca do perfil sócio econômico e dados estratégicos para tomadas de decisões, bem como identificar a percepção dos moradores nas questões positivas e negativas referente o Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação da Empresa especializada em pesquisas, para levantamento e busca do perfil sócio econômico e dados estratégicos para tomadas de decisões, bem como identificar a percepção dos moradores nas questões positivas e negativas referente o Município de Schroeder. Plano de amostragem - Amostragem probabilística por cotas. Descrição - As entrevistas serão realizadas em horários diversos na cidade de Schroeder no mês de agosto de 2012. Distribuição das entrevistas - Serão realizadas 450 entrevistas, com pessoas acima de 16 anos de idade, distribuídas proporcionalmente à população residente da cidade. Quantitativo - Abordagem direta. As entrevistas serão realizadas por agentes pesquisadores da Síntese Pesquisas e Assessoria, com treinamento e acompanhamento de supervisores. Questionário aplicado contém 13 questões espontâneas e estimuladas; Público pesquisado - Moradores da cidade de Schroeder. Realização - Agosto 2012. Apresentação Pesquisa - A pesquisa será apresentada através de relatório impresso no formato de tabelas e gráficos contendo os estratos de todos os questionamentos realizados. Intervalo de confiança - Intervalo de confiança: estimado em 95%. Controle e Verificação - Fiscalização In loco. Conferência: Verificado 20% dos questionários.	UN	7.780,00	7.780,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Em busca de melhorias constantes, tentando detectar problemas e soluções através de opiniões e comentários da população, a administração optou por uma pesquisa ampla, através da Empresa SINTESE PESQUISA E ASSESSORIA LTDA, para conhecer os reais e atuais anseios dos munícipes, direcionando assim, todos os esforços possíveis, para o bem estar geral dos Schroedenses.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 11/2012 - DL****Processo Nr.: 112/2012****Data: 15/08/2012**

Folha: 2/2

SCHROEDER, 15 de Agosto de 2012

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 10 de Agosto de 2012

Valor da Despesa: 7.780,00 (sete mil setecentos e oitenta reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato de Contrato Nº. 144/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 144/2012-PMS

Dispensa de Licitação nº. 11/2012-PMS - Processo nº. 112/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SINTESE PESQUISA E ASSESSORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.603.313/0001-60, estabelecida na rua Itajaí, nº 371, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.201-090.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação da Empresa especializada em pesquisas, para levantamento e busca do perfil sócio econômico e dados estratégicos para tomadas de decisões, bem como identificar a percepção dos moradores nas questões positivas e negativas referente o Município de Schroeder/SC, sendo:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	<p>Contratação da Empresa especializada em pesquisas, para levantamento e busca do perfil sócio econômico e dados estratégicos para tomadas de decisões, bem como identificar a percepção dos moradores nas questões positivas e negativas referente o Município de Schroeder.</p> <p>Plano de amostragem - Amostragem probabilística por cotas.</p> <p>Descrição - As entrevistas serão realizadas em horários diversos na cidade de Schroeder no mês de agosto de 2012.</p> <p>Distribuição das entrevistas - Serão realizadas 450 entrevistas, com pessoas acima de 16 anos de idade, distribuídas proporcionalmente à população residente da cidade.</p> <p>Quantitativo - Abordagem direta. As entrevistas serão realizadas por agentes pesquisadores da Síntese Pesquisas e Assessoria, com treinamento e acompanhamento de supervisores.</p> <p>Questionário aplicado contém 13 questões espontâneas e estimuladas;</p> <p>Público pesquisado - Moradores da cidade de Schroeder.</p> <p>Realização - Agosto 2012.</p> <p>Apresentação Pesquisa - A pesquisa será apresentada através de relatório impresso no formato de tabelas e gráficos contendo os estratos de todos os questionamentos realizados.</p> <p>Intervalo de confiança - Intervalo de confiança: estimado em 95%.</p> <p>Controle e Verificação - Fiscalização In loco.</p> <p>Conferência: Verificado 20% dos questionários.</p>	1	Unidade	7.780,00	7.780,00
TOTAL R\$					7.780,00

Valor do contrato: R\$ 7.780,00 (sete mil, setecentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 15/08/2012 – Vigência: 30/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 17/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 17/2012-PMS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 17/2012-PMS, Processo de licitação nº. 94/2012-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço por item, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa de empresa especializada para atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM, atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM, elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM, para suprir as necessidades da Diretoria de Recursos Humanos, do Município de Schroeder /SC, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA, do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Empresa vencedora: CLINICA HENRI EY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.497.316/0002-50.

Valor da proposta vencedora: R\$ 7.150,00 (sete mil, cento e cinquenta reais).

Schroeder, 15 de agosto de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 143/2012-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 143/2012-PMS - Modalidade Tomada de Preços nº. 17/2012-PMS, Processo nº. 94/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLINICA HENRI EY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 80.497.316/0002-50, estabelecida na Rua Henrique Sohn, nº. 33, Bairro Czerniewicz, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89255-240.

Objeto: contratação de empresa de empresa especializada para atualização do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM, atualização do Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM, elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de acordo com a Norma Regulamentadora do TEM, para suprir as necessidades da Diretoria de Recursos Humanos, do Município de Schroeder /SC, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA, do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte

integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 7.150,00 (sete mil, cento e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 15/08/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA**Portaria No 3028, de 18 de Julho de 2012**

PORTARIA No 3028, DE 18 DE JULHO DE 2012

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Oliva Tomaselli Cristofolini.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA, da Servidora Pública Municipal OLIVA TOMASELLI CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-23, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do período do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00003/12-7, emitida em 19/03/2012, referente aos períodos de 01/09/1977 a 30/11/1977 e 16/03/1982 a 31/08/1993, totalizando 4.270 (quatro mil e duzentos e setenta) dias, correspondendo a 11 (onze) anos, 08 (oito) meses e 15 (quinze) dias de contribuição, e do tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina, certificado pelo IPREF, através da certidão nº 419/09, emitida em 05/05/2009, referente aos períodos de 06/05/1979 a 18/12/1979; 01/03/1980 a 28/02/1981; e 04/03/1981 a 04/09/1981, totalizando 787 (setecentos e oitenta e sete) dias, correspondente a 02 (dois) anos, 01 (um) mês e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo TIMBOPREV 016/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de julho de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 3029, de 18 de Julho de 2012

PORTARIA No 3029, DE 18 DE JULHO DE 2012

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria do Servidor Público Municipal Elias Dalcagtagne.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA, do Servidor

Público Municipal ELIAS DALCASTAGNE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-15, lotado no Fundo Municipal de Trânsito, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do período do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00010/12-3, emitida em 15/05/2012, referente aos períodos de 22/11/1976 a 13/01/1977; 29/03/1977 a 19/04/1977; 10/05/1977 a 21/06/1977; 08/03/1978 a 08/05/1978; 18/10/1982 a 09/11/1982; 12/09/1983 a 09/09/1987; 23/10/1987 a 06/11/1987; 18/01/1988 a 02/08/1988; 16/08/1988 a 11/01/1989; 18/04/1989 a 12/06/1989; 15/08/1989 a 02/01/1990; 17/01/1990 a 16/03/1990; 18/06/1990 a 15/01/1992; 18/02/1992 a 01/06/1993; 13/12/1993 a 24/02/1994; 08/03/1994 a 05/04/1994; 06/10/1994 a 20/12/1994; 01/02/1995 a 01/04/1995; 02/05/1995 a 03/08/1995; 16/10/1995 a 12/11/1995; 15/04/1996 a 08/05/1996; 06/02/1989 a 14/03/1989, totalizando 3.744 (três mil, setecentos e quarenta e quatro) dias, correspondendo a 10 (dez) anos, 3 (três) meses e 4(quatro) dias, conforme Processo TIMBOPREV 026/2012

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de julho de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 3030, de 18 de Julho de 2012

PORTARIA No 3030, DE 18 DE JULHO DE 2012

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Marlene Gaulke Batista.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA, da Servidora Pública Municipal MARLENE GAULKE BATISTA, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-28, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do período do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-INSS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00006/12-6, emitida em 04/04/2012, referente aos períodos de 21/02/1984 a 16/03/1990 e 24/02/1992 a 30/08/1993, totalizando 2.768 (dois mil, setecentos e sessenta e oito) dias, correspondendo a 7 (sete) anos, 7 (sete) meses e 3 (três) dias, e do tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina, certificado pelo IPREF, através da certidão nº 950/2008, emitida em 12/12/2008, referente aos períodos de 25/02/1991 a 25/05/1991 e 27/05/1991 a 27/08/1991, totalizando 183 (cento e oitenta e três) dias, correspondente a 00 (zero) anos, 06 (seis meses) e 03 (três) dias, conforme Processo TIMBOPREV 024/2012.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de julho de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso de Edital Pregão Presencial Nº. 116 2012 - Material de Limpeza

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 116/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DESTINADOS AOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, UNIDADES PRÉ-ESCOLARES E ENSINO FUNDAMENTAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 30 de agosto de 2012. ABERTURA: dia 30 de agosto de 2012 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes ou pelo email: licitacoes@timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 10/08/2012.
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Aviso de Revogação do Edital de Chamada Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Chamada Pública, publicado no dia 03 de julho de 2012 que trata da aquisição de banana caturra, banana branca, maçã e leite destinado a merenda escolar foi REVOGADO ao bem do interesse público, considerando falhas no edital de chamamento público. Por consequência foram revogadas as Dispensas de Licitação 104, 106, 107 e 109/2012. Novo edital será lançado com as devidas correções.

Timbó 14/08/2012
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Aviso Edital de Pregão Presencial Nº. 115 2012 - Diários de Classe e Flyer

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 115/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO PARA SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE MATERIAL DE GRÁFICA (DIÁRIOS DE CLASSE) E (FLYER DE SETE DE SETEMBRO) PARA ATENDER OS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, UNIDADES PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 28 de agosto de 2012. ABERTURA: dia 28 de agosto de 2012 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes ou pelo email: licitacoes@timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 08/08/2012.
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Aviso Edital Pregão Presencial Nº. 114 2012 - Aquisição de Livros Didáticos e de Literatura

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 114/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO

(LIVROS DE ESPANHOL) PARA AS ESCOLAS E LIVROS DE LITERATURA A INFANTIL E INFANTO JUVENIL DESTINADOS AOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, UNIDADES PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 31 de agosto de 2012. ABERTURA: dia 31 de agosto de 2012 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes ou pelo email: licitacoes@timbo.sc.gov.br

Timbo (SC), 02/08/2012.
THOMAZ H.N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Extrato Dispensa N.º 35 2012 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 35/2012
CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
CONTRATADO: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

OBJETO: Dispensa de licitação para contratação de estudo e diagnóstico do sistema de tratamento e distribuição de água junto ao Município de Timbó, visando aperfeiçoar o sistema de abastecimento público existente.
VALOR TOTAL: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

Timbó, 14 de agosto 2012
EDSON ADAM
Diretor Presidente SAMAE

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato N.º 2009/190

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2009/190
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Copy Line Comércio e Serviços Ltda.

OBJETO: locação de copiadoras e impressoras, destinadas aos diversos setores/secretarias da prefeitura, fundo municipal de saúde, fundo municipal de assistência social, fundação municipal de esportes e fundação cultural de Timbó, para o período de março a dezembro de 2010.
PRAZO EXECUÇÃO: prorrogado até 30/09/2012.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Revogação do Edital de Dispensa N.º 109 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
TERMO DE REVOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 109/2012

O Secretário da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a bem do serviço público, Revogar o processo licitatório de Dispensa nº. 109/2012, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios (banana caturra e banana branca e filé peixe de água doce), destinados à alimentação escolar conforme lei 11.947/2009.
Motivo: Erro no edital de chamamento público na fixação do valor permitido por DAP.

Timbó (SC), 13 de agosto de 2012.
DANIEL AGOSTINI NETO
Secretário da Fazenda e Administração

Turvo

PREFEITURA

Decreto 44/2012

DECRETO Nº 044/12, de 10 de Agosto de 2012.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS.
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.00 (11) - Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.13 (13) - Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.11 (14) - Aplicações Diretas
R\$ 80.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2012, no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), do Fundo Municipal de Saúde de Turvo - SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de Agosto de 2012.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI
Secretária de Adm. e Finanças-designado.

Pregao Presencial FMS 17/2012

Aviso de Licitação
Processo de Licitação nº 17/12 - Pregão Presencial nº. 17/12

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de exames laboratoriais para pessoas carentes do município de Turvo - SC, para o exercício de 2012.

Entrega dos envelopes: até as 10:00 horas do dia 27/08/2012
Abertura da Sessão: a partir das 10:00 horas do dia 27/08/2012
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 - Centro - Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186

Turvo - SC, em 15 de Agosto de 2012
CECILIA LINO FERREIRA CONTI
Pregoeira

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.158/12

DECRETO N.º 10.158/12, DE 10 DE AGOSTO DE 2012.

Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 9601/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento e remembramento de áreas, formulado por Elir Terezinha Zanin Baroncello;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10.313/2012, tendo por objeto pedido de renovação do Decreto nº 9.765/11, formulado por Elir Terezinha Zanin Baroncello;

Considerando que o Decreto Municipal nº 9.765/11, que Aprova Desmembramento e Remembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências; resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade em 06 de fevereiro de 2012;

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 01 (uma) área distinta, sendo a área nº 01 com 213,66 m² (duzentos e treze metros e sessenta e seis decímetros quadrados), de propriedade de Elir Terezinha Zanin Baroncello e Fidélis Baroncello, constante da matrícula nº 0760, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 9601/2011.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento de 01 (uma) área com 213,66 m² (duzentos e treze metros e sessenta e seis decímetros quadrados), área nº 01 desmembrada no artigo 1º deste decreto, à propriedade de GDM Administradora, constante da matrícula nº 28.337 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, totalizando a área de 4.460,36 m² (quatro mil, quatrocentos e sessenta metros e trinta e seis decímetros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.159/12

DECRETO Nº 10.159/12, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

Proj/Ativ - 2063 - Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003 - Aplicações Diretas

100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.8 - Aplicações Diretas

40.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

Proj/Ativ - 2080 - Manutenção da Saúde no Município

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003 - Aplicações Diretas

100.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003 - Aplicações Diretas

35.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 275.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Decreto Nº 10.159/12

DECRETO Nº 10.159/12, DE 14 DE AGOSTO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 275.000,00 (Duzentos e setenta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS

01 - Fundo Municipal da Saúde

Proj/Ativ - 2063 - Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003 - Aplicações Diretas
100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.8 - Aplicações Diretas
40.000,00

15 - Fundo Municipal da Saúde - FMS
01 - Fundo Municipal da Saúde
Proj/Ativ - 2080 - Manutenção da Saúde no Município
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0003 - Aplicações Diretas
100.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003 - Aplicações Diretas
35.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 275.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de agosto de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Resolução Nº 004/12

RESOLUÇÃO Nº 004/2012

Dispõe sobre a aprovação do Orçamento do FIA para o ano de 2013

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;
RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, sob ata nº 167 de 07 de Agosto de 2012, Orçamento do FIA para o ano de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Katiani G. de Moraes
Presidente do CMDCA

Portaria Nº 1432/12

PORTARIA nº 1432/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97, e a vista do que consta na Comunicação Interna, data de 10 de agosto do corrente ano, da Central de Processamento de Dados - CPD,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de agosto de 2012 até 30 de agosto de 2012, o gozo de férias do servidor ADRIANO ZUFFO, ocupante do cargo efetivo de Analista de Sistemas, referente ao período aquisitivo de 02 de setembro de 2010 até 1º de setembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2012.

Videira, 13 de agosto de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1433/12

PORTARIA nº 1433/12

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10.472/2012,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 01 (um) ano, 11 (onze) meses e 28 (vinte e oito) dias do servidor DORIVAL FERREIRA, Trabalhador Braçal, o qual será computado em dobro, totalizando 72 (setenta e dois) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º.07.1992 a 30.06.1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de agosto de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO
Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1434/12

PORTARIA nº 1434/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 10.526/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, na Lei Complementar nº 007/97 - Estatuto dos Servidores,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e TERESINHA GUZI EYNG para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 10.526/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Portaria Nº 1435/12

PORTARIA nº 1435/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 10.527/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, na Lei Complementar nº 007/97 - Estatuto dos Servidores,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e TERESINHA GUZI EYNG para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 10.527/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

Julgamento do Edital TP 27-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 27/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA FORNECIMENTO MEDIANTE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO: SISTEMAS DE IPTU, ISSQN, NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS, ESCRITA FISCAL, FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA, TAXAS E TARIFAS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, CONTROLE DE ARRECADAÇÃO, DÍVIDA ATIVA, OBRAS E POSTURAS MUNICIPAIS, AUTO-ATENDIMENTO, PROTOCOLO E PROCESSO DIGITAL, PROCURADORIA JURÍDICA E LEGISLAÇÃO, restando HABILITADA a única empresa participante do certame: IPM Informática Ltda. Da análise da proposta técnica,

a empresa alcançou a soma de 163 (cento e sessenta e três) pontos, restando classificada. Com relação a proposta comercial por ser a única participante do certame, a empresa obteve pontuação máxima, ou seja, 200 pontos, restando ao final vencedora com média de 174,10 (cento e setenta e quatro vírgula dez) pontos.

Videira, 14 de agosto de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Julgamento do Edital TP 35-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS SERGIPE E PARÁ NO BAIRRO SANTA GEMA E RUA FRAIBURGO NO BAIRRO MARTELLI, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETO BÁSICO, restando HABILITADAS as empresas participantes do certame: LB Comércio e Serviços Ltda - ME e Concretos Farroupilha Ltda; e vencedora a empresa Concretos Farroupilha Ltda no item 01 com o valor de R\$ 26.083,07 (vinte e seis mil, oitenta e três reais e sete centavos), e no item 02, com o valor de R\$ 16.843,21 (dezesseis mil, oitocentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos). Outrossim, ficam as licitantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 14 de agosto de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Nº 99/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2012 - PMV

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 99/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TELA MALHA, ARAME GALVANIZADO, ESTICADOR E PALANQUE DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES EM ESCOLAS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PARQUES, QUADRAS, CAMPOS E DEMAIS UNIDADES DE RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 30 de Agosto de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 15 de Agosto de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Anexo V Controle Gastos - 07 2012

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS JULHO/2012

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	2.837.082,32
1.2 - ITBI	931.768,44
1.3 - ISS	3.734.360,37
1.5 - IRRF	813.493,23
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	242.287,24
1.7 - Multas e Juros de Impostos	192.631,55
1.8 SOMA	8.751.623,15
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	9.985.708,31
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) - 20%	108.601,23
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	20.141.578,63
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	322.227,52
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	832,92
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	3.114.327,67
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
1.17 SOMA	33.673.276,28
1.18 TOTAL	42.424.899,43

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	10.606.224,86
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	9.179.971,60
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	86.719,68
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	551.360,46
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	855.052,01
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	72.251,68
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.019.964,68
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	513.225,12
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	121.795,23

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	10.606.224,86	12.233.108,86	1.626.884,00
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		5.411.994,50	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		6.821.114,36	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	9.818.051,74	9.980.165,49	162.113,75
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	5.890.831,04	7.631.673,04	1.740.842,00
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	3.927.220,70	2.348.492,45	-1.578.728,25
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	1.947.268,37	94,52	-1.947.173,85
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	635.020,35	301.404,21	-333.616,14

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	22,87%	-2,13%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	82,36%	22,36%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	25,34%	-15,06%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	9.179.971,60	6.734.393,55	2.445.578,05

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 09 de agosto de 2012.

Maria Angélica Vanz Balestieri
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal



Vitor Meireles

PREFEITURA

Ata Registro de Preços Nº 33/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2012

Aos treze dias do mês de agosto do ano de 2012, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 33/2012, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 13/08/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para serviços de caminhão basculante para auxiliar nos trabalhos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Município de Vitor Meireles, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Itens	Vencedor	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Negoc.	Vlr Total
00001	CREU TERRAPLA- NAGEM E TRANSPOR- TE LTDA EPP	308,00	67,5000	67,5000	20.790,00
Total do Fornecedor: 20.790,0000					
Total de Itens: 20.790,0000					

1.3 Este instrumento não obriga o PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº. 33/2012 e seus anexos;

b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 As licitantes vencedoras deverão fornecer os serviços de acordo com a solicitação da Secretaria de Obras que informara com antecedência, o cronograma de datas locais e horários a serem trabalhado através da Ordem de Compra, por fax ou por e-mail.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 1 O Pagamentos será realizado de acordo com o relatório feito pela Secretaria de Obras e apresentação da nota fiscal, sendo que será realizado em até dez dias.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos

registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a conseqüente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a conseqüente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 14 de agosto de 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

CREU TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE LTDA EPP

Associações

AMAUC

Assembleia Geral Ordinária AMAUC 23/08/2012

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2012

Através deste edital, ficam convocados os Senhores Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores, para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, que se realizará no dia 23 de agosto de 2012, das 9h às 11h30, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Concórdia, com a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA

9 horas	Abertura
9h15	2. Apreciação da ata da reunião do dia 28 de maio de 2012
9h30	<p>ORDEM DO DIA</p> <p>Apreciação da proposta orçamentária para o exercício de 2013</p> <p>Apreciação da minuta do contrato de rateio para o exercício de 2013</p> <p>Deliberação dos assuntos relacionados aos Consórcios Intermunicipais, em atendimento às instruções da Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, editada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional.</p>
11h	5. Assuntos gerais
11h30	Encerramento

Concórdia – SC, 10 de agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Presidente da AMAUC

Assembleia Geral Ordinária Integrar 23/08/2012

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2012

Através deste edital, ficam convocados os Senhores Prefeitos, para participarem da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Infra-Estrutura Urbana e Rural – CONSÓRCIO INTEGRAR, que se realizará no dia 23 de agosto de 2012, das 9h às 11h30, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Concórdia, com os seguintes objetivos e ordem do dia:

DO OBJETIVO

Atendimento às instruções da Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, editada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, que estabelece normas gerais para a consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.

Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado, que passará a exigir o e-sfinge dos Consórcios Públicos a partir de 2013.

ORDEM DO DIA

9 horas	Abertura
9h15	Apreciação da ata da reunião anterior
9h30	Aprovação do Contrato de Programa para 2013. Apreciação da proposta orçamentária para o exercício de 2013. Apreciação da minuta do contrato de rateio para o exercício de 2013
11h	Assuntos gerais
11h30	Encerramento

Concórdia – SC, 10 de agosto de 2012.
FRANCISCO M. M. DE AGUIAR
Presidente do CONSÓRCIO INTEGRAR

EGEM
Resolução Nº 002/2012 - Comissão Científica
 RESOLUÇÃO Nº 002/2012

O Presidente e o Diretor Geral da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17, 18 e 19, do Estatuto Social,
RESOLVEM:

Art. 1º. Fica instituída Comissão Científica para avaliação de 10 artigos produzidos no Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas, em parceria com a SATC de Criciúma e com a UNISUL de Florianópolis/SC.

Art. 2º. A Comissão será composta por Iraci de Andrade, Drª (Doutora em Serviço Social) e Clarete Trzcinski, Msc. (Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Engenharia da Produção).

Art. 3º. Os artigos serão selecionados, conforme critérios que seguem:

I- 4 artigos do Curso de Pós-graduação da SATC;

II- 6 artigos do Curso de Pós-graduação da UNISUL;

III- Prioridade aos artigos vinculados a experiências de Associações de Municípios e Municípios;

IV- Diferentes autores;

V- Relevância da temática para a Política de Assistência Social do Estado de Santa Catarina;

VI- Conformidade dos artigos produzidos às normas da ABNT;

VII- Pertinência entre os itens dos artigos e o tema principal.

Florianópolis, 31 de julho de 2012.

ADERBAL MANOEL DOS SANTOS
Presidente da EGEM

ALEXANDRE ALVES
Diretor Geral

Consórcios**CIM-AMAVI**
Resultado Preliminar do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2012 - CIM-AMAVI

Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012

Resultado Final Preliminar

O PRESIDENTE DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2012, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º O resultado final preliminar do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012 fica estabelecido conforme abaixo:

Cargo	Classificação	Nota Final
COORDENADOR:	1ª - Laise Versino	5,10
	2ª - Susimar Aparecida da Silva Rech	5,08
ASSISTENTE SOCIAL:	1ª - Claudia Regina Ferreira	6,89
	1ª - Maria Eligia Frutuoso	5,58
CUIDADOR:	2ª - Maria Aparecida da Rosa	5,26
	3ª - Angélica Buchling	5,12
	4ª - Patricia Gorges	5,11
COZINHEIRO:	1ª - Liberaci Gama de Oliveira Velho	5,13

Art. 2º A Nota Final corresponde a média aritmética ponderada obtida pela aplicação da fórmula prevista no item 11.3 do Edital, restando aprovados os candidatos que obtiveram nota final igual ou superior a 5,00.

Art. 3º A contratação dos candidatos ocorrerá com a efetiva instalação do Abrigo Institucional.

Art. 4º Após a divulgação da homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, a candidata aprovada em 1º lugar para o cargo de Coordenador e as candidatas aprovadas para os cargos de Assistente Social, Cuidador e Cozinheiro deverão entrar em contato com o CIM-AMAVI para informações acerca da contratação.

Rio do Sul, 15 de agosto de 2012.

AGOSTINHO SENEM

Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo

CINCO**Extrato do Termo Aditivo TA.At12cinco111**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO111
Fornecedor: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de tiras para teste de glicose, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 3, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

Data: 14.08.2012. Validade: 02.01.2012 a 31.12.2012. PAL nº: 0013/2011 - CINCO. Pregão Presencial nº: 0007. Registro de Preços nº: 0010.

Fraiburgo (SC), 14 de agosto de 2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMAUC**Assembleia Geral Ordinária CISAMAUC 23/08/2012**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2012

Através deste edital, ficam convocados os Senhores Prefeitos, para participarem da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, que se realizará no dia 23 de agosto de 2012, das 9h às 11h30, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Concórdia, com os seguintes objetivos e ordem do dia:

DO OBJETIVO

Atendimento às instruções da Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, editada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, que estabelece normas gerais para a consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.

Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado, que passará a exigir o e-sfinge dos Consórcios Públicos a partir de 2013.

ORDEM DO DIA

9 horas	Abertura
9h15	Apreciação da ata da reunião anterior
9h30	Aprovação do Contrato de Programa para 2013. Apreciação da proposta orçamentária para o exercício de 2013. Apreciação da minuta do contrato de rateio para o exercício de 2013
11h	Assuntos Gerais
11h30	Encerramento

Concórdia – SC, 10 de agosto de 2012.

ADÉLIO SPANHOLI

Presidente do CIS AMAUC

CIS/AMMVI**Licitação Nº 005/2012 - Pregão Eletrônico**

LICITAÇÃO nº 005/2012 - PREGÃO ELETRÔNICO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por lote, para fornecimento de medicamentos, atendendo 14 Municípios ou aproximadamente 450.000 habitantes, com entregas parceladas durante doze meses, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, na sede do CISAMVI, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS até as 08:00h do dia 29/08/2012 (quarta-feira), ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA às 08:30h no dia 29/08/2012, e INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES às 13:30h no dia 29/08/2012, podendo estender-se para dias seguintes, atendendo-se necessidade técnica-operacional.

Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI ou servidor de Município consorciado, denominado Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica <https://cidadecompras.cnm.org.br>.

O Edital encontra-se disponível no sítio www.ammvi.org.br. Informações complementares serão prestadas aos interessados na Secretaria Executiva do CISAMVI, localizado em sua sede na Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, fone (47) 3331-5826, bairro da Velha, na cidade de Blumenau/SC, das 08:30 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau (SC), 15/08/2012.

ORIDES KORMANN

Presidente do CISAMVI

CIS/AMUREL**Edital de Convocação Age**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do CIS/AMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de agosto de 2012, às 09:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) no mínimo dos Prefeitos ou Vice-Prefeitos dos Municípios consorciados, em única convocação, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão a seguinte matéria:

I. Protocolo de Intenções - Alterações e Consolidação.

Tubarão, 08 de agosto de 2012.

CELSE HEIDEMANN

Presidente do CIS-AMUREL

Edital de Convocação Ago
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CIS/AMUREL- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de agosto de 2012, às 09:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09:45 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)
- II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis, referentes ao 3º bimestre de 2012;
- III. Assuntos Diversos.

Tubarão, 08 de agosto de 2012.

CELSO HEIDEMANN

Presidente do CIS-AMUREL

CONSÓRCIO LAMBARI

Assembleia Geral Ordinária Consórcio Lambari
23/08/2012

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2012

Através deste edital, ficam convocados os Senhores Prefeitos, para participarem da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari, que se realizará no dia 23 de agosto de 2012, das 9h às 11h30, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Concórdia, com os seguintes objetivos e ordem do dia:

DO OBJETIVO

Atendimento às instruções da Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, editada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, que estabelece normas gerais para a consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.

Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado, que passará a exigir o e-sfinge dos Consórcios Públicos a partir de 2013.

ORDEM DO DIA

9 horas	Abertura
9h15	Apreciação da ata da reunião anterior
9h30	Aprovação do Contrato de Programa para 2013.
	Apreciação da proposta orçamentária para o exercício de 2013.
	Apreciação da minuta do contrato de rateio para o exercício de 2013
11h	Assuntos gerais
11h30	Encerramento

Concórdia – SC, 10 de agosto de 2012.
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Presidente do CONSÓRCIO LAMBARI

